

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS DO
RECIFE**

José Herbertt Neves Florencio

Recife
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS DO
RECIFE**

José Herbertt Neves Florencio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.
Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Marcuschi
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Maria Costa de Araujo Lima

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

F632c Florencio, José Herbertt Neves
A indeterminação do sujeito em editoriais jornalísticos do Recife / José Herbertt Neves Florencio. – Recife: O Autor, 2015.
143 p.: il.

Orientador: Elizabeth Marcuschi; Coorientador: Ana Maria C. de A. Lima
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2015.

Inclui referências e anexo.

1. Linguística. 2. Editoriais. 3. Língua portuguesa – sintaxe. 4. Análise linguística. I. Marcuschi, Elizabeth (Orientador). II. Lima, Ana Maria C. de A. (Coorientador). III. Título.

410 CDD (22.ed.)

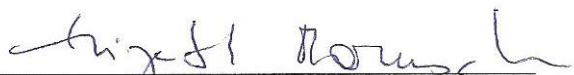
UFPE (CAC 2015-41)

JOSÉ HERBERTT NEVES FLORENCIO

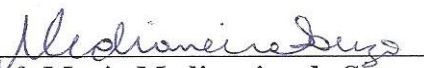
A indeterminação do sujeito em editoriais jornalísticos do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 5/2/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a. Elizabeth Marcuschi
Orientadora – LETRAS - UFPE



Prof.^a. Dr.^a. Maria Medianeira de Souza
LETRAS - UFPE



Prof.^a. Dr.^a. Maria Irandé Costa Morais Antunes
DEPARTAMENTO DE LETRAS - UFPE

Recife – PE
2015

AGRADECIMENTOS

Para mim, a gratidão é uma virtude do homem. Sozinhos, não conseguimos nada nem vamos a lugar algum. Por isso, não podemos passar por nada nesta vida sem agradecer àqueles que nos ajudaram a construir nossos sonhos e a concretizá-los.

Antes de mais nada, devo agradecer a Deus, pois é Ele quem guia todos nossos passos em todas as esferas sociais, inseridos em qualquer gênero textual ou situação comunicativa.

Agradeço também a meus pais, Ivaldo e Marizete, por fazerem-me chegar aonde cheguei, dando forças e cobrando para que meu desempenho fosse sempre o melhor. Deles também estendo o agradecimento a minhas avós, Didi e Socorro, que foram responsáveis pelo caráter que eles me passaram.

Em especial, devo também agradecer a minha noiva, Nathalia, minha companheira de todas as horas. Sem sua compreensão e seus impulsos, certamente teria sido mais difícil terminar este trabalho. A ela o dedico com todo meu amor e meu carinho. Para sempre estaremos juntos nesta vida.

Quebrando um pouco o protocolo, não posso deixar de fazer primeiro um agradecimento especial a minha coorientadora (e por que não dizer também mãe acadêmica), professora Ana Lima, que está sempre pronta para ouvir meus aperseios e dar aquele conselho que vai resolver tudo, tanto na vida quanto na academia. A ela devo grande parte do meu crescimento intelectual e profissional na época da minha graduação e sempre.

Outro agradecimento especial vai para minha primeira orientadora do Mestrado, professora Nelly Carvalho. Sempre de bom humor, ela foi responsável por fazer crescer em mim mais amor pela Língua Portuguesa.

Agradeço também a minha atual orientadora, professora Beth Marcuschi, que me acolheu no final no Mestrado e trouxe muitas contribuições para meu trabalho, sobretudo na qualificação. No dia de minha defesa, comemoramos o fim de uma etapa de minha vida e o aniversário dela.

À professora Irandé Antunes, por me acompanhar já há muito tempo e por aceitar fazer parte de minha banca como membro externo. Sua influência em meu trabalho é inegável desde o começo de minha carreira. Creio que esse

agradecimento representa também o da maioria dos professores de português do país por sua imensa contribuição para o ensino de nossa língua.

À professora Medianeira Souza, minha coordenadora enquanto fui professor substituto da UFPE e também querida professora de Sintaxe funcionalista. Agradeço ter aceitado o convite para fazer parte de minha banca.

Às professoras que aceitaram ser suplentes de minha banca de defesa, Valéria Gomes e Joice Armani Galli. A Joice, um agradecimento especial, pois ela foi minha orientadora da monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Língua Francesa.

Aos meus professores do Mestrado, Cláudia Roberta Tavares, Stella Telles, Virgínia Leal e Antônio Carlos Xavier. Aprendi muito com todos vocês. Também aos meus professores da Graduação, responsáveis por parte de minha formação: Márcia Mendonça, Hérica Karina, Marlos Pessoa, Simone Aubin, Rosário Sailler, Otávia Pedrosa, Auristela Oliveira, Lourival Holanda, Anco Márcio, José Rodrigues de Paiva, Aldo Lima, Áurea Rocha, entre tantos outros.

Também agradeço a minha irmã, Dayse, e a toda minha família, pelo apoio de todas as horas e pelos momentos de felicidade que vivemos juntos em toda minha vida.

Aos meus amigos da época de graduação, Mariana, Erika, Martha, Lílian, Ricardo, Thalita, Flávia, Larissa, Sheyla, Eduardo e Jorge. Sem vocês, muitas conquistas em minha vida não seriam possíveis. Vivemos bons momentos nos corredores da UFPE, rimos e choramos juntos.

Aos amigos de uma vida toda, Karla, Jéssica, Clarinha, Priscilla, Isis, Ewerton, Amanda, Elisa, Theo e muitos outros. Crescemos juntos no Colégio Militar do Recife e vamos juntos até o fim.

Aos amigos que fiz em trabalho, Andréa, Marisa, Albânia, Dijanira, Leu, Antônio, Felipe, Rafael, Emanuel, Michell, Bivar, Bárbara, Dilamary, Mônica, Rubia, Ana Fabrícia. Sou muito feliz em poder contar com vocês a qualquer momento.

A meus professores e amigos do Colégio Militar do Recife. Com vocês, aprendi todo o conhecimento de uma vida: Renan, Fernando Ivo, Sílvia Regina, Maria do Carmo, Rosana, Simone Holanda, Simone Cunha, Karla, Dilza, Desterro, Maria de Jesus, Ana Paula, Bernadete, TC Caio, Pedro, Vera, Welson, Myrian, Marcelo, Maria José, Claudio, Evani, Maria Elisa, Venâncio, Lúcia, entre tantos outros que passaram por minha vida.

Por último, mas dos mais importantes, agradeço a meus alunos. Sem eles, nenhuma pesquisa acadêmica faz sentido, nenhum estudo é necessário. Orgulho-me de ter ajudado a construir parte de suas vidas com um ofício que, sei, nasceu comigo, o de ser professor.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a linguagem é constituída na interação, em seu funcionamento, nas atividades de uso da língua (NEVES, 1997, 2007; FURTADO DA CUNHA, 2009; MARCUSCHI; KOCH, 2006; MARCUSCHI, 2008), nosso trabalho objetiva investigar os contextos de uso em que aparece o fenômeno linguístico da 'indeterminação do sujeito' em editoriais jornalísticos publicados no Recife. Especificamente, investigamos quais são as estruturas linguísticas utilizadas para indeterminar-se o sujeito de uma sentença e que funções textual-discursivas as estruturas de sujeito indeterminado assumem em um contexto específico. Nosso *corpus* de trabalho constitui-se de 12 (doze) editoriais publicados em sua versão *on-line* no primeiro semestre de 2014, no Recife, sendo 6 (seis) do *Jornal do Commercio* e 6 (seis) do *Diario de Pernambuco*. Analisamos, então, 300 (trezentas) ocorrências de sujeito indeterminado que aparecem nesses textos, utilizando, para isso, de métodos tanto quantitativos quanto qualitativos. Buscando ir além dos postulados da Gramática Tradicional (HAUY, 2014; ALMEIDA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009; entre outros), utilizamos como referencial teórico os gramáticos brasileiros que seguem uma linha mais funcionalista dos estudos da linguagem (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010; AZEREDO, 2008; BAGNO, 2011). Tais autores entendem o fenômeno da indeterminação como algo ligado às intenções discursivas do produtor do texto, algo que se constrói na relação entre esse texto e seu contexto. Levando em consideração essa visão sobre a língua, assumimos que a indeterminação do sujeito ocorre quando o produtor desse texto opta por fazer uma referência genérica no contexto. Assim, também os estudos sobre referenciação como os de Antunes (1996, 2002), Cavalcante (2012), Koch e Marcuschi (1998) e Neves (2007) foram importantes para nossa fundamentação teórica. Em nossa análise, então, pudemos perceber que a indeterminação do sujeito é um recurso amplamente utilizado, sobretudo, quando se quer representar uma coletividade, tratando de temas polêmicos. O autor do texto, na posição de representante do jornal, procura proteger sua face tendo em vista as críticas políticas e sociais a que ele procede nos editoriais.

Palavras-chave: Indeterminação do sujeito. Referenciação. Português do Brasil. editoriais jornalísticos.

RÉSUMÉ

En supposant que le langage est constitué en interaction, dans son fonctionnement, dans les activités d'utilisation de la langue (NEVES, 1997, 2007; FURTADO DA CUNHA, 2009; MARCUSCHI; KOCH, 2006; MARCUSCHI, 2008), ce travail vise à étudier l'utilisation des contextes dans lesquels il y a le phénomène linguistique de l'indétermination du sujet dans les éditoriaux de journaux publiés à Recife. Plus précisément, nous examinons quelles sont les structures linguistiques utilisées pour faire l'indétermination du sujet d'une phrase et leurs fonctions textuelles-discursives prises dans un contexte spécifique. Notre *corpus* de travail est composé de douze (12) éditoriaux publiés dans sa version en ligne dans la première moitié de 2014, à Recife, en ayant six (6) du *Jornal do Commercio* et six (6) du *Diario de Pernambuco*. Nous avons analysé, alors, trois cents (300) occurrences de sujet indéterminé qui apparaissent dans ces textes, en utilisant, pour cela, deux méthodes quantitatives et qualitatives. Cherchant à aller au-delà des postulats de la grammaire traditionnelle (HAUY, 2014; ALMEIDA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009, et d'autres), nous avons utilisé comme cadre théorique les grammairiens brésiliens d'une ligne fonctionnaliste des études de langues (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010; AZEREDO, 2008; BAGNO, 2011). Ces auteurs comprennent le phénomène de l'indétermination avec un lien aux intentions discursives du producteur d'un texte, quelque chose qui est construite sur la relation entre le texte et son contexte. Compte tenu de cette vue d'ensemble sur la langue, nous supposons que l'indétermination du sujet se produit lorsque le producteur du texte choisit de faire une référence générique en contexte. De même les études sur référenciations comme ceux de Antunes (1996, 2002), Cavalcante (2012), Koch et Marcuschi (1998) et Neves (2007) ont été importants pour notre cadre théorique. Dans notre analyse, donc, nous voyons que l'indétermination du sujet est une caractéristique largement utilisée, en particulier lorsqu'on souhaite représenter une collectivité, surtout en traitant des questions controversées. L'auteur du texte, dans le poste de représentant du journal, a le moyen de protéger son visage en vue de la critique politique et sociale à laquelle il procède dans les éditoriaux.

Mots-clé: Indétermination du sujet. Référenciation. Portugais du Brésil. Éditoriaux du journal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Casos de indeterminação do sujeito no PB, segundo os autores funcionalistas que fundamentam este trabalho.....	63
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantidade de ocorrências de sujeitos indeterminados, por editoriais.....	81
Tabela 02: Casos de indeterminação do sujeito nos editoriais do JC.....	94
Tabela 03: Casos de indeterminação do sujeito nos editoriais do DP	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas no JC e no DP.....	98
Gráfico 02: Ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas no <i>corpus</i> específico.....	99

LISTA DE SIGLAS

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

GT – Gramática Tradicional

SVC – Sujeito – Verbo – Complemento (ordem canônica)

DP – *Diario de Pernambuco*

JC – *Jornal do Commercio*

VI – verbo intransitivo

VTD – verbo transitivo direto

VTI – verbo transitivo indireto

VTDI – verbo transitivo direto e indireto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	23
2.1	A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO A VISÃO TRADICIONAL DA GRAMÁTICA	26
2.1.1	Posicionamento dos gramáticos tradicionais.....	26
2.1.2	Problemas da visão da gramática tradicional	31
2.2	A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO A VISÃO DA LINGUÍSTICA DE PERSPECTIVA FUNCIONALISTA	33
2.2.1	O trabalho de Neves (2011).....	35
2.2.2	O trabalho de Castilho (2010)	39
2.2.3	O trabalho de Perini (2010)	41
2.2.4	O trabalho de Azeredo (2008)	45
2.2.5	O trabalho de Bagno (2011)	49
2.3	SÍNTESE DESTE CAPÍTULO	60
3	A REFERENCIAÇÃO COMO PERSPECTIVA PARA A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	65
3.1	CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS.....	71
3.1.1	Referenciação como elaboração da realidade	71
3.1.2	Referenciação como negociação entre interlocutores	72
3.1.3	Referenciação como trabalho sociocognitivo	73
3.2	CONFIGURAÇÕES LINGUÍSTICAS DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS 74	
3.3	ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA.....	76
3.4	PROPRIEDADES E FUNÇÕES DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS...77	
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO	79
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO EDITORIAL E DO <i>CORPUS</i>	83
4.2	PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS DE ANÁLISE	86
5	ANÁLISE DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS DO RECIFE	88
5.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS	91
5.2	CASOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	100
5.3	ALGUMAS FUNÇÕES DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS EDITORIAIS	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
	ANEXOS	
	ANEXO I	132

1 INTRODUÇÃO

O tratamento tradicional conferido a questões relacionadas à gramática da língua portuguesa ainda deixa lacunas em diversos aspectos. Se analisarmos tal tratamento, veremos que a principal fragilidade que podemos detectar é a abordagem da língua ainda desvinculada de questões relativas a contextos variados de uso. Um exemplo clássico dessa situação é a abordagem que é feita, em diversas gramáticas de cunho tradicional, sobre a indeterminação do sujeito.

Em geral, ao se tratar desse fenômeno, por exemplo, na escola, não se levam em conta os já citados contextos de uso da língua, deixando-se, então, de lado os aspectos semânticos, textuais e discursivos, que são decisivos para a seleção que o falante/escritor faz dentre os vários tipos de sujeito, quando atua produzindo sentidos, no discurso. Numa abordagem desvinculada de questões discursivas, acaba-se deixando de lado a análise do papel referencial que o sujeito indeterminado desempenha (ANTUNES, 2002), fundamental para a escolha dessa forma de sujeito pelo usuário da língua.

Segundo a tradição gramatical (HAUY, 2014), base com a qual se trata a maioria dos aspectos gramaticais em língua portuguesa, encontramos o 'sujeito indeterminado' quando o sujeito do enunciado não pode ser identificado por nenhum elemento do (con)texto. Ele ocorre, segundo essa tradição, apenas quando o verbo presente no enunciado é empregado na 3.^a pessoa do plural (*Gritaram que o mundo ia se acabar*) ou quando é empregada a 3.^a pessoa do singular, seguida do índice de indeterminação do sujeito 'se' (*Precisa-se de digitadoras*), com exceção dos casos de verbo transitivo direto, considerados estruturas de voz passiva sintética. Raros são os casos em que, após uma abordagem mais tradicional, apresentam-se algumas características semânticas do sujeito e seu papel no texto (VILELA; KOCH, 2001).

Assim, observamos que o reconhecimento desse tipo de sujeito no enunciado leva em conta apenas aspectos estruturais. Como citamos, é pela pessoa verbal e pela presença da partícula 'se' que se identifica, tradicionalmente, essa forma de sujeito. Diversos outros casos em que o viés semântico é decisivo para indeterminar-se esse sujeito não são considerados.

É por isso que se deve reconhecer, então, a existência de algumas lacunas no tratamento dessa categoria pela tradição gramatical.

Surge, daí, a necessidade de que haja novas abordagens para a indeterminação do sujeito, em que esse fenômeno seja visto sob um olhar diferenciado, mostrem-se as reais formas de sua realização e ressalte-se o papel desse modo de realização do sujeito em mais contextos sociais de uso da língua.

No ensaio *Pessoas indeterminadas*, publicado originalmente em 1950, Manoel Said Ali, filólogo e professor de língua portuguesa, analisa diversos casos de indeterminação que não estão presentes na abordagem tradicional da gramática. É importante destacar que o texto foi publicado pela primeira vez há quase 65 anos, o que prova que esse debate não é recente, e agrava o fato de tais reflexões não terem chegado até hoje às páginas de nossas gramáticas tradicionais, sobretudo as escolares, nem às salas de aula. Determinadas observações trazidas pelo autor nesse ensaio já foram reformuladas por gramáticos contemporâneos, mas ele ainda traz importantes contribuições para o debate sobre esse fenômeno hoje.

No primeiro ponto do ensaio, Ali (2006) traz as acepções do termo 'gente'. O autor indica que tal termo pode significar pessoas numerosas em grupos (conjunto de criaturas humanas, como em "A gente do Brasil é muito festeira"), a distinção entre classes sociais (quando se empregam, por exemplo, os termos 'gente rica' e 'gente pobre', em oposição) e a distinção de pessoas por traços (quando se empregam, por exemplo, os termos 'gente cristã' e 'gente judaica'). Alguns desses conceitos estão equivocados. Ao tratar, por exemplo, da distinção de pessoas por classes, não é a palavra 'gente' que é responsável por diferenciá-las, mas sim o adjetivo que a acompanha. A diferenciação de sentido entre "gente rica" e "gente pobre" é estabelecida nos adjetivos em sua relação com o nome.

Embora com alguns equívocos, essas três acepções indicam o uso dessa palavra como designadora de elementos genéricos. Em nenhum dos significados apontados, há possibilidade de se estabelecer pontualmente os indivíduos que compõem esses grupos.

A partir do uso generalizado do termo 'gente', Ali (*op. cit.*) explica o emprego da expressão 'a gente', bastante usada, segundo o autor, na linguagem familiar. Para ele, essa expressão significará mormente o grupo (genérico, indefinido) de pessoas com quem o falante convive, incluindo-se aí o próprio falante. É isso que explica o frequente emprego de tal expressão na função de pronome indefinido, emprego que é condenado pela GT quando usado em contextos formais (HAUY, 2014). Esse uso, no entanto, é frequente no PB, o que é explicado por Ali (*op. cit.*) como de influência lusitana. Para abonar essa afirmação, o autor traz alguns exemplos do texto de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, como o verso "O metal por que mais a gente sua". Identificando o fenômeno tanto no PB quanto no PE, o autor afirma que é frequente o uso da terceira pessoa, no português, para referirmo-nos a nós mesmos. No Brasil, há preferência pela expressão 'a gente' para indicar essa terceira pessoa.

No esteio da discussão sobre indeterminação, outro ponto trazido pelo professor Ali (*op. cit.*) é a diferença que algumas expressões têm no grau de indeterminação que se imprime ao sujeito. Comparando o uso das expressões 'alguém', 'a gente' e 'todo o mundo', todas formas de indeterminação do sujeito, para o autor, ele observa uma gradação no sentido indeterminado estabelecido entre elas. Da primeira para a última expressão, o sentido de vagueza aumenta. Essa observação abona um argumento que defenderemos neste trabalho: a indeterminação do sujeito é um fenômeno escalar, marcado por diferentes graus.

Nesse contexto, observemos, por exemplo, sentenças¹ como "Alguém elegeu a presidenta", "A gente elegeu a presidenta" e "Todo o mundo elegeu a presidenta". Na concepção do autor, o sujeito 'alguém' seria o menos genérico e o sujeito 'todo o mundo' seria o mais genérico. Ele interpreta isso levando em consideração a quantidade de pessoas indicada por cada expressão. Seria, então, na visão do autor, o sujeito 'alguém' menos genérico por indicar apenas

¹ Os autores que adotam uma perspectiva textual-interativa dos estudos da linguagem (MARCUSCHI; KOCH, 2006) preferem, de maneira geral, trabalhar com a noção de enunciado. Neste trabalho, utilizaremos o conceito de sentença: "a maior unidade linguística cuja coesão resulta de regras gramaticais rígidas é o período gramatical ou, como se costuma dizer em Linguística, a sentença" (TRASK, 2011, p. 263). Ela é considerada como um "objeto linguístico abstrato" utilizado nas descrições linguísticas.

um elemento. Analisando essas sentenças no PB contemporâneo, vemos que essa interpretação fica equivocada. Todas são igualmente genéricas.

Uso conflituoso com a gramática portuguesa também é apontado pelo autor. Segundo ele, a GT, ao apontar o ‘a gente’ indeterminado como de uso coloquial, mostra que ele pode ser substituído, em contextos formais, pelo clássico ‘se’ que acompanha os verbos. Ali (*op. cit.*) defende que isso nem sempre é possível. Para ele, o uso indiscriminado de ‘a gente’ ou ‘verbo + se’ “para dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é pessoa ou são pessoas indeterminadas” (ALI, 2006, p. 162) é uma tendência encontrada tanto na fala coloquial como na língua literária e na norma culta. Esse uso, inclusive, dá preferência ao verbo no singular, mesmo com sujeitos no plural – tendência observada também em outras línguas, de acordo com o autor.

A partir dessa informação, o professor Ali também faz crítica à classificação do ‘se’ como partícula apassivadora. Ele demonstra, trazendo exemplos correlatos do latim, que essa interpretação de ‘verbo + se’ como voz passiva é falha tanto na forma quanto na função.

Mais uma forma de indeterminação apontada pelo autor é o uso do verbo no plural sem sujeito nomeado ou já mencionado, mesmo que, às vezes, a ideia seja mais singular (como no exemplo *Bateram à porta*, trazido pelo próprio autor). Aqui, Ali (*op. cit.*) também indica a possibilidade de ser essa uma estrutura de sujeito oculto; deste modo, ela poderia ser assim interpretada: *(Certas pessoas) bateram à porta [...]*. Essa visão, que julgamos plausível, também vai de encontro ao que é preconizado pela GT sobre a diferença entre sujeitos ocultos (determinados) e sujeitos indeterminados. Também foge aos preceitos da GT outra indicação feita adequadamente pelo autor: o uso da primeira pessoa do plural para designar indeterminação.

Um último ponto de destaque para a abordagem feita por Ali (*op. cit.*) é o reconhecimento de que sempre haverá motivações para indeterminar o sujeito de uma sentença. Para ele, o falante sempre procederá à escolha mais ou menos adequada do nome para ocupar a posição do sujeito (incluindo-se, aqui, o sujeito indeterminado). Essa observação corrobora com nossa visão de que a presença do componente pragmático também se faz necessária, decisiva para a identificação de uma estrutura de sujeito indeterminado.

Em suma, o ensaio de Ali discute várias formas de indeterminação do sujeito no português brasileiro, quase todas distintas das formas encontradas na GT. O autor dá destaque para o uso comum e literário da forma 'a gente' como um pronome indefinido, com variações para outros vocábulos. Esse uso é observado em múltiplos contextos no PB contemporâneo, como atestam pesquisas que apontaremos posteriormente neste trabalho.

Como se pôde observar, os problemas que envolvem o estudo da indeterminação do sujeito já são antigos nos estudos da linguagem. Há mais de cinquenta anos já se debatia essa questão. Atualmente, muitas pesquisas ampliaram as análises de tal fenômeno, indicando muitos outros casos não previstos por Ali em 1950. É esse novo tratamento da indeterminação do sujeito que vai nos interessar aqui.

Em meio às novas considerações sobre essa questão, perguntas-problema começam a nortear qualquer trabalho que busque entender como funcionam textualmente as estruturas linguísticas de indeterminação do sujeito. Como seria uma abordagem que levasse em conta aspectos textuais e discursivos? Haveria outras formas de indeterminar-se o sujeito de uma sentença, que não aquelas previstas pela GT ou pelos estudos linguísticos da segunda metade do século XX? Como se podem sistematizar as realizações em que porventura apareça o 'sujeito indeterminado'? Que contextos pragmáticos da língua são favoráveis para que se indetermine (ou não) o sujeito?

A hipótese por nós levantada para responder a essas questões relaciona sempre a existência do sujeito indeterminado às funções referenciais que ele exerce na interação verbal. Procuraremos mostrar que o sujeito de uma sentença será indeterminado quando o sintagma que o expressa não fizer referência precisa a elementos da realidade discursiva, ou seja, quando a expressão referencial que desempenha a função sintática de sujeito não possibilita a identificação precisa do objeto de discurso referido.

Para isso, analisaremos sempre o fenômeno do 'sujeito indeterminado' com a atenção voltada para os contextos de uso nos quais encontramos esse fenômeno. Pretendemos descobrir, inclusive, se as formas de indeterminação do sujeito não previstas pela GT são exclusivas dos textos informais (como

indicam, aliás, alguns estudos linguísticos que abordaremos posteriormente) ou se ocorrem também em produções formais, como o editorial jornalístico, gênero do qual extraímos nosso *corpus*.

Levando em consideração todos os aspectos até aqui abordados, vemos como a questão do tratamento da indeterminação do sujeito está imersa na discussão sobre as abordagens tradicional e discursiva dos estudos da linguagem. Tal discussão já é de proporção altamente relevante em Linguística, especialmente quando se constata a persistência de professores e estudiosos da linguagem em práticas descontextualizadas de enfoque da língua, tratando-a como um componente autônomo da comunicação.

Em pesquisa sumária sobre a questão da indeterminação do sujeito dentro desses debates entre formalistas e funcionalistas, não encontramos muitas reflexões, principalmente se refinarmos a procura por uma análise feita na relação entre o ‘sujeito indeterminado’ e seu papel referencial na (in)definição dos “objetos do discurso” (MONDADA; DUBOIS, 2003). Justifica-se, então, este trabalho, uma vez que ele visa a dar uma contribuição a mais para os estudos gramaticais de natureza reflexiva, trazendo como arcabouço teórico tanto os preceitos de uma orientação funcionalista de estudo de língua quanto a abordagem da Linguística Textual no tocante a questões de referenciação. Nossa base teórica concebe a língua como um componente integrado ao discurso e que só acontece em textos realizados em múltiplos contextos de uso. Para isso, deve ser fundamental estudar os aspectos semânticos, textuais e discursivos da língua, dimensões sem as quais não existe linguagem.

Esta dissertação buscará, então, suprir algumas das lacunas deixadas por abordagens mais tradicionais do estudo do sujeito, como já apontamos. Pretendemos, assim, dar uma nova contribuição para os estudos da descrição da língua, sempre levando em conta que essa língua é definida continuamente pelo uso que seu falante/escritor faz dela.

Ademais, a escolha pelo trabalho com o gênero ‘editorial jornalístico’ objetiva o estudo de textos de “uma produção escrita institucionalmente aceita, o que [nos] deixa em condição de considerá-los adequados quanto aos princípios que regulam a manifestação da textualidade” (ANTUNES, 1996, p.

120). Além de ser uma produção elaborada da linguagem, o “estatuto institucional” do editorial mostra sua aceitabilidade social (ANTUNES, *op. cit.*, p. 121). Tais fatores justificam quão propício esse gênero textual se mostra para esta pesquisa.

Com isso, assumimos como objetivo geral investigar de que maneira funciona o fenômeno linguístico da ‘indeterminação do sujeito’ em editoriais jornalísticos do Recife. Para esse fim, trabalharemos com os seguintes objetivos específicos:

- a) examinar, em contextos reais de uso da língua, a validade das formas previstas na GT para a categoria gramatical ‘sujeito indeterminado’;
- b) investigar outras formas de sujeito indeterminado que não aquelas previstas pela tradição gramatical;
- c) indicar as relações entre os fenômenos da indeterminação do sujeito e os da referenciação;
- d) analisar as motivações pragmáticas do uso das formas de realização discursiva do ‘sujeito indeterminado’;
- e) apontar contribuições significativas para uma nova descrição do fenômeno da indeterminação do sujeito, levando em conta aspectos textuais e discursivos.

No que respeita à fundamentação teórica, vamo-nos valer sobretudo de arcabouços teóricos advindos da Sintaxe de orientação funcionalista e da Linguística de Texto.

Para atingirmos nossos objetivos, organizamos nosso trabalho em quatro capítulos, a saber:

Apresentamos, nesta introdução, uma explanação sumária da questão-problema tratada neste trabalho. Iniciamos com as ideias do filólogo e professor de língua portuguesa Manoel Said Ali, em um ensaio datado de 1950. Já nessa época, debatia-se a validade dos postulados da GT para a questão da indeterminação do sujeito.

No primeiro capítulo, realizamos um cotejo entre a abordagem tradicional e algumas abordagens funcionalistas no que diz respeito ao tratamento da indeterminação do sujeito. Para a verificação dos postulados da GT a esse respeito, buscamos informações em importantes gramáticos

brasileiros filiados a essa tradição normativa, como Cunha e Cintra (2008) e Rocha Lima (2012). Para análise do fenômeno na ótica da teoria funcionalista, trouxemos informações dos principais gramáticos brasileiros que trabalham numa perspectiva textual-interativa de língua, como Neves (2011), Castilho (2010) e Bagno (2011).

No segundo capítulo, abordamos a noção de referenciação em sua relação com o processo de indeterminação do sujeito. Aplicando alguns dos conceitos básicos da Linguística de Texto sobre a referenciação, entendemos como eles são cruciais para a compreensão do fenômeno linguístico da indeterminação do sujeito.

No terceiro capítulo, faremos a explanação das etapas metodológicas de nossa pesquisa, bem como da justificativa da escolha do *corpus*. No quarto capítulo, realizamos as análises propriamente ditas. Esse trabalho de análise se desenvolve em duas etapas. A primeira consiste na análise quantitativa, que busca entender a frequência com que se usam formas de sujeito indeterminado, interpretando as consequências disso para a construção do discurso. A segunda etapa é a análise qualitativa, que procurará entender como funciona a indeterminação do sujeito na linguagem, observando as principais funções dessas estruturas no texto e no discurso.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, com as conclusões a que chegamos neste estudo com a análise de nosso *corpus*. Pudemos perceber a estreita relação entre a indeterminação do sujeito e as relações textuais de referenciação. Além disso, é preponderantemente a intenção argumentativa do autor que o fará optar por indeterminar o sujeito em um grau mais forte ou mais fraco de indeterminação.

2 ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Mostramos, na introdução deste trabalho, a existência de outras formas de indeterminação do sujeito diferentes das encontradas nos postulados da Tradição Gramatical. No presente capítulo, vamos ampliar a explanação anteriormente estabelecida, analisando detidamente as informações sobre o fenômeno em estudo encontradas em gramáticas de língua portuguesa de diferentes perspectivas teóricas.

Realizaremos um panorama do que se produziu de forma mais notável no Brasil sobre esse tema, em duas perspectivas do estudo da língua portuguesa. Numa primeira parte, trataremos do que os gramáticos da linha tradicional abordam a respeito do sujeito indeterminado na língua portuguesa, trazendo exemplos mostrados por autores para ilustrar a explanação. Vamos indicar também algumas lacunas mais visíveis nessa abordagem tradicional. Em seguida, exploraremos a concepção de linguistas brasileiros sobre esse fenômeno, que tem, nessa visão, seu estudo ampliado à abordagem do texto e do contexto discursivo.

Partindo, então, de uma visão mais ampla a respeito desse fenômeno, mais do que de uma simples classificação do sujeito da oração, como faz a Tradição Gramatical, nosso objetivo, aqui, é entender a indeterminação do sujeito como um fenômeno linguístico-discursivo. Ela é percebida como uma estratégia do interlocutor na qual atuam aspectos de ordem interacional; reflete, pois, intenções definidas contextualmente. É imprescindível, então, concebê-la tendo-se em conta as consequências que ela traz para a produção de sentidos nos diversos textos em uso na língua portuguesa. Neste capítulo, analisaremos exemplos de diversos contextos de circulação. Na análise de dados, mostraremos como a indeterminação do sujeito funciona no contexto jornalístico, a partir de editoriais.

De início, observamos que a abordagem do fenômeno da indeterminação do sujeito por alguns gramáticos de orientação mais tradicional (KURY, 1999; ROCHA LIMA, 2012; LUFT, 2002; por exemplo) é reduzida, basicamente, a dois casos, como nos aponta Almeida (2009, p. 414):

O sujeito é indeterminado quando de impossível identificação. Tal acontece em orações com verbos: a) ativos, acidentalmente impessoalizados na 3ª do plural, [como em] 'Dizem que ele vem' [...] e b) acidentalmente impessoalizados na passiva, [como em] 'Precisa-se de um datilógrafo' e 'Assim se vai aos céus'.

As observações desse autor ilustram, de maneira geral, o que se encontra em gramáticas mais tradicionais acerca da indeterminação do sujeito, como poderemos confirmar adiante. Como se pode perceber, a caracterização dos casos de 'sujeito indeterminado' na tradição prioritariamente formal é desvinculada de uma reflexão sobre os contextos de uso linguístico dessas estruturas, seus aspectos semântico-pragmáticos e suas funções no texto e no discurso.

Em linhas gerais, para a GT, a indeterminação do sujeito ocorre quando o sujeito da sentença não pode ser identificado por nenhum elemento do contexto (ALMEIDA, 2009; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008; LUFT, 2002; ROCHA LIMA, 2012). Nesse caso, o sujeito a que se refere esse conceito é o sujeito gramatical (sintático). As definições, no entanto, são relacionadas ao contexto (semântico e/ou discursivo), uma vez que os autores indicam o desconhecimento do interlocutor do texto em relação ao sujeito para caracterizá-lo indeterminado.

Em estudo diacrônico sobre as estratégias pronominais de indeterminação do sujeito, Vargas (2010) destaca os casos de indeterminação apontados, de maneira geral, pela GT em sentenças finitas e não finitas. Para as sentenças finitas, há dois casos: a) quando o verbo da oração é empregado na terceira pessoa do plural, como nos exemplos (1) e (2), trazidos pela autora:

- (1) Gritaram que o mundo ia se acabar.
- (2) Contaram-me histórias alegres.

b) quando a terceira pessoa do singular é empregada seguida do índice de indeterminação do sujeito 'se', com verbos transitivos indiretos, como em (3), e intransitivos, como em (4), ambos os exemplos trazidos pela autora:

- (3) Precisa-se de digitadoras.
- (4) Ainda se vivia num mundo de certezas.

Para as sentenças não finitas, a autora destaca exemplos de Cunha e Cintra (2008). Para ela, em casos como (5), no qual o sujeito da sentença é preenchido por um verbo no infinitivo, encontram-se, também, sujeitos indeterminados:

- (5) Amar é a eterna inocência. (CUNHA; CINTRA, 2008 *apud* VARGAS, 2010)

Apesar do destaque para os sujeitos de orações não finitas, na GT, em geral, só sujeitos de orações finitas são contemplados quando se estuda o sujeito indeterminado.

Os exemplos apresentados revelam que a análise do sujeito indeterminado leva em conta apenas aspectos estruturais. Como citamos, é pela pessoa verbal e pela presença da partícula “se” que se identifica, tradicionalmente, essa forma de sujeito. Além disso, a maioria dos gramáticos limita os casos de indeterminação a sentenças finitas, como destacamos há pouco. Diversos outros casos em que o viés semântico é decisivo para indeterminar-se o sujeito também não são levados em conta, e nenhum aspecto textual relacionado a essas estruturas é abordado ao se explicar o fenômeno.

Fazendo uma análise mais superficial, poderemos observar, logo de início, uma diferença nos exemplos que os autores trazem para explicar as estruturas de sujeito indeterminado. Na perspectiva tradicional os exemplos são, em sua maioria, *ad hoc*, extraídos de textos literários clássicos ou elaborados por introspecção. Numa visão de língua que leve em conta seus aspectos funcionais, os contextos de pesquisas são ampliados. Não são analisados apenas exemplos de introspecção ou de textos literários, mas também exemplos extraídos de outros textos que circulam socialmente em outros contextos que não o literário.

2.1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO A VISÃO TRADICIONAL DA GRAMÁTICA

Vamos, agora, observar o que algumas das mais representativas gramáticas de orientação tradicional no Brasil informam a respeito desse fenômeno no português, a saber: a de Cunha e Cintra (2008), a de Rocha Lima (2012), a de Luft (2002), a de Kury (1999) e a de Bechara (2009). Também trouxemos algumas observações de Caetano (2009), tendo em vista que esse autor, embora não seja um representante gramático de linha tradicional no cenário nacional, apresenta importantes contribuições sobre esse assunto, baseadas, inclusive, em outros grandes gramáticos tradicionais, como Serafim da Silva Neto.

2.1.1 Posicionamento dos gramáticos tradicionais

Uma primeira observação que poderá ser constatada neste trabalho é que, em alguns pontos, os próprios autores de orientação tradicional divergem. Em outros, claramente, há concordância entre eles. Vamos, aqui, analisar tanto os aspectos divergentes quanto os convergentes.

Para Cunha e Cintra (2008, p. 142), há sujeito indeterminado quando o “verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. [...] Nestes casos [...] o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado”. Os autores trazem alguns exemplos retirados de textos literários (cf. (6) a (8)):

- (6) – Contaram-me, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós. (A. Ribeiro)
- (7) Precisa-se do carvalho; não se precisa do caniço. (C. dos Anjos)
- (8) Na Casa pisavam sem sapatos, e falava-se baixo. (A. M. Machado)

Para tais gramáticos, há duas estruturas de sujeito indeterminado em língua portuguesa: o uso do verbo da sentença na terceira pessoa do plural,

como em (6), e o uso do verbo na terceira pessoa do singular com o pronome 'se', como em (7). Além disso, trazendo o exemplo (8), eles destacam a possibilidade de, num mesmo período, haver as duas estruturas indicadas por eles como de sujeito indeterminado.

Rocha Lima (2012) opta por uma diferenciação entre sujeito determinado e indeterminado. Para o autor, o sujeito é determinado "se identificável na oração – explícita ou implicitamente"; é indeterminado "se não pudermos ou não quisermos especificá-lo" (ROCHA LIMA, 2012, p. 289). No caso da indeterminação, ele também traz exemplos de casos com verbos na terceira pessoa do plural (cf. (9)) e na terceira pessoa do singular com a partícula 'se' (cf. (10) e (11)):

(9) Falam mal daquela moça.

(10) Vive-se bem aqui.

(11) Precisa-se de professores.

Não há, nas reflexões do referido autor, maiores desdobramentos a respeito do tema que não essa diferenciação geral entre sujeito determinado e indeterminado.

Já Luft (2002) chama a atenção para a diferenciação entre "oração de sujeito indeterminado" e "oração de sujeito inexistente". Para o autor, ocorre sujeito indeterminado "quando não se exprime o agente, que no entanto existe na ideia [...]. Há um sujeito (agente humano) que, por não querer ou não poder, não se declara" (LUFT, 2002, p. 46). Diferentemente desse tipo de estrutura, "nas orações sem sujeito, o enunciado se concentra no predicado, e este não é atribuído a nenhum ser ou agente" (LUFT, 2002, p. 47). Para estes casos, destaca o autor o uso dos verbos impessoais como exemplos²; para aqueles, o emprego da terceira pessoa do plural (cf. (12)), o emprego do verbo no infinitivo impessoal (cf. (13) e (14)) e o uso da construção "Diz que", visto na linguagem coloquial e na literária antiga (cf. (15)).

² Não cabe aqui desenvolvermos a noção de verbos impessoais e oração sem sujeito. Para aprofundar a diferenciação dessas estruturas com as de sujeito indeterminado, consulte-se Luft (2002) e Kury (1999).

(12) Comentam que ele não volta mais.

(13) É fácil protestar.

(14) Reclamar não adianta.

(15) Diz que ela anda por aí.

Para Luft (2002), no sujeito indeterminado, não há palavra que ocupe a posição do sujeito, sendo esta, então, uma categoria unicamente sintática. Observa o gramático:

É má técnica gramatical considerar os *pronomes indefinidos* como *sujeitos indeterminados*, confundindo sintaxe com semântica. Em orações como *Alguém estava chamando e ninguém respondeu*, os sujeitos são *alguém* e *ninguém*. Já para os verbos grifados em *falam muito de ti* e *não adianta reclamar*, não há palavras que exerçam a função de sujeito (LUFT, 2002, p. 47).

Outras informações relevantes a respeito do sujeito indeterminado nos traz Kury (1999) . Para esse gramático, nos casos em que há construção com verbo na terceira pessoa do singular mais a partícula ‘se’, temos sem dúvida um caso de oração sem sujeito, e não de sujeito indeterminado. Ele justifica (Kury, 1999 , p. 23):

Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com *tratar-se de [...]*. Quando se diz “Devagar se vai ao longe”, não se cogita, em princípio, de que “*alguém* vai ao longe”, mas que “é possível *ir* ao longe”, impessoalmente; e que “Não se progride sem esforço” equivale a “Não há progresso sem esforço” antes que “A gente progride sem esforço”.

Também encontramos em Luft (2002) e Kury (1999) outro ponto que não tem destaque entre a maioria dos gramáticos: a questão dos pronomes indefinidos na função de sujeito, que é mais bem explorada por Caetano (2009). Os autores diferenciam o sujeito indeterminado (cf. (16) a (18)) do indefinido (cf. (19) a (23)):

- (16) Viram-me ontem.
- (17) Foi-se feliz naquele tempo.
- (18) Precisa-se de pessoas capazes.
- (19) Vende-se casas.
- (20) Diz (por dizem) que ficou dois meses de cama.
- (21) A gente trabalha uma vida toda para isso...
- (22) Você/ a pessoa/ o sujeito trabalha a vida toda e consegue tão pouco...
- (23) Neguinho vai em pé até o trabalho.

Para os autores em foco, enquanto o “sujeito indefinido” é designado semanticamente, o “sujeito indeterminado” o é sintaticamente. Defendem, então, que há que se diferenciar essas duas categorias.

Caetano (2009, p. 399) ainda observa casos de sujeitos em terceira pessoa com contiguidade de referência, isto é, sujeitos cuja referência não é expressa na mesma oração, e sim em uma anterior. Para esse gramático, não se devem considerar esses casos (exemplificados em (24) e (25)) como de indeterminados.

(24) “Já toda a gente estava indignada. Queriam ouvir.” (M. Torga)

(25) “O conselho se reuniu, e decidiram recomeçar a guerra.” (B. Guimarães)

Retomando os exemplos (19) a (23), podemos observar que há a inclusão, com o rótulo de “sujeito indefinido”, de algumas estruturas não previstas por outros gramáticos mais conservadores. Nessa inclusão, Caetano (*op. cit.*) procura não misturar os níveis de análise, sendo um dos poucos, dentre os aqui resenhados, que faz alusão mais detalhada aos critérios semânticos e sintáticos, como podemos conferir na passagem:

Pode o sujeito [...] ser 1) *determinado* – quando explícita ou implicitamente (elíptico) expresso na oração – ou 2) *indeterminado* – se, por intermédio de certas condutas sintáticas [...], não tivermos havido por bem identificá-lo (já se

perceba que é um critério de classificação que une a semântica à sintaxe) (CAETANO, 2009, p. 399).

Na própria definição do sujeito indeterminado, no entanto, Caetano (*op. cit.*) procede à junção dos critérios, como podemos perceber quando foi caracterizado, na citação anterior, o critério de demarcação do sujeito indeterminado – a união entre semântica e sintaxe. Além disso, quando se diz que houve por bem não identificar o sujeito, fala-se de alguma intenção do produtor do texto, o que caracteriza um aspecto da língua presente no campo da Pragmática abordado por esse gramático.

Em Bechara (2009), encontramos que o sujeito indeterminado ocorre quando

não queremos ou não sabemos determinar com precisão o sujeito da oração. Temos certeza de que a ação verbal foi praticada por um ser, mas nem por isso desejamos ou podemos apontá-lo. [...] A indeterminação do sujeito não quer sempre dizer que não o conhecemos; serve também de manha inteligente da linguagem, quando não nos interessa torná-lo patente àquele com quem falamos. (BECHARA, 2009, p. 35)

Há, nessa definição, junção de elementos sintáticos, semânticos e discursivos. Isso, no entanto, não é levado em conta quando o autor dá os exemplos (cf. (26) a (30)).

- (26) Estão chamando o professor lá fora.
- (27) Pedro, disseram-me que você falou mal de mim.
- (28) Diz que vai chover. (diz = dizem)
- (29) Vive-se bem aqui. (A gente vive bem aqui)
- (30) Precisa-se de empregados. (Alguém precisa de empregados)

Se, numa estrutura como (26) ou (27), o falante está em um contexto em que, anteriormente, tenha havido pistas de quem executou a ação apontada pelo verbo, encontraremos caso de determinação do sujeito, como nos aponta, inclusive, Caetano (2009). Em (28), temos um exemplo considerado indeterminado para o PB, mas não para o PE, para o qual haveria

um caso de sujeito nulo definido (SILVA, 2004). Ao dar exemplos como (29) e (30), Bechara (2009) traz sentenças equivalentes (indicadas entre parênteses) para explicar o sentido da indeterminação dos casos. Ele afirma, no entanto, que essas paráfrases não correspondem a casos de sujeito indeterminado, uma vez que não há referência à massa humana indiferenciada, fator crucial para indeterminar o sujeito (BECHARA, 2009). Encontramos, então, uma contradição, uma vez que o sentido das sentenças é o mesmo, não se podendo determinar o sujeito em ambos os casos.

2.1.2 Problemas da visão da gramática tradicional

Vistas as posições de representativos gramáticos no cenário brasileiro, podemos constatar alguns problemas gerais da visão tradicional da indeterminação do sujeito. O principal deles está ligado à própria definição que é dada ao sujeito indeterminado, a qual mistura aspectos da Sintaxe (marcas gramaticais para identificação do sujeito; sujeito não vem expresso na oração), da Semântica (não podemos identificar o sujeito; não sabemos quem realizou a ação) e da Pragmática (não queremos ou não podemos explicitar o sujeito). Essa “integração” de níveis de análise não corresponde, no entanto, ao que observamos quando nos deparamos com alguns exemplos do cotidiano, como os apontados a seguir (cf. (31) a (34)).

(31) Alguém quebrou a porta.

Em (31), temos um caso que não é considerado pelos autores da GT como de sujeito indeterminado. Se aplicarmos a essa sentença, no entanto, o conceito geral de indeterminação do sujeito – de acordo com a maioria das gramáticas, quando não podemos identificar quem realizou a ação verbal –, veremos que ela se encaixa nessa definição. Neste caso, além de não ser possível identificar o realizador da ação, o sujeito também vem nela expresso (“Alguém”), o que contraria a informação de que o sujeito indeterminado não é expresso na sentença (CUNHA; CINTRA, 2008).

Levando em conta fatores pragmáticos, também podemos indicar os sujeitos da ação verbal nas sentenças (32), (33) e (34):

(32) Quebraram a porta.

(33) A pessoa quebra a porta e não diz nada.

(34) Você quebra a porta e sai sem nada dizer.

Em (32), podemos ter uma referência vaga ao sujeito do verbo 'quebrar', desconhecendo quem praticou a ação por ele expressa. Entretanto, em um contexto em que o produtor dessa sentença tenha omitido o agente da ação verbal na superfície textual, mas o tenha indicado por meio de várias outras pistas textuais, a referência fica clara. Essas pistas podem ser, inclusive, paratextuais (gestos, entoações, expressões etc.), sobretudo em se tratando de língua falada.

Nos exemplos (33) e (34), temos, respectivamente, as expressões referenciais que ocupam o lugar de sujeito 'A pessoa' e 'Você'. Nas duas sentenças, se fizermos uma leitura em que não haja indicação outra de quem realizou a ação, teremos claramente um exemplo de sujeito indeterminado. Em outra possibilidade de leitura, a partir de pistas textuais, poderemos identificar claramente o referente da expressão em destaque. Olhando de uma perspectiva ampla, no entanto, podemos dizer que a sentença (33) é mais propícia a ser um caso de indeterminação do sujeito que a sentença (34), embora esta última também ocorra em muitos casos da língua com um sujeito de referência genérica, indeterminada.

Na análise desses exemplos, percebemos aí que há outro problema nos postulados da GT: não podemos estabelecer se o sujeito de uma oração é determinado ou não simplesmente analisando formas linguísticas em sentenças descontextualizadas. Cunha e (2008), por exemplo, destacam que o produtor do enunciado tem motivos para indeterminar o sujeito. Na análise dos exemplos, entretanto, esses motivos (componente pragmático) não são levados em conta. É essa lacuna que não permite dizer plenamente se o sujeito nas sentenças de (32) a (34) são indeterminados ou não.

2.2 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO A VISÃO DA LINGUÍSTICA DE PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Caracterizamos a visão funcionalista da linguagem como um conjunto de teorias que comungam, dentre outros aspectos, a ideia de que qualquer análise ou descrição da língua devem ser feitas partindo da função dos elementos linguísticos, os quais são sempre encontrados em contextos de uso, e não aleatoriamente. Neste capítulo, pretendemos elencar alguns contextos de uso de estruturas em que a indeterminação do sujeito se faz presente, explicando, assim, suas funções na língua.

Sobre o Funcionalismo em geral, observa Furtado da Cunha (2009, p. 157) que, para essa corrente da Linguística,

a linguagem [é vista] como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade [...] buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Nesse viés, o Funcionalismo opõe-se ao Formalismo, que estuda a língua sem estabelecer relações entre o código e a situação discursiva e, por isso mesmo, não consegue dar conta de vários fenômenos que ocorrem na língua (NEVES, 1997). A abordagem da GT para a indeterminação do sujeito tem algumas de suas bases em teorias formalistas e, como já demonstramos, nessa abordagem, há lacunas para o tratamento desse fenômeno.

Para os funcionalistas, de modo geral, a análise linguística objetiva um estudo das relações existentes entre as formas linguísticas e os diversos contextos discursivos em que elas se inserem (FURTADO DA CUNHA, 2009). Para a análise da indeterminação do sujeito, significa dizer que essas estruturas precisam ser observadas em suas possibilidades de circulação social, pois é a partir dos textos que circulam no cotidiano dos usuários da língua que poderemos entrar em contato com as diversas formas de que a língua dispõe para indeterminarem-se seus sujeitos.

Ainda segundo Furtado da Cunha (2009) e Neves (1997), numa visão funcionalista, o estudo do uso interativo da língua tem o objetivo de explicar determinadas regularidades que se observam no próprio uso (e na própria língua, em consequência), de acordo com as análises das condições em que os discursos se dão.

Além disso, os dados analisados pelos funcionalistas são, em sua maioria, encontrados no uso da língua. Evita-se o uso de dados de introspecção, criados para comprovar uma ideia. Sendo dados que de fato são encontrados na língua, o contexto em que eles ocorrem é fundamental, já que os funcionalistas postulam que é exatamente o contexto (entendido aqui em seu sentido mais amplo) que motiva a estruturação morfossintática dos enunciados.

Marcuschi (2008, p. 33) aponta que, para os funcionalistas, os dados estudados são aqueles que envolvem “aspectos funcionais, situacionais e contextuais ou comunicacionais no uso da língua, não se concentrando apenas no sistema”. Em suma, toda estrutura gramatical que possa vir a ser matéria de abordagem funcionalista tem que ser analisada no contexto de que faz parte, sempre que possível. Mesmo assim, apesar da importância do contexto, alguns autores funcionalistas, por estarem tão acostumados a uma análise que não leva em conta o contexto, parecem menosprezar esse princípio tão fundamental.

De forma geral, os autores que trabalham com uma perspectiva funcionalista da linguagem procedem a uma análise contextual da indeterminação, ou seja, buscam, na situação de uso em que o enunciado se encontra, a possibilidade de referência a objetos do mundo (objetos do discurso), mesmo que essa situação seja simulada pelo próprio linguista. Quando não podemos fazer a identificação do objeto referido, a expressão é indeterminada. Ao contrário, quando a referência pode ser claramente estabelecida, a expressão é determinada. Haverá casos, também, em que uma mesma expressão pode ser indeterminada ou não, a depender do contexto em que a sentença (enunciado, na preferência dos funcionalistas) possa encontrar-se. Além disso, pode haver casos em que essa (in)determinação não esteja tão evidente. Esse debate, inclusive, é mais amplo, não ficando restrito apenas à

categoria sujeito; qualquer expressão linguística pode ser determinada ou não. Aqui, vamos observar o fenômeno apenas na função sintática 'sujeito'.

Outra característica da abordagem funcionalista é a busca de integração dos componentes sintático, semântico e discursivo (pragmático). As análises empreendidas por autores como Neves (2011), Castilho (2010), Perini (2010), Azeredo (2008) e Bagno (2011) buscam levar em conta, sempre que possível, esses três níveis. O sujeito indeterminado, então, deve ser indeterminado sintática, semântica e pragmaticamente. Nos estudos de linha funcionalista, a maior crítica feita à visão da GT é a ausência dessa integração. Aqui, vamos destacar alguns dos autores brasileiros ligados, de alguma forma, à vertente funcionalista, buscando, sempre que possível, analisar esses três componentes da língua em estruturas de indeterminação do sujeito.

2.2.1 O trabalho de Neves (2011)

As discussões de Neves (2011) a respeito da indeterminação do sujeito foram pioneiras entre os estudos gramaticais funcionalistas brasileiros, tendo sido publicadas pela primeira vez no ano 2000. A autora associa o fenômeno, em grande parte, aos casos em que o pronome pessoal faz uma referência genérica. Segundo a autora, pela abrangência que as formas pronominais têm em relação às pessoas do discurso, pode haver graus de indeterminação. Ela é mais fraca quando algumas pessoas do discurso ainda são excluídas da referência feita pelo pronome, delimitando seu escopo referencial, como nos exemplos (37), (38) e (42)³.

E é mais forte quando todas as pessoas do discurso estão inclusas na referência da expressão pronominal, como demonstram os exemplos (35) e (40)⁴. Essa classificação (forte e fraca) não é aplicada, no entanto, a todos os casos destacados pela autora.

³ (37) Sabe como é, quando a gente se acostuma com uma coisa, eles inventam outra.

(38) Jogaram alguém na piscina; a velha cena da festinha em que todo mundo cai na piscina.

(42) Eu gosto de você, mas o pessoal fala que você é meio biruta.

⁴ (40) O trem atrasa o quê? Nem meia hora e o cara quebra tudo.

- (35) Você vai lá, fica dois dias fazendo curso, eles te catequizam, fazem você comprar uma tonelada de sabão e abrir seu negócio.

Em (35), o uso do pronome 'você' não faz referência apenas à segunda pessoa do discurso, como ocorre em geral. Ele significa, nesse caso, uma pessoa qualquer, abrange várias possibilidades para o sujeito da ação verbal, sendo, por isso, indeterminado. A indeterminação, mostra a autora, é muito forte, uma vez que abrange as três pessoas do discurso. Cabe, aqui, lembrar que o sentido de indeterminação dessa estrutura ocorre no contexto do qual a autora retirou essa sentença. Podemos, a partir de um contexto em que a referência ao 'você' seja claramente estabelecida, interpretar essa estrutura como de sujeito determinado. O mesmo pode acontecer no exemplo a seguir:

- (36) Eu vou lá, fico dois dias fazendo curso, eles me catequizam, me fazem comprar uma tonelada de sabão e abrir meu negócio.

Em (36), exemplo de introspecção elaborado pela autora, também encontramos uma sentença com referência genérica por meio da forma pronominal 'eu'. Para Neves (2011), há aí um contexto que, em princípio, marcaria a determinação, tendo em vista representar a primeira pessoa do singular. Podemos salientar que é essa a interpretação mais corrente, a de que a referência à expressão 'eu', na maior parte dos contextos, seja bem definida. No com texto imaginado pela autora para essa sentença, no entanto, aponta-se a possibilidade de uma interpretação genérica para o sujeito, tornando-o, assim, mais indeterminado.

- (37) Sabe como é, quando a gente se acostuma com uma coisa, eles inventam outra.

- (38) Jogaram alguém na piscina; a velha cena da festinha em que todo mundo cai na piscina.

Em (37), há dois casos de indeterminação do sujeito. O segundo caso, marcado pelo uso da forma pronominal 'eles', é apontado pela autora como de

fraca indeterminação, uma vez que abrange apenas a terceira pessoa do discurso, excluindo dessa referência a primeira e a segunda pessoas, o que aumenta a possibilidade de uma determinação desse sujeito. Em (38), temos um caso de indeterminação semelhante ao segundo caso de (37), o emprego da terceira pessoa do plural. Dessa vez, no entanto, o pronome pessoal vem elíptico.

No primeiro caso de (37), encontramos a forma pronominal ‘a gente’ fazendo referência genérica e, por isso, constituindo-se em caso de sujeito indeterminado. É o que também encontramos em (39):

- (39) Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.

Esse uso destacado em (39) é corrente no português brasileiro, juntamente com o emprego de sintagmas nominais genéricos como ‘o cara’, ‘o cidadão’, ‘o pessoal’, ‘a pessoa’, entre outros (NEVES, 2011). A autora traz os seguintes exemplos:

- (40) O trem atrasa o quê? Nem meia hora e o cara quebra tudo.
 (41) Um número e um nome simples, que acompanharam o cidadão até a sepultura modesta do cemitério de São Francisco Xavier.
 (42) Eu gosto de você, mas o pessoal fala que você é meio biruta.
 (43) O erro é sempre o fruto da ignorância. Ou a pessoa erra por que ignora que está agindo mal ou, então, quando ela erra sabendo que está em falta [...].⁵

Neves (2011) observa que, diferentemente do que ocorre no caso (39), em que a expressão genérica tem valor de pronome pessoal (‘a gente’), nos casos (40) a (43), a expressão genérica é um sintagma de núcleo substantivo. Outro ponto que merece destaque é que tais sintagmas, formalmente, são sintagmas nominais definidos, uma vez que o determinante do núcleo nominal

⁵ Neves (2011) ainda demonstra que o caso (43) pode ocorrer em contextos formais. Tal observação prova que não são exclusivos de contextos coloquiais de uso da língua essas formas de indeterminação do sujeito não previstas pela GT.

é um artigo definido. Semanticamente, no entanto, percebemos seu sentido indeterminado, indefinido, justamente pelo fato de haver, aí, uma referência genérica do elemento linguístico. Essa interpretação, vale ressaltar, ocorre nos contextos dos quais a autora retirou as sentenças em análise. É possível estabelecermos outros contextos em que outra interpretação seja a de uma referência definida, o que caracterizaria um sujeito mais determinado. Isso reforça, mais uma vez, a necessidade de que o contexto da sentença seja sempre indicado na hora da análise, o que nem sempre é possível nas gramáticas, mesmo as de orientação funcionalista, por causa de limitações de diversas ordens, as quais não cabe aqui detalhar.

Neves (2011) destaca, ainda, que o uso genérico de um pronome pessoal pode coexistir numa mesma sentença com o uso de um sintagma nominal genérico, como ocorre em (44):

- (44) Cuidadosa, tirânica, absorvente, toma conta de você, bebe você, asfixia você! Devora, antes que a pessoa tenha percebido ou tentado se defender.

Em (44), temos caso de indeterminação do objeto ('você') e do sujeito ('a pessoa'). Diferentes desses casos são aqueles em que a terceira pessoa do singular é empregada no verbo para dar ideia de indeterminação:

- (45) Lá tira título de eleitor, documento.
 (46) Falava-se de Pedro.
 (47) Entre os papéis, encontrou-se um documento sobre a exploração do urânio em Minas Gerais. (construção passiva)

Em (45), temos o uso da terceira pessoa do singular estabelecendo referência indeterminada, mas não nos moldes previstos pela Gramática Tradicional. A terceira pessoa do singular é usada, nesse caso, sem ser acompanhada do índice de indeterminação do sujeito – 'se'. A forma prescrita pela norma-padrão ocorre, por exemplo, em (46) e (47), em que encontramos a terceira pessoa do singular com o índice 'se'. No caso de (46), a construção é

tipicamente genérica, sendo considerada inclusive um caso forte de indeterminação (NEVES, 2011). Em (47), no entanto, não encontramos um caso exato de indeterminação do sujeito, uma vez que temos uma construção passiva sintética, embora haja contestações a respeito disso (NEVES, 2011)⁶.

(48) Nós, todos nós, o ser humano não suporta o sucesso de outro ser humano, nós odiamos o Pelé.

Em (48), encontramos um caso de indeterminação com a primeira pessoa do plural, apontado por Neves (2011) como um caso fraco de indeterminação, por incluir, dentre as possibilidades de sujeito da sentença, pelo menos um elemento referencial, o falante (primeira pessoa do discurso, para usar um termo mais amplo). No contexto apontado pela autora, ‘nós’ representa o ser humano em geral. A sentença quer dizer que, de maneira generalizada, os seres humanos, representados pela expressão ‘nós’, não gostam de ver o sucesso de seus semelhantes. Num contexto diferente, no qual os interlocutores estivessem especificados, essa interpretação genérica seria menos cabível.

2.2.2 O trabalho de Castilho (2010)

Castilho (2010) inclui o tema em questão na abordagem das propriedades semânticas do sujeito: determinação/ indeterminação. Para ele, “o traço de definitude é definido no texto, ou seja, nenhuma classe passível de figurar como sujeito será intrinsecamente determinada ou indeterminada” (CASTILHO, 2010, p. 298). De acordo com essas considerações, então, nenhum caso formal de sujeito indeterminado pode ser estabelecido

⁶ Nesta parte do capítulo, nosso objetivo é mostrar a teoria desenvolvida pelos gramáticos brasileiros que seguem a linha funcionalista de estudos da linguagem. Não vamos desenvolver, por isso, tais contestações, que nem chegam a ser elencadas pela autora. A questão mencionada nesse trecho será retomada por outros autores mais adiante: o fato de, na GT, a construção chamada ‘passiva sintética’ só ocorrer quando o verbo exigir como complemento o objeto direto, não sendo, para esses casos, a sentença considerada como de sujeito indeterminado, mesmo quando, claramente, há uma referência genérica autorizada pelo verbo da sentença, observando-se sobretudo o contexto em que tal sentença se encontra (AZEREDO, 2008).

previamente, como ocorre na GT; todos devem ser validados no texto (contextualmente). Mesmo assim, o autor destaca três formas recorrentes de indeterminação do sujeito no PB:

(a) Pronomes pessoais de “referenciação genérica” (NEVES, 2011), como mostram os seguintes exemplos:

(49) Normalmente, quando você não sabe o que fazer, é melhor não fazer nada.

(50) Depois da crise econômica, eles deram de dizer que as centrais de atendimento não podem passar de um minuto para atender. (eles = autoridades não identificadas)

(b) Sujeito expresso pelo pronome ‘se’, como se pode ver, abaixo:

(51) Falou-se muito numa solução para o caso.

(c) Sujeito elíptico, com verbo na terceira pessoa do plural, como no seguinte exemplo:

(52) Ø Pediram agasalhos para os flagelados.

Com exceção dos exemplos (49) e (50), as outras sentenças destacadas pelo autor como “formas prototípicas” de sujeito indeterminado correspondem ao que já é previsto pela GT para esse fenômeno linguístico. Na obra de Castilho (2010), faltam ser indicados, então, alguns outros casos de indeterminação, como os previstos por Neves (2011), já indicados neste capítulo, e os que mostraremos aqui, mais adiante.

Além disso, entendemos, em contrapartida com o que coloca Castilho (2010), quando caracteriza a (in)determinação como propriedade semântica do sujeito, que ser um sujeito indeterminado ou não é um traço que vai além do componente semântico da língua. Discutir os casos de indeterminação do sujeito é entrar nos planos pragmático e discursivo da linguagem. Para

identificar se o sujeito de uma sentença é mais (ou menos) (in)determinado, devemos levar em conta primeiramente a intenção do produtor dessa sentença para optar por essa forma linguística, além de diversos aspectos de ordem contextual, que serão abordados por nós na análise dos dados da nossa pesquisa.

2.2.3 O trabalho de Perini (2010)⁷

Perini (2010) relaciona a indeterminação (de forma geral, não só do sujeito, mas também do objeto ou do próprio verbo) à capacidade que um sintagma tem de fazer referência a elementos externos à língua. Tal fenômeno é assim explicado pelo autor:

Indeterminação é o fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma. Por exemplo, o sintagma *esse menino* é determinado porque fornece ao receptor meios de identificar a pessoa em questão. Já *menino*, sem determinante, é menos determinado porque ao usá-lo estamos falando dos meninos em geral (*menino dá muito trabalho*). Ou, ainda, podemos nos referir a um ser humano sem maiores delimitações (*alguém mexeu no meu prato*) e assim por diante. Quanto menos individualizada (isto é, quanto mais esquemática) for a referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo. Esses graus de indeterminação, ou pelo menos alguns deles, são marcados gramaticalmente pelas línguas. (PERINI, 2010, p. 83)

Como ficou evidenciado nas palavras do autor, quanto menos individual for a referência feita pelo sintagma, mais indeterminada será a referência expressa por ele, e vice-versa. Nos enunciados, esse fenômeno pode ser reconhecido lexical e gramaticalmente, mostra o autor. Com relação a essas estruturas léxico-gramaticais responsáveis pela marcação dessa

⁷ Incluímos o trabalho de Perini (2010) no rol dos autores funcionalistas por acreditarmos que sua fundamentação teórica na *Gramática do Português Brasileiro* traz muitas referências a estudos funcionalistas e sociolinguísticos. Muitos dos conceitos discutidos pelo autor remetem a conceitos já trabalhados por autores funcionalistas, como Neves (2011), no caso da indeterminação do sujeito. Ele, no entanto, não se declara como tal, procurando assumir uma postura ateórica (PERINI, 2010, p. 25-26), o que sabemos não ser totalmente possível. Em sua obra, na verdade, o que se buscou como resultado foi “uma gramática descritiva, que procura explicitar a língua realmente utilizada pelos falantes do PB, sem discutir ou sustentar alguma teoria em particular; e muito menos prescrever a língua ideal que as pessoas deveriam usar” (PERINI, 2010, p. 25-26).

indeterminação no PB, língua rica nesse recurso, segundo o próprio autor, ele apresenta vários casos. Elencaremos, a seguir, tais casos, com a nomenclatura proposta pelo próprio Perini (2010).

(a) Sintagma nominal sem determinante

(53) Criança suja muito o chão.

(54) Até 1971 o clube não aceitava criança.

Segundo Perini (2010), esse tipo de sintagma tem uma referência genérica, identificando um tipo de entidade, e não um indivíduo. Ele pode marcar um menor grau de determinação tanto em sujeitos (cf. (53)) quanto em objetos (cf. (54)). A análise do autor mostra que tais sintagmas têm alto grau de indeterminação. Isso se confirma quando observamos a referência feita pelas expressões em destaque em (53) e (54).

No exemplo (53), o sintagma 'criança' faz referência a toda e qualquer criança, sem estabelecer um ser pontual, específico, que realize a ação indicada pelo verbo. Significa dizer que qualquer criança do mundo suja muito o chão. Tal sintagma, então, é caracterizado por ser, semanticamente, bastante indefinido e pouco específico, por isso genérico. O mesmo pode ser observado para o exemplo (54), cujo elemento destacado ocupa a posição de objeto, ainda que com os mesmos valores semânticos do exemplo anterior.

(b) Verbo sem sujeito na terceira pessoa do plural

(55) Quebraram a janela.

Em (55), embora não haja explicitação do sujeito, percebemos que seu referente, mesmo sendo vago, genérico, carrega minimamente o traço semântico [+humano]. No contexto considerado pelo autor, não se consegue identificar quem quebrou a janela, por isso o sujeito é indeterminado. Entretanto, como já mostramos aqui, há possibilidades de contextos em que

essa sentença tenha o sujeito mais determinado, sobretudo se recorrermos a elementos extralinguísticos.

(c) Verbo sem sujeito na terceira pessoa do singular

(56) Nessa fazenda planta café e milho.

(57) Para ir na pracinha segue essa rua até o final e vira à direita.

Perini (2010) considera indeterminados os sujeitos em (56) e (57). Nesses casos, podemos observar que os sujeitos estabelecidos (mas não explícito) pelos verbos em destaque são genéricos. Não se delimita quem planta na fazenda, em (56), nem quem vai à pracinha, em (57). Temos que discordar, no entanto, do autor, quando ele classifica os casos (b) e (c) como casos de verbo sem sujeito. O que nos parece mais prudente é afirmar que, embora a posição de sujeito da sentença não esteja linguisticamente preenchida, podemos inferir, genericamente, a existência de um referente que realiza a ação indicada pelo verbo. Tal referente, como já destacamos anteriormente, tem o traço semântico [+humano].

(d) Infinitivo sem sujeito

(58) Nadar é bom para a saúde.

Em casos como (58), também discordamos do autor quando ele classifica o exemplo como de infinitivo sem sujeito. Ao contrário dos casos apontados em (b) e (c), a posição de sujeito é linguisticamente ocupada pelo próprio infinitivo, como em (58), como destaca Vargas (2010), inclusive. Textual e semanticamente, o sujeito ocupado por um verbo no infinitivo tem alto grau de indeterminação, pois nem mesmo uma referência ao traço [+humano] pode ser feita. O sintagma, nesse caso, é altamente vago, genérico, designando uma ação no lugar de um ser animado.

(e) Uso de elementos lexicais

- (59) O sujeito toma droga e ameaça quebrar tudo.
- (60) A pessoa deve acondicionar o lixo em recipiente específico, separando lixo orgânico, vidro, papel, lata etc.
- (61) Na calada da noite, o cara chega, invade sua casa, você vê o cara e tem que afinar.
- (62) Ou você pertence àquele grupo de críticos ou te ignoram completamente.
- (63) É melhor a gente levar uma vaia do que ser aplaudido contando mentira.
- (64) Eles vão acabar deixando a inflação voltar.
- (65) Esse financiamento é assim: tu paga tudo o que te mandam pagar e tu ainda fica devendo.

Nesses casos, encontramos itens lexicais (nominais ou pronominais) que ocupam a posição de sujeito, deixando uma referência genérica, mesmo que saibamos que essa referência só pode ser preenchida por um item [+humano]. Estudos de Neves (2011) e Vargas (2010) mostram ser essa uma tendência em alta no PB.

Nos exemplos (59), (60) e na primeira ocorrência do exemplo (61), a posição de sujeito é ocupada realmente por elementos lexicais, com os sintagmas de núcleo substantivo como ‘o sujeito’ (cf. (59)), ‘a pessoa’ (cf. (60)) e ‘o cara’ (cf. (61)). Já na segunda ocorrência do exemplo (61) e nos exemplos (62) a (65), a posição de sujeito é ocupada por formas pronominais, que não são, diferentemente do que é postulado por Perini (2010), elementos lexicais, e sim gramaticais⁸. Dentre os elementos gramaticais que ocupam a função de sujeito indeterminado, Perini (2010) observa que o ‘eles’ (cf. (64)) é o mais usado em língua portuguesa.

⁸ Essa diferenciação básica entre elementos lexicais e gramaticais já foi abordada neste capítulo quando trouxemos os postulados de Neves (2011) para exemplificar as estratégias de indeterminação.. Não é nosso objetivo aqui aprofundar as diferenças entre léxico e gramática. Tais estudos podem ser encontrados em Castilho (2010) e Biderman (1978).

Mesmo sendo de natureza diferente, as formas encontradas de (59) a (65) assumem funções semânticas e textuais semelhantes, uma vez que têm o mesmo papel referencial. Dentre esses exemplos, Perini (2010) dá destaque para a sentença que indicamos em (61). Nela, encontramos dois casos de indeterminação do sujeito. Pela própria sentença, sabemos que, embora ambos indiquem uma referência a um ser humano qualquer, esses sintagmas ('o cara' e 'você') necessariamente devem representar seres diferentes: enquanto um invade a casa, o outro deve afinar.

Ainda na perspectiva funcionalista, vejamos as observações de Azeredo (2008), a seguir.

2.2.4 O trabalho de Azeredo (2008)

As considerações trazidas por Azeredo (2008) procuram sempre integrar os componentes sintático, semântico e pragmático da língua. Para o autor,

orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser de que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade de omissão da identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto produzido é outra (AZEREDO, 2008, p. 225-226).

Observamos, então, que Azeredo (2008) põe relevo no componente pragmático da análise da indeterminação do sujeito. Para ele, devem sempre existir razões (cognitivas e discursivas) pelas quais o interlocutor do enunciado decide indeterminar ou não o sujeito.

De acordo com esse autor, em textos escritos formais, utiliza-se, sobretudo, o pronome 'se' (cf. (66)), o infinitivo (cf. (66)) e a terceira pessoa do plural (cf. (68) e (69), logo adiante) para indeterminar-se o sujeito.

(66) “A constatação a que se chega é de que é preciso utilizar esses dez anos da lei para revê-la...” (R. Rocco).

Em (66), podemos observar que as palavras sublinhadas representam referentes genéricos: não se pode definir exatamente quem exerce a ação indicada pelos verbos ‘chegar’ e ‘rever’. Além disso, o verbo no infinitivo ocupando a posição de sujeito imprime destaque à ação em si, não ao agente da ação. Esse destaque não permite que façamos referência sequer a um traço [+humano], o que ocasiona um elevado nível de indeterminação do sujeito.

Das três estratégias apontadas por Azeredo (2008), o uso do ‘se’ é raro em textos orais informais. Segundo o autor, a preferência dos falantes é para o uso do verbo na terceira pessoa do plural ou do singular (sem a partícula ‘se’). Ele aponta, no entanto, que o uso dessa forma de indeterminação permite que o enunciador se inclua na referência genérica do sujeito. Tal inclusão, na verdade, não é como ser individual, mas como ser componente de um grupo geral, como podemos notar em (67):

(67) “Fixara-se em mim a ideia de que se fica menor quando se tem perto alguma colina ou montanha” (Machado).

Nesse exemplo, podemos notar que a predicação feita pelos verbos ‘ficar’ e ‘ter’ remonta a um grupo indefinido de pessoas, dentre as quais está incluso o interlocutor do texto.

Para o estudo dos sujeitos indeterminados pelo uso do verbo na terceira pessoa do plural, Azeredo (2008) traz os seguintes exemplos:

(68) Estão anunciando na televisão um tratamento infalível para a calvície.

(69) “Uma vez contaram-me como se matam gansos na França” (Sant’Anna).

Analisando os exemplos (68) e (69), o autor constata que, embora não se tenha feito ainda uma caracterização completa dos verbos que permitem a

indeterminação pelo uso da terceira pessoa do plural, eles são, geralmente, verbos de ação (cf. (70)), de comunicação verbal (cf. (71)) e de cognição (cf. (72)):

(70) Roubaram minha carteira e eu não percebi.

(71) Dizem que ele ficou louco.

(72) Aqui acham que ela é viúva.

Ele registra também

que, na interação espontânea, a omissão da identidade do sujeito se exprime correntemente mediante o emprego de sintagmas nominais de significação genérica ou indeterminadora como *a gente, muita gente, todo mundo* no papel de sujeito simples. Observa-se, ainda, que só é possível a indeterminação do sujeito quando o predicado se refere a algum ser humano no papel de sujeito. (AZEREDO, 2008, p. 226)

Essa posição corrobora o que já mostramos até agora, baseados em Neves (2011) e Perini (2010). No PB, são os sintagmas nominais de referência genérica os mais utilizados para indeterminar-se o sujeito. Temos que discordar do autor, entretanto, quando ele afirma que a indeterminação do sujeito só pode ocorrer com expressões de traço semântico [+humano]. Já mostramos aqui casos, por exemplo, de sujeito indeterminado oracional, como (58), reproduzido a seguir:

(58) Nadar é bom para a saúde.

Nesses casos, não podemos recuperar, na posição de sujeito, um referente [+humano], e sim a ação em si, indicada de maneira genérica.

Ao tratar das construções passivas, Azeredo (2008) mostra que, nas construções de passiva sintética (cf. (73)), o agente do processo verbal fica obrigatoriamente indeterminado. Elas são, então, interpretadas como uma versão passiva de uma construção ativa de sujeito indeterminado (cf. (74)).

(73) Abandonaram-se estas crianças.

(74) Abandonaram estas crianças.

O uso do 'se', nesse contexto, serve para indeterminar o agente da ação verbal. Segundo Azeredo (2008), essa estrutura é amplamente empregada no discurso acadêmico ou ensaístico, como podemos ver em (75):

(75) “Assim como se nasce poeta, arquiteto, flautista ou domador, Clementino teria nascido barbeiro de necrotério” (RODRIGUES *apud* AZEREDO, 2008).

Mesmo em contextos nos quais as sentenças com a partícula 'se' são construídas com verbos transitivos diretos, tratadas pela GT como exemplos de passiva sintética, a indeterminação do agente se faz muito forte. De acordo com a GT, sintagmas como 'os possíveis conflitos' (cf. (76)) e 'os limites da ilha' (cf. (77)) devem ser entendidos como sujeitos de seus respectivos verbos, que se encontram na voz passiva sintética (ou pronominal). Não é essa, no entanto, a interpretação feita pelos usuários da língua. Como podemos observar nos exemplos (76) e (77), tais sintagmas são interpretados como objeto direto de seus verbos, cujos sujeitos encontram-se indeterminados.

(76) “Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos.” (SCHWARCZ *apud* AZEREDO, 2008).

(77) “Aos 30 anos já se aprendeu os limites da ilha, já se sabe de onde sopram os tufões e, como o naufrago que se salva, é hora de se autocartografar” (SANT'ANNA *apud* AZEREDO, 2008)

Essa interpretação já é tão corrente entre os falantes da língua que permite a formulação de sentenças em que o complemento dos verbos, na forma pronominal, é codificado como objeto direto (sintaticamente) e pronomes oblíquos átonos (morfologicamente), como percebemos em (78):

- (78) “Há sempre muito barulho e a voz humana tornou-se débil demais nas cidades grandes; para se ouvi-la, é preciso amplificá-la” (BRITO *apud* AZEREDO, 2008).

Nesse exemplo, o '(l)a' retoma o sintagma 'a voz humana', que seria, sob a ótica da GT, o argumento com valor semântico de sujeito paciente do verbo 'ouvir' (“para a voz humana ser ouvida”). A interpretação do falante como uma estrutura de objeto direto é que permite sua retomada por um pronome oblíquo. Textualmente, mesmo numa construção passiva, o produtor do texto não consegue identificar quem realiza a ação expressa pelo verbo 'ouvir', optando, então, pela construção com o sujeito indeterminado.

2.2.5 O trabalho de Bagno (2011)

A abordagem de Bagno (2011) sobre o fenômeno da indeterminação do sujeito retoma muitos dos pontos trazidos pelos outros autores de linha funcionalista que exploramos neste capítulo. Ele sintetiza as ocorrências desse fenômeno no PB, trazendo, inclusive, muitas informações históricas para comprovar seus postulados, além de variados exemplos, não só de língua falada, com textos extraídos sobretudo dos inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) e da mídia falada no Brasil, como também de língua escrita, com textos de ampla circulação na mídia nacional e no cotidiano dos brasileiros.

Para o autor, “a indeterminação é um traço semântico que recorre a elementos morfossintáticos para obter efeitos pragmáticos de não explicitação do agente” (BAGNO, 2011, p. 749). Como vemos, para essa definição, conjugam-se critérios morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Esses três níveis de análise são, sempre que possível, levados em consideração quando o autor explica os exemplos de indeterminação do sujeito no PB. Aqui, optamos por nem sempre reproduzir o contexto das sentenças, tendo em vista que sempre o imaginamos como uma situação de referência genérica. Ainda segundo o autor,

a indeterminação do agente é um **traço semântico**, isto é, tem a ver com o signo linguístico e suas relações com o referente no mundo real. Quando não sabemos, não podemos ou não queremos enunciar esse agente, empregamos formas que expressam essa indeterminação – indeterminação que também empregamos para **generalizar** ações que, para nós, podem ser desempenhadas por qualquer pessoa (BAGNO, 2011, p. 803) (grifos do autor).

É por isso que não podemos conceber o estudo da indeterminação do sujeito sem levar em conta as relações que as expressões linguísticas têm com os elementos da realidade. Quando o enunciador, por algum motivo (pragmático), não estabelece relação (semântica) entre o elemento linguístico na função de sujeito (sintático) e seu referente (textual) no discurso, temos, então, e apenas nesse caso, o sujeito indeterminado.

Ele ainda elenca outras estruturas morfossintáticas empregadas no PB para indeterminar o sujeito de sentenças: ‘se’, ‘eles’, ‘a gente’, verbo na não pessoa⁹ do singular e do plural e ‘você’, este último indicado por Bagno (2011) como o recurso mais utilizado no PB para marcar tal fenômeno.

Segundo Bagno (2011), as formas de não pessoa são os recursos da língua utilizados por excelência para marcar a indeterminação do sujeito justamente por não se referirem a nenhuma pessoa do discurso. Em sua *Gramática pedagógica do português brasileiro*, ele aborda diversos casos de elementos linguísticos usados para a indeterminação do sujeito no PB. É sobre esses casos que discorreremos a seguir.

(a) Uso da forma ‘você’

Como já mostramos aqui, Bagno (2011) indica o uso da forma ‘você’ como o mais recorrente no PB para marcar a indeterminação do sujeito. Historicamente, essa forma advém de ‘Vossa Mercê’, pronome de tratamento usado inicialmente para se dirigir a reis. O autor também observa que a GT ainda trata o termo ‘você’ como um pronome de tratamento, o que não se sustenta mais no PB. Ele demonstra que

⁹ Seguindo a linha de Émile Benveniste (1966), Bagno (2011, p. 462-466) chama a terceira pessoa gramatical de não pessoa, por entender que os elementos indicados por essas estruturas léxico-gramaticais são externos à língua.

quanto à sua classificação, somente um apego irracional ao passado e/ou à norma linguística de Portugal pode explicar por que até hoje, nas gramáticas normativas e nos livros didáticos, **você** ainda é apresentado como “pronome de tratamento”. A inequívoca e total gramaticalização de **você** tem de ser reconhecida para uma descrição mais realista do português brasileiro contemporâneo (BAGNO, 2011, p. 747) (grifos do autor).

O termo, no PB, já é indiscutivelmente usado como pronome pessoal de segunda pessoa do singular, empregado com algumas diferenças a depender da variante linguística da qual o falante faça uso. Tal emprego, aponta Bagno (2011), é frequente no PB como uma marca de indeterminação do sujeito, como encontramos em (79):

- (79) chama-se mastectomia e mastectomia alargada...vocês retiram...por intervenção na paciente...você está com...um câncer...avançado...já muitas vezes...ou então se faz a mastectomia alargada...se retira a glândula...se retira o grande peitoral...se retira o peQUENO peitoral...ficando somente os músculos intercostais...vocês vejam COMO é traumatizante na intervenção... (NURC/SSA/49)

Além disso, o autor demonstra uma equivalência entre as formas ‘você’ e ‘a gente’ na sentença (80):

- (80) eu acho esse tipo de vestibular unificado MUITO melhor do que aquele outro vestibular em que a gente fazia...somente as disciplinas correspondentes ao setor correspondente que você ia estudar. (NURC/SSA/231)

Empregadas nessa mesma sequência, podemos perceber uma espécie de equivalência semântica entre as duas formas. Ambas fazem uma referência genérica aos seres da espécie humana, embora a forma ‘você’ seja mais indeterminada pelo fato de, na forma ‘a gente’, o falante já se encontrar nitidamente incluído. As motivações para essa diferenciação são, então, pragmáticas.

(b) Verbo na não pessoa do singular

De acordo com Bagno (2011, p. 121),

[uma] característica exclusiva do PB com relação às outras línguas da família [românica] é o uso do verbo na não pessoa do singular [...] para expressar indeterminação do sujeito: *aqui faz fotocópia, não sei onde compra os ingressos, nessa vaga não pode estacionar, tá usando muito esse comprimento de vestido etc.* (grifos do autor)

Observamos, pelos próprios exemplos citados pelo autor, que essa estratégia é amplamente empregada no PB. Segundo Bagno (2011), a ausência do sujeito exposto na sentença segue na contramão da tendência geral do PB de preencher linguisticamente o lugar de sujeito de uma sentença. Ainda de acordo com o autor, possivelmente seja essa uma estratégia de esquiva dos falantes para não incorrerem no “erro” de concordância na dita construção passiva pronominal. São exemplos trazidos por Bagno:

- (81) aquela fruta-de-conde que aqui no Rio é caríssima lá ø vende assim com preço baratíssimo... (NURC/RJ/328)
- (82) bom na escola particular escola maternal é tanto material que ø pede que se eu fosse enumerar pra você... (NURC/SSA/231)
- (83) Quando as cinzas das queimadas poluem o ar da floresta, impede-se essa troca. Assim, cria-se um círculo vicioso, onde ø queima porque não chove e não chove porque ø queima. (Carta Capital *apud* BAGNO, 2011)

Os exemplos (81) e (82) são de língua falada; o (83) é de língua escrita. Todos eles foram produzidos por falantes cultos. Observemos que, nos três, a referência estabelecida pelo sujeito elíptico é genérica: muitas pessoas vendem fruta-do-conde a um preço baixo (cf. (81)), muitas escolas pedem muito material para os alunos (cf. (82)) e muitos elementos queimam na floresta (cf. (83)).

(c) Verbo na não pessoa do plural, com ou sem o termo 'eles'

O uso da terceira pessoa do plural é o recurso de indeterminação do sujeito no PB que tem mais semelhanças com os indicados pela GT. Bagno (2011), no entanto, indica algumas mudanças no emprego dessa estratégia de indeterminação para o PB:

O **verbo na não pessoa do plural sem sujeito explícito** é uma das formas de indeterminação previstas pela tradição normativa. Embora ainda bastante usada, vem perdendo hoje em dia cada vez mais terreno para a outra: **o verbo na não pessoa do plural com o sujeito [+indet] eles** explicitado (BAGNO, 2011, p. 820) (grifos do autor).

Examinemos alguns exemplos trazidos pelo autor para confirmar essas observações:

(84) é um negócio sensacional, sabe serviram um chazinho especial também. (NURC/POA/291)

Podemos perceber, em (84), que a terceira pessoa do plural foi empregada no verbo sem sujeito explícito para indeterminarem-se as referências às pessoas que iriam servir o chá. O falante, nesse caso, usou tal estratégia, possivelmente, por desconhecimento de quem poderiam ser essas pessoas. Em outro contexto, esse mesmo exemplo poderia indicar uma referência mais exata, se os interlocutores do enunciado e os participantes da situação mencionada estivessem bem definidos. Isso caracterizaria, então, um exemplo de sujeito mais determinado.

(85) eu acho que hoje em dia já é...porque eles fizeram aquela retificação (no traçado) et cetera e tal então não sei. (NURC/SSA/098)

(86) é o caso da Belém-Brasília...nós fizemos um: trecho da Belém-Brasília e:eles fizeram...eles fazem as projeções de tráfego...o tráfego hoje é tanto... (NURC/SSA/098)

Nos exemplos (85) e (86), os três sujeitos das ocorrências do verbo ‘fazer’ estão indeterminados, sendo preenchidos pelo pronome de terceira pessoa do plural ‘eles’. Podemos perceber que a referência estabelecida por essas formas pronominais é genérica, indicando um grupo de pessoas responsáveis por fazer as mudanças indicadas nas sentenças. Optou-se pela indeterminação pelo fato de, no contexto indicado nos exemplos, o falante não ter conhecimento de quem exatamente seriam as pessoas integrantes desse grupo, o que indica a necessidade pragmática de proceder à indeterminação.

(d) Formas infinitivas

Um dos usos das estruturas de infinitivo flexionado no PB é a indeterminação do sujeito pela não pessoa do plural (BAGNO, 2011, p. 728). É o que encontramos nos exemplos (87) e (88) a seguir:

- (87) éh: eu já presenciei esse negócio... e:... você encontra... naquele despacho que vai se você tiver... oportunidade de de:... ver jogarem uma panela de despacho dentro d’água... e se ela não for realmente colocada muito no fundo você... tiver oportunidade de ver o que vai ali dentro então você vai encontrar... bilhetes e mais bilhetes dentro... (NURC/REC/256)
- (88) não mas eu li...quer dizer um projeto que eu vi acabarem inclusive naquele viaduto do rio Doce...agora não sei se depois muDARAM qualquer coisa assim mas eu vi esse projeto inclusive porque nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando. (NURC/REC/005)

Analisando os exemplos (87) e (88), percebemos que, no contexto estabelecido para os enunciados, não é possível o falante recuperar os referentes que realizam as ações de ‘jogar’ e ‘acabar’, respectivamente. O único elemento que pode ser identificado nesses referentes é que eles são seres humanos.

(e) Uso da partícula ‘se’

De todos os recursos de indeterminação do sujeito, o emprego da partícula ‘se’ é o mais explorado por Bagno (2011). Após demonstrar a

formação histórica dessa palavra, o autor indica os problemas no tratamento que a GT reserva às estruturas em que ela é empregada na língua portuguesa. O primeiro deles já foi amplamente explorado nas outras seções deste capítulo: a distinção entre a passiva pronominal e a indeterminação do sujeito. Ele procura mostrar os indícios que comprovam as falhas da GT em relação à abordagem dessas estruturas linguísticas:

Todos os estudos científicos empreendidos em torno desse tema [...] têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o **se** [...] como um recurso de que a língua dispõe para indicar a *indeterminação do sujeito*. A nomenclatura que ainda usa conceitos como “**se** apassivador”, “passiva sintética” e “passiva pronominal” é inteiramente descabida e tem de ser abandonada de uma vez por todas, junto com a concordância bizarra que ela implica (BAGNO, 2011, p. 807) (grifos do autor).

Percebemos haver vários problemas nessa abordagem da GT. Bagno (2011) indica dois principais: as questões da mistura de critérios de análise e da concordância.

Analisemos as sentenças (89) e (90), ambas retiradas de Bagno (2011, p. 806), exemplos elaborados pelo próprio autor, simulando contextos em que não se pode recuperar o agente da ação verbal.

(89) Na casa da Ivone se come demais.

(90) Na cada da Ivone se come carne demais.

Ao analisar (89), a GT indica um caso de indeterminação do sujeito pelos fatos de o verbo ser usado como intransitivo (critério sintático) e não haver possibilidade de recuperação de quem realiza a ação verbal (critério semântico). Analisando (90), a GT indica um caso de voz passiva sintética, pelo fato de o verbo estar funcionando como transitivo direto e o sujeito estar na frase indicado por ‘carne’ (critérios sintáticos).

Há, então, um duplo tratamento nos critérios estabelecidos para a definição imposta pela GT: sintático e semântico para o sujeito indeterminado e apenas sintático para a passiva pronominal. Bagno (2011) demonstra que, nos dois casos, o sujeito é indeterminado, observando-se o critério semântico. A

única diferença entre (89) e (90) aparece no critério sintático: enquanto o verbo da primeira encontra-se intransitivo, o verbo da segunda aparece como transitivo direto, tendo como complemento o termo 'carne'. O sujeito, para as duas ocorrências, é linguisticamente preenchido pela partícula 'se', o que é um fato veementemente negado pela GT:

A dificuldade da tradição gramatical em atribuir o rótulo de *sujeito* ao pronome **se** pode decorrer, quem sabe, do caráter *clítico* do **se**, isto é, do fato dele só aparecer apoiado ao verbo, sem a possibilidade, que existe para outros sujeitos, de se intercalar outros sintagmas entre ele e o verbo (BAGNO, 2011, p. 816) (grifos do autor).

Esse fato explica, por exemplo, a agramaticalidade de (91):

(91) *Nunca se, nos últimos 50 anos, viu uma enchente dessas proporções.

Para Bagno (2011), há que se reconhecer a possibilidade de o 'se' ocupar a posição de sujeito de um enunciado, mesmo que ele seja clítico.

Outro ponto problemático apontado pelo autor diz respeito à questão da concordância implicada na diferença entre as ditas estruturas passivas pronominais e de sujeito indeterminado. A GT exige que, numa dita oração passiva pronominal, caso o suposto sujeito do verbo esteja no plural, essa flexão deve ser mantida no verbo, como em (92):

(92) Nessa gruta se escondiam os tesouros roubados pelos piratas.

Em (92), o verbo 'esconder' está no plural para concordar com o sintagma 'os tesouros'. Não é isso, no entanto, que acontece no PB. Bagno (2011) traz inúmeros exemplos que comprovam essa observação, dentre os quais estão as sentenças a seguir:

(93) só os mais gritantes é que são publicados em jornal et cétera e se controla mas os pequenos não... (NURC/SP/343)

- (94) Do mesmo jeito, repete-se à exaustão máximas que advertem o leitor para um fenômeno curioso [...]. (*Entrelivros apud* BAGNO, 2011, p. 812)
- (95) A boa notícia é que nunca se viu tantos carros nas ruas. A má notícia é que nunca se viu tantos carros nas ruas. (*O Globo apud* BAGNO, 2011, p. 812)

Em (93), exemplo de língua falada, e (94) e (95), exemplos de língua escrita formal, os verbos estão no singular pelo fato de o falante interpretá-los como de sujeito indeterminado. Não há necessidade, então (como prevê a GT), de colocá-los no plural, o que só os faria concordar com seus objetos diretos ‘gritantes’ (cf. (93)), ‘máximas’ (cf. (94)) e ‘carros’ (cf. (95)). E o enunciador percebe isso por não conseguir identificar quem, realmente, realiza as ações expressas nos verbos das sentenças. “É essa poderosa evidência semântica que leva os falantes a manterem o verbo no singular, fazendo ele concordar com o sujeito indeterminado, expresso no enunciado pelo clítico **se**” (BAGNO, 2011, p. 807).

Outra evidência trazida por Bagno (2011) para justificar a concordância que é feita nessas estruturas é a manutenção do paralelismo no texto. Ele traz como exemplo um suposto guia turístico reproduzido em (96):

- (96) Tão logo se chega ao Parque dos Papagaios, já se avista no horizonte três pequenos morros cobertos de vegetação...

E explica:

Ora, é óbvio que quem avista no horizonte os três morros é a mesma pessoa que chega ao Parque. Dizer que é preciso flexionar o verbo no plural (“já se *avistam* no horizonte três pequenos morros”) é dizer que as regras sintáticas podem desconsiderar a coerência semântica do texto (BAGNO, 2011, p. 817).

Percebemos, então, que critérios textuais são também decisivos para que o produtor do texto realize esse tipo de concordância.

Outro aspecto elucidado por Bagno (2011) é o que ele chama de 'reflexividade agramatical'. Segundo o autor, a GT confunde, por não entender a função exercida pela partícula 'se' no PB, as noções de construção reflexiva e indeterminação do sujeito. Observemos os exemplos (97) e (98), ambos trazidos de Bagno (2011, p. 808-809):

- (97) Direito mesmo é o tipo de curso arcaico... ele não modifica faz muitos anos... nada foi modificado aquilo lá parece que é uma tradição... um curso tradicionalista ... como foi há uns tempos atrás, entende? existia o curso de Direito ... havia uma preocupação de se formar os doutores ... bacharéis... mas ele ficou o curso estacionou ... (NURC/SP/062)
- (98) Havia uma preocupação dos doutores se formarem.

Em (97), a construção que se desenvolve em torno do verbo 'formar' segue a ordem canônica da língua portuguesa: SVC, na qual 'se' tem o papel de sujeito indeterminado (não podemos recuperar exatamente quem tinha a preocupação de formar os doutores) e 'os doutores' funciona como complemento do verbo 'formar'. É essa função de sujeito indeterminado do 'se' que deixa o verbo na terceira pessoa do singular.

Em (98), a ideia da sentença é diferente, a preocupação em se formar é dos próprios doutores, o que justifica a concordância do verbo no plural. Essa mudança de sentido é ocasionada pelo rearranjo sintático da sentença. A palavra 'se', agora, assume as funções de sujeito e de objeto que retoma o sujeito, o que caracteriza realmente uma sentença reflexiva, diferentemente do que ocorre em (97).

Será, então, a sintaxe do verbo em cada contexto linguístico que vai determinar função do 'se'. Em outras palavras, o arranjo sintático da sentença aliado à semântica do verbo é que vão definir a interpretação do 'se' como reflexivo ou indeterminador do sujeito. Neste caso, o verbo mantém-se na terceira pessoa do singular; naquele, concordará com o sintagma que funcionará, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto.

(f) Emprego de termos genéricos

Observemos os seguintes exemplos trazidos por Bagno (2011, p. 821-822):

- (99) e quando ele tava morrendo procuravam a vela “comadre, cadê a vela?” sempre tinha uma comadre que tá ali ajudando o sujeito a morrer...porque tudo se ajuda até morrer... (NURC/REC/005)
- (100) aí põe aquele refogado, mexe, apaga o fogo e põe, dois ovos, mas a gema dura, ovo duro, só a gema bem amassada, põe ali, salsa, enfim aí o tempero que a pessoa quer. (NURC/POA/291)

Tanto em (99) quanto em (100), os sintagmas nominais destacados estabelecem uma referência vaga a qualquer pessoa que possa morrer (cf. (99)) ou a qualquer pessoa que possa preparar a receita descrita (cf. (100)). Bagno (2011) observa que esses e muitos outros sintagmas nominais podem cumprir este papel no PB: são termos genéricos que ocupam a posição de sujeito da sentença por não ter o produtor do texto a ideia exata de quem seja o agente da ação indicada pelo verbo. O autor ainda observa que

essas formas genéricas variam, evidentemente, de acordo com o grau de monitoramento da fala [e da escrita]. Expressões como **nequinho**, **o cara**, **o maluco** remetem a situações de extrema informalidade – no caso de **o maluco**, também remete a faixas etárias específicas. O emprego de **o outro** é muito comum no Nordeste, principalmente para citar provérbios, idiomatismos etc. (*como diz o outro: ‘é dando que se recebe’*) (BAGNO, 2011, p. 821) (grifos do autor).

Percebemos, com isso, que, além do desconhecimento em relação ao agente da ação verbal, outra motivação pragmática para a escolha do elemento linguístico utilizado para indeterminar o sujeito é o contexto em que o produtor do texto se encontra (mais ou menos monitorado).

2.3 SÍNTESE DESTE CAPÍTULO

Como os estudos linguísticos de perspectiva funcionalista nos mostram, há claramente mudanças nas estratégias de indeterminação do sujeito no PB. Tais mudanças nos fazem repensar o que diz a Gramática Tradicional a respeito dessa questão. A partir dos dados de Vargas (2012), percebemos que os casos clássicos de indeterminação do sujeito (uso da 3ª pessoa do plural e da 3ª do singular com a partícula ‘se’) já foram frequentes no PB em um período de tempo distante, figurando hoje como os menos utilizados. Isso comprova, mais uma vez, que mudanças estão ocorrendo no PB em relação a formas de indeterminar-se o sujeito.

No uso corrente da língua, utiliza-se muito a indeterminação do sujeito, especialmente com sujeitos plenos preenchidos por formas pronominais genéricas. Isso ocorre, sobretudo, com falantes menos escolarizados ou com aqueles que estão nas séries iniciais (VARGAS, 2010). As formas de indeterminação empregadas nesses usos, no entanto, não correspondem às previstas pela norma. Essa correspondência só acontece, ainda assim, parcialmente, com a escolarização. Isso quer dizer que, de maneira geral, pessoas mais escolarizadas empregam, em alguns contextos mais monitorados, as estratégias de indeterminação do sujeito previstas pela GT. Mesmo assim, ainda nesses contextos, esse emprego é reduzido (VARGAS, 2012). É o emprego de elementos lexicais que figura como o mais representativo dentre os casos de indeterminação.

Levamos, neste capítulo, diversos casos de indeterminação do sujeito no PB indicados por autores de perspectiva funcionalista de renome nacional. Alguns casos, no entanto, mesmo sendo representativos em diversos contextos de uso do PB, não foram indicados por esses autores. Citamos pelo menos três, os quais explicaremos em seguida: o uso de um sintagma nominal de valor metonímico na posição do sujeito, o uso de pronome indefinido e o uso de substantivos coletivos.

O chamado sujeito metonímico é aquele cujas “entidades referidas são designadas metonimicamente, num ‘deslize’ de sentido que [...], do ponto de vista das conveniências sociais, não parece tão casual e tão neutro assim”

(ANTUNES, 2002, p. 221). É assim que se constroem sentenças como as indicadas por Antunes (*op.cit.*) e reproduzidas a seguir:

- (101) O Banco Central montou essa farsa.
- (102) O mercado inicia um movimento de revisão.
- (103) O país declarou a moratória.

Notemos que, nesses exemplos, as entidades a que fazem referência os sujeitos das sentenças indicam grupos cujos integrantes não podem ser pontualmente definidos. A essas entidades é atribuído, metonimicamente, o papel de agente. Para Antunes (2002, p. 222), nesses casos, “a entidade nomeada como controladora passa a ser uma classe, um grupo, uma instituição, cujas potencialidades de controle se esvanecem nos fluidos limites das abstrações”. Cabe ao interlocutor o papel de realizar essa abstração e entender a transferência de propriedade semântica (a agentividade) que há das partes para o todo. Devemos observar, também, que essa estratégia de indeterminação é utilizada com referentes que, *a priori*, não carregam o traço semântico [+humano]. Esse traço passa a ser compreendido, entretanto, quando seu sentido metonímico é revelado. Na sentença (101), por exemplo, não é a instituição do Banco Central que montou a farsa, mas sim as pessoas que nele trabalham.

No caso dos sujeitos preenchidos por pronomes indefinidos, mostramos, no panorama da abordagem da GT, que esse é um dos problemas encontrados nas gramáticas tradicionais. Vejamos o caso da ocorrência (104), exemplo encontrado no cotidiano da linguagem:

- (104) Alguém bateu na porta e saiu correndo.

Em uma situação em que não seja possível recuperar o referente de ‘alguém’ pelo contexto, temos claramente um caso de sujeito indeterminado. Bagno (2011) chama os elementos desse tipo de quantificadores indefinidos por expressarem a ideia de números não precisos. Essa caracterização é mais

uma evidência para se caracterizarem expressões do tipo ‘alguém’, ‘ninguém’, ‘algun’, ‘algo’, ‘tudo’, na função de sujeito, como sendo indeterminadas.

Por último, resta-nos tratar dos sujeitos preenchidos por uma forma linguística indicadora de coletividade. Camacho *et alii*. (2014) caracterizam os substantivos coletivos como palavras que sempre designarão conjuntos, classes de elementos, indicando extensão maior (cf. (105)) ou menor (cf. (106)) desses elementos. Vejamos alguns exemplos trazidos pelos autores:

(105) O proletariado está em ascensão no Brasil.

(106) A equipe foi a grande campeã.

Em (105), sabemos que é a classe do proletariado que está em ascensão no país, mas não podemos recuperar exatamente quem são as pessoas que formam esse proletariado. Além disso, o escopo dessa expressão é muito amplo, pois atinge diversas pessoas, no contexto nacional. Em (106), sabemos que a equipe foi campeã, mas não podemos recuperar exatamente quem são os componentes dessa equipe. Nesse caso, como o contexto é mais específico, é mais fácil conseguir recuperar esses referentes. Nesses exemplos, fica clara, então, que a indeterminação do sujeito pode ocorrer em um grau mais forte, como em (105), ou mais fraco, como em (106). Não podemos, nos dois casos, fazer referências pontuais aos elementos que os sujeitos representam, sobretudo em (105).

Resumimos, na tabela a seguir, as principais formas de indeterminação do sujeito no PB. Marcamos, por colunas, quais dessas formas são abordadas pelos autores de linha funcionalista que trouxemos neste capítulo. Neves (2011) aborda sete casos; Castilho (2010) traz quatro; Perini (2010), seis; Azeredo (2008), três; Bagno (2011), também sete. Embora com uma numeração parecida, nem sempre os casos trazidos pelos autores são os mesmos, havendo, como constataremos a seguir, alguns pontos de semelhança e de divergência.

Quadro 1 – Casos de indeterminação do sujeito no PB, segundo os autores funcionalistas que fundamentam este trabalho

Casos de indeterminação		Neves (2011)	Castilho (2010)	Perini (2010)	Azeredo (2008)	Bagno (2011)
1. Posição de sujeito linguisticamente preenchida	1.1 Por um sintagma nominal genérico					
	1.1.1 Com determinante	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	1.1.2 Sem determinante	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
	1.1.3 Coletivo	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.2 Por um sintagma nominal de valor metonímico	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.3 Por uma forma pronominal pessoal genérica					
	1.3.1 De primeira pessoa ('eu' / 'nós')	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.3.2 De segunda pessoa ('tu' / 'você')	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
	1.3.3 De terceira pessoa ('a gente' / 'eles')	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
	1.4 Por um pronome indefinido	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
1.5 Por um infinitivo	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	
1.6 Pela partícula 'se'	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	
2. Posição de sujeito vazia	2.1 Verbo na terceira pessoa do singular	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
	2.2 Verbo na terceira pessoa do plural	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	2.3 Verbo no infinitivo	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM

Fonte: Autor, 2014.

Em um primeiro grupo, estão os casos em que a posição de sujeito está linguisticamente preenchida. São esses os casos de indeterminação centrados no próprio sujeito da sentença. Esse preenchimento pode ser feito por um sintagma nominal genérico (com ou sem determinante ou, ainda, expresso por um coletivo) ou de valor metonímico, por uma forma pronominal pessoal genérica (nas três pessoas do discurso), por um pronome indefinido, por um infinitivo ou pela partícula 'se'.

Em um segundo grupo, estão os casos em que a posição de sujeito está vazia. Neles, o que vai caracterizar a estratégia de indeterminação do sujeito é o verbo, que poderá estar na terceira pessoa do singular, na terceira pessoa do plural ou no infinitivo. São, por isso, casos de indeterminação do sujeito centrados no verbo. Aqui, é a sentença em si que estabelece a indeterminação, e não o sujeito propriamente dito.

Para atingirmos o objetivo central deste capítulo, discutir as visões sobre a indeterminação do sujeito, fizemos um levantamento bibliográfico de alguns estudos realizados em Linguística sobre o tema. A partir disso, pudemos ampliar a reflexão sobre esse fenômeno no PB, reconhecendo a multiplicidade de formas linguísticas de que o usuário da língua dispõe para proceder à indeterminação do sujeito numa sentença. Reduzir tal fenômeno aos dois casos preconizados pela GT é deixar de reconhecer recursos importantes oferecidos pela língua quando se deseja, por qualquer motivação, não identificar referencialmente o sujeito de construções linguísticas.

Como constatamos nos diversos exemplos descritos neste capítulo, é mais válido estudar o fenômeno da indeterminação do sujeito no PB quando esse estudo é relacionado à capacidade que as estruturas linguísticas têm de fazer referência aos elementos extralinguísticos. A indeterminação do sujeito é, então, um fenômeno intimamente ligado ao processo de referenciação. Tal processo será tratado, em relação ao sujeito indeterminado, no capítulo a seguir.

3 A REFERENCIAÇÃO COMO PERSPECTIVA PARA A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Nos estudos da linguagem, os primeiros a pensarem na relação que os elementos da língua guardam com a realidade foram os filósofos gregos. Na obra *Crátilo*, Platão dizia que as palavras refletem, por natureza, a realidade que nomeiam, uma hipótese conhecida como “naturalista” (apud NEVES, 2002). Para Aristóteles, o significado da palavra resulta de um acordo entre os homens, hipótese conhecida como “convencionalista” (apud NEVES, *op. cit.*).

Na Linguística moderna, foi Saussure (2006) o primeiro a estudar essa relação. Por meio de conceitos dicotômicos, o autor estabeleceu a noção de signo linguístico, que seria a representação linguística dos elementos da realidade. Essa representação seria composta de um significado, o conceito inerente ao signo, seu correspondente no mundo real, e um significante, o material linguístico que conduz o falante ao entendimento do significado. Ainda para esse autor, não há motivação exata para a correspondência entre significado e significante. O nome que damos aos elementos da realidade seria, então, definido arbitrariamente.

Apesar de pioneiras, essas abordagens não refletem exatamente a concepção atual de referenciação, uma vez que não relacionam esse processo a componentes cognitivos, pragmáticos e discursivos da língua. O objetivo desses estudos era o de identificar, estruturalmente, como são escolhidos os nomes que damos às coisas do mundo, se de forma convencional ou não. Nos estudos sobre referenciação, primeiramente, a concepção que se dá ao processo é ampliada de acordo com a noção de objetos de discurso, e não mais de coisas do mundo, como era antes pensado.

Koch e Elias (2009a; 2009b) entendem a referenciação como um processo discursivo no qual se constroem e se reconstroem objetos de discurso que, por sua vez, remetem, na interação linguística, a entidades da realidade. É essa a noção de referenciação que adotaremos neste trabalho. Para essas autoras, tal processo opera com diversas formas de introdução e de retomada, no texto, de tais objetos de discurso, por meio de diferentes expressões referenciais. Quando esses objetos de discurso são retomados no

texto ou quando se propicia a introdução de novos objetos, tem-se a progressão referencial.

Cavalcante (2012) destaca ainda a relevância desse fenômeno textual-discursivo para a produção e compreensão de sentidos. Para a autora,

o processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s) (CAVALCANTE, 2012, p.113).

Observa-se, nessa definição, a complexidade discursiva do fenômeno da referenciação. Não se trata de uma simples nomeação das coisas do mundo, como postulavam os primeiros autores que trabalharam com o assunto. Entendemos que há, inclusive, diversas possibilidades para se referir a um mesmo objeto de discurso, a depender das intenções do enunciador. Esse processo é construído por meio das expressões referenciais, recursos linguísticos com os quais manifestamos textualmente os referentes ou objetos de discurso (CAVALCANTE, *op. cit.*). A mesma autora ainda conceitua o referente como “um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais” (CAVALCANTE, *op. cit.*, p. 98). Percebemos, assim, que a referenciação é um processo realizado linguisticamente, mas compreendido apenas discursivamente, por meio de pistas encontradas no texto e no contexto situacional.

Koch e Elias (2009a) propõem, ainda, uma substituição da noção de referência pela de referenciação. Nos moldes estruturais, como vimos no começo deste capítulo, um referente linguístico é a representação de objetos do mundo pela língua. Para as autoras, no entanto, as expressões referenciais não são simples rótulos das coisas do mundo; elas são, antes de tudo, (re)construídas no discurso de acordo com a visão dos interlocutores em ação.

Entende-se, pois, que há uma seleção do interlocutor para escolher que expressão referencial é mais adequada à referência que ele pretende fazer. Isso nos permite concluir que a atividade de referenciação revela

também o viés ideológico e as intenções de quem fala/ escreve. Assim, é fundamental entender que os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas são apenas sua (re)construção dentro do processo de interação verbal.

Marcuschi e Koch (2006), numa visão por eles denominada textual-interativa, entendem a noção de referência como

aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos de discurso e não como objetos de mundo (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 381)

Os autores justificam tal afirmação pelo fato de nossa maneira de ver e dizer o real não coincidir com o próprio real. A referência pressupõe operações efetuadas pelo enunciador no desenvolvimento do discurso. É nesse discurso que, linguisticamente, reelaboramos a realidade. Tal reelaboração, vale destacar, obedece a restrições da língua em diversos aspectos, como os culturais, os históricos, os sociais e os linguísticos propriamente ditos. A referenciação é, portanto, um processo de discursivização ou textualização do mundo via linguagem.

No caso específico da indeterminação do sujeito, podemos entender que a escolha da estrutura linguística usada para preencher a posição do sujeito reflete as intenções do produtor do texto, como em todo o processo de referenciação. O que a enquadra como estrutura de indeterminação do sujeito está na relação entre a expressão referencial e o objeto de discurso que ela representa. Esse objeto de discurso não deve encontrar referente específico no contexto, caracterizando, assim, a indeterminação.

Koch e Marcuschi (1998) mostram que a indeterminação de referentes é um caso em que os objetos de discurso são gerados de forma particular na organização do texto. Para esses autores, essa é uma atividade de designação referencial na qual não é preciso, por causa de uma necessidade discursiva, indicar a existência de fenômenos e fatos no texto. Aqui, é esse o entendimento que se assume para tal fenômeno. Sem entender as motivações do produtor do texto para indeterminar-se o sujeito de alguma sentença no

texto, não podemos compreender plenamente as estruturas de indeterminação desse sujeito. O fenômeno, então, deve ser compreendido em contexto.

Como contexto, adotamos a noção que Marcuschi (1994) indica ser a da Pragmática, que o entende como lugar das extensões referenciais, a fonte de identificação de referentes no ambiente extratextual. Muitas vezes, esse contexto é determinado pelo conhecimento partilhado pelos interlocutores, o que comprova, mais uma vez, que não se pode indicar *a priori* o que deve ou não ser considerado sujeito indeterminado.

Em um texto, a natureza dos objetos de discurso referidos pode ser mais ou menos individualizada, mais ou menos saliente, mais ou menos concreta ou abstrata. Para ocupar a função de sujeito indeterminado, ganha destaque a expressão referencial relacionada, sobretudo, a referentes menos individualizados. Além disso, esses referentes podem ser linguisticamente representados por diversos elementos, como formas de valor pronominal, numerais, certos advérbios locativos, elipses, formas nominais reiteradas (repetição propriamente dita), sinônimas e hiperonímicas e nomes genéricos, como veremos mais detalhadamente adiante. Para o estudo da indeterminação do sujeito, há, neste estudo, interesse especial para os nomes genéricos.

Com relação às estratégias de que se utiliza o produtor do texto para referenciar objetos de discurso, Koch e Elias (2009a; 2009b) destacam a “introdução”, estratégia por meio da qual um novo objeto de discurso é introduzido no texto, sendo posto ou não em destaque, e a “retomada”, quando um objeto de discurso já presente no texto é reativado por meio de uma nova expressão referencial, sendo mantido o foco no mesmo referente.

Neves (2007) traz outra denominação para essas estratégias. Para ela, há dois modos de referenciar. O primeiro é o “constutivo”, no qual se usa uma forma linguística para que se construa (introduza) um referente, introduzindo-o no modelo mental existente no texto. O segundo é o “identificador”, no qual se usa uma forma linguística para identificar (retomar) um referente que, de alguma forma, já foi trazido para o texto.

No que diz respeito às formas de retomada de referentes no texto, Koch e Elias (2009b) indicam que há duas possibilidades: a “retrospectiva”, denominada de anáfora, e a “prospectiva”, denominada de catáfora. No estudo

da anáfora, Marcuschi e Koch (2006) mostram uma definição tradicional para esse fenômeno: “estratégia de retomada em que um elemento linguístico, geralmente pronominal, refere-se a outro elemento lexical que o antecede contextualmente” (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 391). Sabe-se, como indicam esses mesmos autores, que há falhas nessa definição, como, por exemplo, a representação da anáfora por um pronome, que é apenas uma dentre as diversas possibilidades de realização linguística da anáfora. Em nosso *corpus*, inclusive, encontramos muitas anáforas estabelecidas por elipse, quando a expressão linguística fica oculta, mas pode ser recuperada (con)textualmente (CAVALCANTE, 2012).

Sobre a anáfora, Antunes (2005) explica que ela é responsável pela continuidade referencial, uma vez que retoma um referente por meio de novas expressões referenciais, estabelecendo, assim, o que se chama de cadeia referencial do texto. Marcuschi e Koch (2006) explicam que, embora o texto seja um universo de relações sequenciais não obrigatoriamente lineares, a anáfora supõe continuidade linear de referentes, o que possibilita a construção dessa cadeia referencial.

Cavalcante (2012) também explica outros subconceitos relativos à ideia de anáfora. A forma referencial básica de retomada de referentes já apresentados no texto é chamada de anáfora direta ou correferencial. A correferenciação ocorre quando expressões referenciais representam o mesmo referente; ela é a grande responsável pela manutenção temática do texto (MACHADO, 2013).

A anáfora indireta não é correferencial. Ela acontece quando “um novo referente é apresentado como já conhecido, em virtude de ser inferível por conta do processamento sociocognitivo do texto” (CAVALCANTE, 2012, p. 125). Podemos perceber, assim, que a anáfora não precisa ser necessariamente correferencial, ou seja, não precisa ter o mesmo referente do termo que retoma. Existe a possibilidade de introduzir-se referente novo no texto, expresso no cotexto como conhecido porque inferido contextualmente.

Outro tipo especial de anáfora é a encapsuladora (KOCH; ELIAS, 2009a, 2009b) ou encapsulamento anafórico (CAVALCANTE, 2012). Ela procede ao resumo de um conteúdo, um trecho ou uma porção do texto

utilizando-se de uma única expressão referencial. Também pode sumarizar toda a unidade textual precedente. Para realizar suas funções, ela usa de outros conhecimentos do interlocutor sobre o que está sendo referido. Pode exercer o papel de antecipar informações (encapsulamento prospectivo). Ajuda na organização macrotextual, organizando subtópicos do texto (sinalizadores argumentativos).

Cavalcante (*op. cit.*) aponta, inclusive, um tipo especial de encapsulamento anafórico, o rótulo, anáfora de núcleo nominal que, além de resumir parte do texto, traz um novo tópico discursivo, acrescentando um novo referente, de acordo com os objetivos do produtor do texto. Koch e Elias (2009a) destacam que a rotulação ou nominalização transforma enunciados anteriores em objetos de discurso por meio de um sintagma nominal. Uma vez que tal processo indica uma porção do texto, sem referência exata, ele será propício para a construção de sujeitos indeterminados.

Como tópico discursivo, entendemos o assunto central que dá coerência ao texto, podendo ter vários subtópicos (CAVALCANTE, *op. cit.*). Ele é responsável por centrar e organizar as informações do texto por meio do processo de referenciação.

Quando há introdução de novo objeto de discurso que deixa objetos anteriores fora de foco, Koch e Elias (2009a) denominam tal processo de desfocalização. Nele, os objetos de discurso desfocalizados ficam em estado de ativação parcial no texto, podendo ser retomados a qualquer momento.

Analisando a importância da referenciação para a produção e a compreensão de textos, Cavalcante (2012) destaca suas funções de organização da informação do texto, manutenção e progressão do tópico discursivo e marcação da orientação argumentativa. A autora também indica três características básicas da atividade de referenciação: a elaboração da realidade, a negociação entre os interlocutores e o trabalho sociocognitivo. São essas características que veremos com mais detalhes nas próximas seções.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS

Para caracterizar o processo de referenciação como fundamental na organização do texto e na construção da indeterminação do sujeito, é necessário que analisemos algumas de suas funções básicas. Nesta seção, abordaremos três macrofunções da referenciação explicadas em Cavalcante (2012). Analisando essas características, iremos também descrever alguns conceitos básicos a elas relacionados. Tais elementos serão úteis em nossa análise de dados.

3.1.1 Referenciação como elaboração da realidade

Como vimos no início deste capítulo, a referenciação não é uma simples rotulação dos elementos extralinguísticos. A realidade extratextual é construída no texto por meio desse processo. Nessa perspectiva, Cavalcante (2012) indica que

o processo de construção dos referentes implica que, no fundo, o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir, por meio da linguagem, uma versão, uma elaboração dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados (CAVALCANTE, 2012, p. 105)

Assim, podemos afirmar que referenciação e linguagem têm, *grosso modo*, a mesma função, a de elaborar nossa realidade circundante a partir de nossas experiências e intenções. Essas experiências, destaca a autora, sempre são reelaboradas a fim de que façam sentido discursivamente. Por isso, podemos afirmar que elas, assim como os eventos extralinguísticos, não são estáveis, estão em constante reelaboração. Tal observação conjuga o processo de referenciação com a função básica da linguagem, a “(re)elaboração das práticas sociais” (CAVALCANTE, 2012).

A prova desse papel da referenciação de elaborar a realidade pode ser percebida na recategorização referencial. Para Cavalcante (*op. cit.*), tal

fenômeno é fundamental para a tessitura textual; nele, um mesmo objeto do discurso passa por mudanças ao longo do texto, todas elas relacionadas ao direcionamento argumentativo que o autor pretende dar a seu texto e à função discursiva pretendida para aquela expressão referencial. Observam-se, então, as intenções do enunciador para elaborar diversas expressões referenciais para um mesmo referente, a depender da orientação argumentativa que se queira dar naquele momento do texto.

A estrutura responsável pela recategorização referencial é a anáfora recategorizadora, que opera também uma mudança no ponto de vista sobre o referente. Sobre essa mudança, Cavalcante (2012) observa:

A realidade é submetida a reelaborações por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos. Isso significa que os indivíduos têm a seu dispor um leque de possibilidades linguístico-discursivas quando se trata de construir um referente (CAVALCANTE, 2012, p. 108).

É esse leque de possibilidades que permite ao interlocutor decidir por (in)determinar qualquer referente dotado do traço [+animado], sobretudo.

3.1.2 Referenciação como negociação entre interlocutores

A elaboração da realidade feita via referenciação é um processo negociado entre os participantes da interação. De acordo com Cavalcante (2012, p. 110), “há sempre antecipações do enunciador em relação às possíveis audiências de seu texto”, por isso ocorrem mudanças na construção dos referentes, todas levando em conta a recepção de um possível leitor. A referenciação é, então, um jogo argumentativo entre interlocutores no qual o leitor aceita reconhecer e validar os referentes escolhidos pelo enunciador para, assim, entrar na interação.

Machado (2013) também mostra que a textualização (na qual se inclui a referenciação) não é um simples processo de representação e elaboração de informações. Ela é, sim, uma (re)construção da realidade, uma forma de interagir, manifestar opinião, argumentar. Nesse sentido, a autora indica que

um texto será mais argumentativo quanto mais lexicais forem as anáforas nele presentes. Como o léxico representa a visão de mundo do interlocutor (BIDERMAN, 1978; MACHADO, 2013), ele está intrinsecamente ligado à intencionalidade do texto.

Tal observação pode explicar o uso de elementos do léxico para marcar a indeterminação do sujeito (cf. capítulo anterior). O uso de sintagmas nominais definidos como ‘o cara’, ‘a pessoa’, ‘o cidadão’, ‘a criatura’, ‘o pessoal’ é considerado recorrente no PB (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010). Embora todos esses sintagmas sirvam à indeterminação no PB, cada um, quando escolhido pelo produtor do texto, carrega significados e intenções diferentes.

3.1.3 Referenciação como trabalho sociocognitivo

Para que se estabeleçam relações textuais explícitas e implícitas por meio da referenciação, os interlocutores usam sua capacidade intelectual, processando os textos produzidos e compreendidos. Isso quer dizer que a referenciação é uma atividade cognitiva, um processo mental e social, além de interacional (CAVALCANTE, 2012).

Os conhecimentos que armazenamos para ativar mecanismos de processamento textual são originados de nossas experiências sociais, o que justifica o caráter social da cognição. Percebemos, com isso, que o processamento de informações referenciais, além de ser uma atividade linguística, é também social (e cognitiva). Ainda de acordo com Cavalcante (2012):

O processamento referencial é cognitivamente motivado, estratégico, no sentido de que os interlocutores selecionam formas de atuar sobre a produção e recepção de textos, utilizando para tanto o conhecimento (em algum nível) proveniente de sua ‘bagagem’ mental (CAVALCANTE, 2012, p. 113).

Isso quer dizer que, para construir referências, o enunciador executa cognitivamente uma seleção lexical dos termos que irá usar. O acervo lexical a

partir do qual essa seleção é operada é construído socialmente a partir de sua experiência discursiva. O sujeito de uma sentença, por exemplo, só pode ser indeterminado se não puder ser recuperado cognitivamente na interpretação do interlocutor, a partir de sua bagagem discursiva.

3.2 CONFIGURAÇÕES LINGUÍSTICAS DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS

Várias são as possibilidades de elaboração de expressões referenciais no texto. Marcuschi e Koch (2006), ao tratarem da questão da referenciação na língua portuguesa falada, mostram algumas dessas estratégias. Os autores dividem essas estratégias em dois grupos:

primeiro, a referenciação por meio de expressões nominais definidas e, segundo, a referenciação anafórica sem antecedente explícito. Ambas desempenham papel importante na organização do texto e, por decorrência, na construção do sentido. Ambas dizem respeito à sucessão de referentes (progressão referencial), um aspecto central no processo de textualização e na construção da coerência (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 384).

Assim, podemos entender mais uma vez a existência de anáforas sem elementos anteriormente ancorados, o que ocorre, de acordo com os autores, por meio de estratégias de pronominalização e de associação.

Com relação aos dois grupos de estratégias de referenciação, os autores também mostram que há diferenças nos recursos utilizados na fala e na escrita:

É precisamente nessas estratégias que fala e escrita se distinguem de maneira mais sensível. As estratégias do primeiro conjunto são mais comuns na escrita, já que a fala não prima pelo rigor e pela exatidão, nem pela variação de elementos lexicais na formulação textual-discursiva [...]. já no caso do segundo conjunto, temos significativamente mais ocorrências na fala que na escrita (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 384).

Mesmo assim, é pertinente observar que não há, aí, uma questão de exclusividade, mas sim de predominância. As estratégias de referenciação de ambos os grupos acontecem tanto na fala quanto na escrita. Como desenvolvemos, aqui, observações sobre a língua escrita, cabe, então, analisarmos mais detidamente as duas estratégias do primeiro grupo, que ocorrem com maior frequência em textos escritos.

O uso de expressões nominais definidas, também chamadas de descrições definidas, é recorrente na língua. Tais expressões são sintagmas compostos por um núcleo nominal mais um determinante definido (geralmente, artigos), além de alguma caracterização desse núcleo nominal, em alguns casos. No emprego de uma expressão nominal definida, o interlocutor, de acordo com suas intenções, seleciona uma propriedade do referente para dar destaque por meio da forma linguística. Como o uso dessas expressões geralmente identifica pontualmente o referente, essa não é uma estratégia reconhecidamente utilizada para o fenômeno da indeterminação do sujeito.

Outra estratégia do primeiro grupo indicado por Marcuschi e Koch (*op. cit.*) é a nominalização. Ela ocorre quando há, por meio de formas nominalizadoras, encapsulamento de predicções anteriores. Aqui, encontramos recurso fértil para a indeterminação do sujeito, uma vez que essa estratégia resume objetos de discurso anteriores no texto numa só referência. Tal referência obrigatoriamente representará uma coletividade por se tratar da recategorização de um conjunto de informações anteriores, dando a elas um novo estatuto referencial.

Um caso citado por Marcuschi e Koch (*op. cit.*) apenas como estratégia anafórica sem antecedente explícito no texto falado é o da pronominalização. Ocorre que, na escrita, esse recurso é amplamente empregado em anáforas com ou sem antecedentes explícitos. Um uso reconhecido da pronominalização é o emprego de 'eles' no sentido de coletividade indefinida, quando se quer fazer referência a uma totalidade de membros humanos, sem especificá-los pontualmente. Isso caracteriza prototipicamente uma estratégia de indeterminação do sujeito.

3.3 ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO GENÉRICA

Buscando entender como referentes indeterminados são interpretados textualmente, Koch e Marcuschi (1998) analisam o caso do pronome 'eles' usado para marcar a indeterminação de uma maneira geral. A primeira observação dos autores a respeito dessa expressão referencial é que ela não constitui um item lexical pleno, uma vez que não é capaz, por si só, de marcar elementos pontuais no discurso. Esse pronome, então, atua cognitivamente na construção de referentes não pontuais, embora contextualmente localizáveis (ou não) a partir de recursos outros.

Além desses dois autores, outros linguistas também tentaram entender como é feito o processo de referenciação com expressões referenciais que não indicam com exatidão elementos do mundo discursivo. Vale trazer aqui as reflexões de Neves (2007) a respeito desse tema. A autora trata, a partir de um embasamento teórico da Linguística de Texto e da visão funcionalista da linguagem, desse tipo de estrutura como expressões de referência genérica.

Para Neves (*op. cit.*), as expressões referenciais podem ser genéricas, quando fazem referência ao gênero de uma entidade, a uma coletividade, ou individuais, quando se referem a indivíduos, ou de maneira mais abrangente, referenciando todos os indivíduos de um grupo, ou de maneira menos abrangente, quando apenas alguns serão referenciados.

A autora aponta ainda que a referência genérica também pode ser feita por sintagmas nominais genéricos, que ela caracteriza como não referenciais pelo fato de não se referirem a uma entidade particular, mas a todos os membros de uma classe. Três são os casos de sintagma nominal genérico indicados por Neves (*op. cit.*): a) o singular genérico, como na sentença O leão é feroz; b) o plural genérico, como em Leões são ferozes; e c) a quantificação universal, como em Todos os leões são ferozes.

Na função de sujeito, essas expressões referenciais genéricas têm a propriedade de se referirem não a um membro de um grupo, mas, sim, ao próprio grupo. Neves (*op. cit.*) também mostra que, nos casos de referência genérica, nenhum dos interlocutores fica com um referente em particular na

mente, apenas com uma ideia de qual referente se encaixa naquele grupo referido.

3.4 PROPRIEDADES E FUNÇÕES DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS

Cavalcante (2012), ao indicar a importância do processo de referenciação para a produção e a compreensão de textos, explana algumas das funções desse fenômeno na língua. A primeira delas é a organização das informações do texto por meio da seleção lexical feita para escolha das expressões referenciais. Tais expressões contribuem para que o leitor entenda que tópicos discursivos estão sendo tratados com maior ou menor relevância no texto.

Essas expressões referenciais também são responsáveis por indicar a permanência do tópico tratado no texto, indicando a sua continuidade temática. Além disso, elas marcam a progressão do tópico discursivo no texto, uma vez que atuam na introdução de novos referentes. Aqui, há basicamente dois movimentos no processo de referenciação: a introdução de novos objetos no texto, ao mesmo tempo em que referentes anteriores são mantidos e retomados, sempre guardando relações temáticas uns com os outros.

A seleção de expressões referenciais feita pelo produtor do texto revela suas intenções para imprimir determinados sentidos ao que ele escreve. Essa escolha vai depender prioritariamente da orientação argumentativa que se quer dar ao texto. Reconhecer, pois, os efeitos do uso de algumas expressões referenciais importantes no texto é essencial para entender qual direcionamento argumentativo o autor quer imprimir ali.

Um exemplo claro da importância da referenciação na orientação argumentativa do texto é o caso da recategorização. Por meio desse processo, o enunciador retoma referentes indicando-lhes novas características, o que contribui para que o interlocutor perceba mais informações sobre esses referentes. Essas informações serão selecionadas pelo enunciador no momento em que ele escolhe a expressão referencial usada para recategorizar o referente, o que vai depender do direcionamento argumentativo que ele queira dar ao texto.

Outra função do processo de referenciação é a organização e a centração das partes do texto. A partir do emprego de algumas expressões referenciais, o enunciador pode ajudar o leitor a dividir mentalmente os subtópicos discursivos existentes no texto. É também estratégia empregada para organizar as partes do texto o encapsulamento de elementos maiores do cotexto. Por organizar as informações e partes do texto, a referenciação constitui elemento central para sua compreensão.

Pelo uso de expressões referenciais, o enunciador também pode colocar em cena várias vozes no texto e no discurso, estratégia argumentativa forte na construção das ideias. Assim, ocorre a marcação da heterogeneidade enunciativa no texto, constituindo embate de vozes e discursos. Nesse mesmo sentido, outra função possível para a referenciação é a indicação dos participantes da enunciação.

Como a construção de referentes ocorre a partir do conhecimento partilhado entre os interlocutores, a identificação, por parte do leitor, do objeto de discurso referido por uma expressão referencial só pode acontecer caso ele busque esse relação em seu conhecimento de mundo. É por isso que se diz que a referenciação também pode funcionar como um convite para uma ativação de memória. Em outras palavras, o leitor é requisitado pelo texto a descobrir, em suas experiências discursivas, que situação ou que elemento pode ser relacionado àquele encontrado no texto.

Em nosso quarto capítulo, dedicado à análise de dados, (especificamente na análise qualitativa), vamos entender essas funções da referenciação no gênero editorial jornalístico. O foco dado no capítulo diz respeito àquelas expressões referenciais utilizadas para indeterminação do sujeito. Vamos compreender de que maneira tais expressões dão sentido ao texto a partir da referência genérica que fazem aos objetos do discurso. Antes disso, vamos entender o percurso metodológico utilizado nessa análise no capítulo a seguir.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO

Vários linguistas brasileiros, como Neves (2011), Castilho (2010) e Bagno (2011), têm estudado a questão da indeterminação do sujeito numa visão diferente da tradicional, como mostramos nos capítulos anteriores. Tais estudos, no entanto, apresentam preferencialmente análises de exemplos de língua oral, o que pode, de forma mais geral, deixar a entender que tal fenômeno é exclusivo da língua falada. Para comprovar que esse fenômeno também é recorrente na língua escrita formal, traremos, aqui, uma análise das diferentes formas de indeterminação do sujeito em textos escritos formais, elegendo, para isso, o gênero editorial jornalístico.

É importante observar que, aqui, a indeterminação do sujeito não é uma questão tratada apenas sintática ou semanticamente, mas também, e sobretudo, textual-discursivamente. Isso que dizer que vamos procurar entender como funciona a indeterminação do sujeito dentro do texto escrito, sempre levando em conta aspectos do contexto.

A escolha desse gênero se deu pelo fato de ele representar socialmente a opinião de um jornal de maneira geral. Por constituir símbolo do pensamento de instituições jornalísticas socialmente importantes, o trabalho de escrita do editorial é bastante complexo. O texto é elaborado de maneira que busque espelhar sua importância social, representar a opinião de um grupo de jornalistas (ANTUNES, 1996).

Sobre a importância social do editorial, também concordamos com Araújo (2010, p. 818), quando a autora indica que

o editorial visa à adesão do leitor a um ponto de vista específico. Assim, cabe ao editorialista o papel social de formar opiniões, ou seja, orientar o leitor a tomar uma determinada posição, que é, na realidade, o ponto de vista da instituição jornalística. Podemos dizer, ainda, que o editorialista também exerce uma função social, perante o Estado, de reivindicador e defensor dos interesses da coletividade, de instrumento de desalienação e informação ou mesmo de defensor do Estado.

Pelo fato de haver essa relevância social é que o editorial se constitui importante texto para ser analisado quando buscamos bons exemplares de

textos formais. Além disso, fica evidente a necessidade de que esse seja um texto de linguagem bem elaborada, o que nos interessa particularmente por defendermos que, mesmo em textos de elevado monitoramento linguístico, encontramos formas diferentes de indeterminar-se o sujeito, que não apenas as previstas pela GT.

Para analisar os editoriais, entendemos que é necessário coletar textos de jornais diferentes, uma vez que o parâmetro comparativo entre duas formas distintas de escrita de um mesmo gênero também pode render informações pertinentes para o estudo do fenômeno em questão. Buscamos, então, os editoriais publicados na versão *on-line* de dois representativos jornais da cidade do Recife, durante o primeiro semestre de 2014. Optamos pelas versões *on-line* pelo fato de elas representarem maior facilidade de coleta. Ademais, nesses dois jornais, os editoriais que circulam virtualmente são iguais aos que circulam nas edições escritas, o que indica, mais uma vez, que os textos aqui analisados são de ampla circulação na sociedade.

Selecionamos, então, o *Jornal do Commercio* (doravante JC) e o *Diário de Pernambuco* (doravante DP). A escolha do JC se deu porque, de acordo com pesquisa realizada em 2013 pela Associação Nacional de Jornais (COUTINHO, 2013), ele tem uma elevada média de circulação, ocupando a 25ª posição no *ranking* dos maiores jornais do Brasil, e primeiro colocado em Pernambuco. A escolha pelo DP também se deu por sua importância social no estado de Pernambuco, importância esta já apontada em pesquisas anteriores, como a de Antunes (1996). Na mesma pesquisa indicada por Coutinho (2013), o DP aparece em 44º no *ranking* dos jornais de maior circulação no país, sendo o segundo colocado em Pernambuco.

Como recorte inicial para a composição do *corpus*, decidimos buscar apenas os editoriais publicados aos domingos, por acreditarmos que tais textos sejam mais representativos de opiniões gerais do jornal. Essa percepção se deu pelo fato de, geralmente, tais editoriais apresentarem informações sobre a semana como um todo. Assim, apenas os fatos mais relevantes da semana são comentados nesses textos, o que comprova, então, seu caráter mais global. Desse modo, foram coletados, inicialmente, para cada jornal, 4 (quatro) editoriais do mês de janeiro, 4 (quatro) de fevereiro, 5 (cinco) de março, 4

(quatro) de abril, 4 (quatro) de maio e 5 (cinco) de junho, num total de 26 (vinte e seis) editoriais por jornal e 52 (cinquenta e dois) no total, o que constituiu nosso *corpus* global.

Como segundo recorte para a composição do *corpus* específico, observamos, dentre os 52 editoriais, quais seriam os mais representativos para o estudo do nosso fenômeno. Elegemos, assim, um editorial por mês em cada jornal, finalizando nosso *corpus* específico com 12 (doze) textos, 6 (seis) do JC e 6 (seis) do DP. Os doze textos foram numerados de JC01 a JC06, para os editoriais do JC, e de DP01 a DP06, para os do DP. Todos se encontram integralmente no Anexo I deste trabalho.

Uma vez configurado o *corpus*, procedemos à sua análise, visando à identificação de ocorrências de sujeitos indeterminados. Encontramos 300 casos, 140 no JC e 160 no DP. Tais casos foram numerados de SI001 a SI300. A esquematização desses casos está na Tabela 01, a seguir:

Tabela 01 – Quantidade de ocorrências de sujeitos indeterminados, por editoriais

Editoriais do JC		Editoriais do DP	
JC01	25 (SI001 a SI025)	DP01	31 (SI141 a SI171)
JC02	15 (SI026 a SI040)	DP02	22 (SI172 a SI193)
JC03	30 (SI041 a SI070)	DP03	29 (SI194 a SI222)
JC04	22 (SI071 a SI092)	DP04	39 (SI223 a SI261)
JC05	26 (SI093 a SI118)	DP05	22 (SI262 a SI283)
JC06	22 (SI119 a SI140)	DP06	17 (SI284 a SI300)
TOTAL	140	TOTAL	160

Fonte: Autor, 2014

Ainda com um número maior de ocorrências no DP, podemos dizer que, mesmo quantitativamente, ambos os jornais foram relevantes para constituição do *corpus* da pesquisa. A partir do levantamento de todas as ocorrências, estabelecemos uma categorização para elas, tomando como

categorias de análise os casos que sistematizamos no primeiro capítulo da fundamentação teórica (cf. Quadro 01). Tais casos são retomados a seguir:

Casos de indeterminação do sujeito em PB:

1. Posição de sujeito linguisticamente preenchida
 - 1.1 Por um sintagma nominal genérico
 - 1.1.1 Com determinante
 - 1.1.2 Sem determinante
 - 1.1.3 Coletivo
 - 1.2 Por um sintagma nominal de valor metonímico
 - 1.3 Por uma forma pronominal pessoal genérica
 - 1.3.1 De primeira pessoa ('eu'/ 'nós')
 - 1.3.2 De segunda pessoa ('tu'/ 'você')
 - 1.3.3 De terceira pessoa ('a gente'/ 'eles')
 - 1.4 Por um pronome indefinido
 - 1.5 Por um infinitivo
 - 1.6 Pela partícula 'se'
2. Posição de sujeito vazia
 - 2.1 Verbo na terceira pessoa do singular
 - 2.2 Verbo na terceira pessoa do plural
 - 2.3 Verbo no infinitivo

No primeiro grupo, os casos centrados no próprio sujeito, a posição de sujeito sempre está preenchida por algumas dessas estruturas linguísticas: um sintagma nominal genérico (com determinante ou sem ou com um substantivo coletivo), um sintagma nominal de valor metonímico, uma forma pronominal pessoal genérica (de primeira, segunda ou terceira pessoa), um pronome indefinido, um infinitivo ou a partícula 'se'. No segundo grupo, o dos casos centrados no verbo, a posição do sujeito está vazia. O verbo da sentença, nesses casos, encontra-se na terceira pessoa do singular, na terceira do plural ou no infinitivo.

A partir disso, buscamos entender quais formas de indeterminação do sujeito eram mais recorrentes no *corpus*. Também interpretamos quais as funções que essas estruturas desempenhavam nos editoriais, sempre levando em conta os objetivos discursivos do gênero. Além disso, identificamos outros indícios linguísticos para comprovar o que já tinha sido explanado no primeiro capítulo teórico: há falhas no tratamento tradicional da indeterminação do sujeito. Procuramos mostrar essas falhas por meio de exemplos encontrados em nosso *corpus* específico.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO EDITORIAL E DO *CORPUS*

Como informado anteriormente, nosso *corpus* específico é formado de doze editoriais jornalísticos publicados aos domingos do primeiro semestre de 2014, em dois jornais de grande circulação em Recife, o DP e o JC. Foram selecionados 6 editoriais de cada jornal, um de cada mês.

O editorial faz parte dos gêneros da esfera jornalística (MARCUSCHI, 2008). Sua função principal é informar aos leitores a opinião coletiva do jornal. Mesmo assim, é preciso entender que ele é escrito não pelo jornal como um todo, mas sim por alguém que tem importância social como representante desse jornal. A respeito disso, Araújo (2007, p. 814) reforça essa informação, destacando que “embora o editorial venha marcado pela ausência de assinatura, há um indivíduo que o produz, um sujeito empírico do enunciado, um ser da experiência, o autor do texto”. Esse indivíduo pode ser representado também por um grupo de editorialistas.

Tematicamente, os editoriais discutem assuntos relevantes na sociedade, como política ou economia. Numa observação mais superficial, esse gênero pretende atingir o leitor do jornal. Se analisarmos, entretanto, o papel do jornal na sociedade, veremos que há outros objetivos para o editorial. Araújo (2007) observa que:

Uma vez que o editorialista possui como enunciatário o leitor do jornal, mas visa a atingir o Estado e suas organizações, verificamos que o editorial possui dois grandes objetivos: i) persuadir o leitor do jornal para que ele adira à tese defendida no editorial; ii) coagir o Estado e organizações não

governamentais na defesa dos interesses dos segmentos empresariais e financeiros e interesses da coletividade, incitando-os a uma determinada postura ou atitude, ou mesmo elogiá-los perante alguma atitude tomada (ARAÚJO, 2007, p. 818).

Assim, percebemos que o editorial não só se presta a convencer o leitor da opinião coletiva do jornal, mas também funciona como uma forma de mostrar essa opinião ao Estado, exercendo uma pressão para que mudanças gerais sejam providenciadas ou seus interesses sejam atingidos. Analisando a estrutura desse gênero textual, Medeiros e Câmara (2010) corroboram com essa ideia, mostrando que o editorial

não apresenta uma estrutura totalmente fixa, como também sua produção não possui regras específicas a não ser a ideia de que o editorial visa alcançar um objetivo que servirá àqueles que o produzem. No mais, sua produção sempre se dará de acordo com temáticas e propósitos ligados ao funcionamento do meio em que este é produzido e no qual circula (MEDEIROS; CÂMARA, 2010, p. 7-8)

Essa caracterização também foi observada nos editoriais que compuseram nosso *corpus* específico. Não há uma estrutura exata predeterminada, mas um caráter essencialmente argumentativo, o que sempre será caracterizado pela defesa de um ponto de vista a respeito de um tema problematizado e relevante socialmente. Nos doze editoriais analisados, sempre havia essa discussão a respeito de temas correntes na sociedade.

No editorial JC01, “País do crack – a epidemia”, publicado em 19 de janeiro de 2014, aborda-se o tema das drogas. O texto informa a situação nacional em relação ao consumo de crack e/ou similares, sobretudo no Nordeste, região mais afetada pelo uso desse tipo de droga.

No editorial JC02, “O palácio restaurado”, publicado em 23 de fevereiro de 2014, comenta-se a respeito da restauração do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado de Pernambuco. O texto retoma um pouco da história do Estado e discute a falta de consciência histórica por parte de muitos pernambucanos.

No editorial JC03, “O tribunal da discórdia”, publicado em 09 de março de 2014, debatem-se as desavenças entre ministros do Supremo Tribunal

Federal. O texto aborda algumas das consequências que esses desentendimentos podem trazer para a legitimidade dessa corte.

No editorial JC04, “Longevidade digna”, publicado em 06 de abril de 2014, aborda-se o descaso com os idosos no Brasil. O texto traz dados que comprovam o crescimento da população dessa faixa etária no país, indicando algumas medidas que podem ser tomadas para melhorar a situação da terceira idade no estado de Pernambuco.

No editorial JC05, “Falta pouco”, publicado em 18 de maio de 2014, informa-se a expectativa gerada em torno da proximidade com a Copa do Mundo do Brasil, em 2014. São discutidas questões como os gastos com o evento, o atraso e a utilidade das obras a ele relacionadas.

No editorial JC06, “Sobrado vira mocambo”, publicado em 15 de junho de 2014, denuncia-se o estado de abandono em que se encontra a Casa-Museu Gilberto e Magdalena Freyre. O texto retoma temas discutidos em outros editoriais, como os gastos com a Copa e a restauração do Palácio das Princesas.

No editorial DP01, “Acessibilidade é direito de todos”, publicado em 12 de janeiro de 2014, aborda-se o direito à acessibilidade no país. Discutem-se as diversas barreiras que ainda existem para que os deficientes gozem de sua cidadania plena no Brasil.

No editorial DP02, “Futebol coberto de vergonha e luto”, publicado em 16 de fevereiro de 2014, trata-se dos episódios de racismo por que passou o futebol em 2014. No texto, são relatadas algumas situações ocorridas pelo mundo nas quais jogadores de futebol sofrem preconceito por parte da torcida por causa de sua cor.

No editorial DP03, “A verdade é que vale para a Petrobrás”, publicado em 30 de março de 2014, relatam-se as denúncias envolvendo corrupção na estatal. O texto analisa a postura do governo frente às investigações e as consequências da corrupção para a empresa.

No editorial DP04, “Legislativo sem aventureiros”, publicado em 06 de abril de 2014, aborda-se o crescente descrédito da população em relação ao Poder Legislativo. Analisam-se as possíveis causas desse descrédito, mostrando as consequências negativas para a imagem da casa.

No editorial DP05, “Claque de aluguel”, publicado em 04 de maio de 2014, continua-se a discutir o descrédito da população para com deputados e governantes. A partir de um episódio no qual um grupo de pessoas foi contratado para aplaudir deputados que votavam um projeto na Câmara, o texto analisa a imagem do Congresso frente à opinião pública.

No editorial DP06, “Desumanidade”, publicado em 01 de junho de 2014, procede-se a uma crítica bastante ácida ao caso do sequestro de 276 jovens nigerianas pelo fato de elas terem frequentado a escola. O texto caracteriza esse tipo de situação como barbárie, comparando o episódio da Nigéria a alguns outros ocorridos pelo mundo.

Como se pôde observar, então, no resumo dos doze editoriais, os temas tratados nos textos são sempre contemporâneos a sua publicação. Os editoriais fornecem o posicionamento do jornal a respeito desses acontecimentos (locais ou mundiais). Em sua maioria, os editoriais que aqui analisamos discutem política e cidadania.

4.2 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS DE ANÁLISE

Em nosso trabalho, compreendemos a importância de empregarem-se diferentes perspectivas de análise para o mesmo objeto. Aqui, empreendemos duas análises para o fenômeno da indeterminação do sujeito, uma quantitativa e outra qualitativa. Essas análises, entretanto, não ocorrem de maneira separada, mas, sim, de forma integrada, tendo em vista que uma pode auxiliar no melhor entendimento da outra.

De acordo com Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 6), “todo trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas que acompanham cada método”, podendo esse método ser quantitativo ou qualitativo. Esses métodos serão escolhidos de acordo com a natureza do problema.

Em nossa pesquisa, interessa-nos saber quais estratégias de indeterminação do sujeito ocorrem em editoriais jornalísticos publicados no Recife. Outrossim, precisamos descobrir que estratégias são mais (ou menos) usadas nesse contexto de pesquisa. Para isso, devemos olhar para o *corpus*

com duas abordagens, uma qualitativa e outra quantitativa. Apoiados em Diehl (2004), Dalfovo, Lana e Silveira (2008) caracterizam esta última abordagem

pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 6)

É essa, então, a abordagem necessária para nosso primeiro objetivo, o de entender quais estratégias de indeterminação do sujeito são mais (ou menos) empregadas nos textos que compõem nosso *corpus* específico.

Além desse, outro objetivo central de nossa pesquisa é entender como funcionam os recursos de indeterminação do sujeito em nosso *corpus*. Pretendemos investigar, assim, quais são as funções dessas estruturas linguísticas no texto. Como, para essa análise, não vai importar a quantidade de vezes em que aparece a estrutura, mas sim seu uso, mesmo que mínimo, utilizaremos, para isso, a abordagem qualitativa.

Também baseados em Diehl (2004), Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 7) destacam que “a pesquisa qualitativa [...] descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos” nele envolvidos. É esse, então, o segundo olhar que teremos para nosso *corpus*.

À medida que identificarmos as estratégias de indeterminação nos editoriais pela abordagem quantitativa, analisaremos também o funcionamento dessas estratégias no texto pela abordagem qualitativa. Isso confirma a dupla abordagem adotada em nossa pesquisa e, de certa maneira, justifica o fato de integrarmos, aqui, as duas abordagens.

5 ANÁLISE DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM EDITORIAIS JORNALÍSTICOS DO RECIFE

Um primeiro ponto a ser reforçado em nossas análises é a importância do contexto para o entendimento do fenômeno da indeterminação do sujeito. É preciso, pois, sempre ter em mente que esse fenômeno linguístico é tratado, aqui, como uma questão mais textual-discursiva que sintático-semântica, como é o foco da abordagem nos estudos mais tradicionais.

Assumir, então, que a indeterminação do sujeito está ligada ao texto e ao discurso é compreender que uma mesma estrutura linguística pode, a depender do contexto em que se encontre ou dos conhecimentos prévios do leitor sobre o texto, ser (in)determinada ou não. No editorial JC03, por exemplo, quando o texto trata de um caso polêmico envolvendo dois ministros do Supremo Tribunal Federal, vemos a seguinte ocorrência:

O último episódio no julgamento do mensalão provocou um bate-boca entre Joaquim Barbosa e Luiz Roberto Barroso, acusado pelo primeiro de ter votado "politicamente", e não "tecnicamente". [SI043-JC03]

Para o leitor que tem conhecimento do episódio indicado na sentença, o sujeito destacado é, então, mais determinado, pois seria possível recuperar com clareza o referente extratextual da expressão “O último episódio no julgamento do mensalão”. Entretanto, o leitor do jornal pode não ter esse conhecimento prévio. Para esse leitor, que não conseguiria recuperar com exatidão a referência estabelecida nesse sujeito, ele é mais indeterminado.

Outro exemplo que, embora de forma diferente, serve para ilustrar a importância do olhar para o texto e para o contexto na análise do fenômeno em questão é encontrado no editorial JC06, logo no título:

Sobrado vira mocambo [SI119-JC06]

A situação, desta vez, é diferente da mencionada anteriormente. Agora, pelos elementos que virão no próprio texto, o leitor consegue recuperar o

referente do sujeito da sentença, que passa a ser mais determinado quando é iniciada a leitura do texto.

Numa primeira leitura, apenas para o título do texto, temos a impressão de tratar-se de uma referência genérica. Quando lemos “Sobrado vira mocambo”, interpretamos, de início, que é um sobrado qualquer que está assumindo as características de mocambo ou que vários sobrados estão tornando-se mocambos. Teríamos, então, um sujeito mais indeterminado. A partir do momento em que iniciamos a leitura do editorial, percebemos que ele discute a degradação da antiga casa em que viveu Gilberto Freyre. A referência estabelecida no sujeito passa, agora, a ficar bem definida; sabemos exatamente de qual sobrado se está falando. Com essa interpretação, o sujeito é mais determinado.

Outra hipótese para essa ocorrência é a de que o leitor já tenha o conhecimento prévio do assunto a ser tratado no texto. Nesse caso, desde o começo da leitura haverá uma interpretação do sujeito como mais determinado.

A análise desses dois casos nos permite perceber que levar em conta o texto e o contexto para interpretarmos o sujeito de uma sentença como (in)determinado é fundamental. A interpretação vai variar até mesmo de leitor para leitor, a depender de ele possuir ou não o conhecimento prévio necessário para estabelecer a referência pretendida pelo autor do texto.

Outro ponto cuja relevância devemos observar é que o fenômeno da indeterminação do sujeito não é dicotômico, como reza a GT. Nessa perspectiva, o sujeito de uma sentença ou é determinado ou indeterminado. Como já apontamos na fundamentação teórica, nossa visão da indeterminação, seguindo uma orientação funcionalista, trata-a como um fenômeno escalar. Isso quer dizer que podemos ter sujeitos mais indeterminados que outros, sujeitos com um fraco grau de indeterminação e sujeitos com forte grau de indeterminação. Observemos o exemplo a seguir, do editorial DP01:

É como se não existissem **recursos aptos a incluir os 9 milhões de surdos na normalidade da comunicação**. Mas existem. [SI144-DP01]

Nessa sentença, a utilização de um núcleo do sujeito no plural favorece sua indeterminação, uma vez que, nesse trecho do texto, não são especificados com exatidão quais recursos são esses. Essa falta de especificação inicial não permite que o leitor estabeleça, extratextualmente, uma referência exata a essa expressão.

No próprio editorial DP01, entretanto, esses recursos são um pouco especificados no trecho seguinte: “Além da legenda, que só atende os alfabetizados, há intérpretes especializados na língua brasileira de sinais (Libras)”. O autor, então, fornece ao leitor algumas possibilidades de recursos já existentes para inclusão dos deficientes. Essa especificação, no entanto, não é total; ainda não se pode estabelecer exatamente a referência da expressão. Podemos afirmar, então, que o sujeito destacado em SI144 é indeterminado em um grau menor.

Menos indeterminado ainda é o sujeito destacado a seguir, do editorial DP02:

Zaragoza e Barcelona disputavam partida do Campeonato Espanhol. [SI177-DP02]

Por ser metonímico, o sujeito composto SI177 é indeterminado. Quando afirmamos que Zaragoza e Barcelona estão em disputa, queremos dizer que as equipes de jogadores desses times estão em campo disputando a partida. Isso torna esse sujeito menos indeterminado, pois sabemos que sua referência está restrita aos onze jogadores de cada grupo. Em outra interpretação, porém, podemos pensar no sintagma “Zaragoza e Barcelona” como uma espécie de representação de todos os que compõem os times. Nesse ponto de vista, o sujeito já seria mais indeterminado, pois faria referência a muitos elementos, da diretoria aos funcionários do clube. Isso sugere, mais uma vez, que o fenômeno da indeterminação se dá no texto e no discurso, dependendo de vários fatores para ser estudado.

Nessa mesma linha de pensamento, observemos um exemplo do editorial DP06 cuja análise dependerá do olhar para o universo textual:

Elas foram vendidas por R\$ 12 (que fosse por trilhões de dólares) a líderes tribais por terem cometido o desatino de frequentar a escola num lugar em que o costume é a mulher ficar em casa, cuidando do marido e dos filhos. [SI285-DP06]

Esse trecho aparece em um texto que abordava a venda de jovens adolescentes nigerianas por terem frequentado a escola. O referente do “elas”, então, fica mais especificado dentro do texto; sabemos que o pronome se refere às nigerianas vendidas. No próprio texto, também, temos a informação de que foi 276 o número de jovens vendidas, o que torna a referência do pronome mais vaga no contexto. Não conseguimos estabelecer com exatidão os referentes da expressão quantificada retomada pelo pronome pessoal “elas”, o que caracteriza mais um caso de indeterminação do sujeito. Essa ocorrência mostra uma indeterminação mais fraca, uma vez que conseguimos, parcialmente, fazer a recuperação de seu referente extratextual.

Tendo, então, em mente que, para análise dos casos de indeterminação do sujeito, devemos levar em conta o contexto, o grau dessa indeterminação e o papel da interpretação do leitor na recuperação dos referentes, passemos, agora, para uma análise das formas de indeterminação encontradas no *corpus* específico. Vale lembrar, também, que as ocorrências indicadas aqui foram consideradas por nós como sujeitos indeterminados dentro dos contextos dos editoriais analisados. Como já indicamos, em outros contextos, alguns exemplos são nitidamente considerados determinados.

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Como já foi indicado no capítulo 3, encontramos 300 ocorrências de sujeito indeterminado em nosso *corpus*. Dessas ocorrências, entretanto, não encontramos exemplos de todos os casos indicados em nossa fundamentação embasada nos autores funcionalistas.

Uma primeira observação que se pode fazer em relação a isso é que não foi encontrado nenhum caso de indeterminação do sujeito em que a posição de sujeito não estivesse preenchida e a indeterminação fosse centrada no próprio verbo. É importante ressaltar que, para os casos em que a partícula

'se' aparece ligada ao verbo na terceira pessoa do singular, consideramos que é o 'se' que preenche a posição do sujeito; explicaremos isso mais adiante. Também nos casos de elipse, consideramos que a posição do sujeito é ocupada por uma retomada implícita de um termo anterior.

Ao perceber, então, que todos os casos de indeterminação do sujeito encontrados são marcados pelo preenchimento desse sujeito por alguma forma, confirmamos a tendência indicada por Vargas (2010; 2012) e Bagno (2011) de que o português brasileiro opta, cada vez mais, pelo preenchimento dessa posição. Nas pesquisas realizadas por esses autores, os apontamentos são levantados a partir de dados de língua falada. Aqui, encontramos indícios de que essa tendência também parece ser válida para a língua escrita.

Outro caso que não foi identificado em nossas ocorrências foi o da posição do sujeito preenchida por uma forma pronominal pessoal genérica de segunda pessoa, como o 'tu' ou o 'você'. Acreditamos que a ausência desse caso nos editoriais se deve ao caráter mais formal do gênero, que procura evitar um diálogo mais direto com o interlocutor.

Além disso, outros casos não destacados na literatura linguística foram encontrados no *corpus*, como o sujeito oracional ou o sujeito preenchido pelo pronome relativo sem antecedente 'quem'. Como essas ocorrências foram casos isolados no *corpus*, não discorreremos sobre elas aqui.

Os casos sobre os quais nos vamos deter nesta análise serão, então, aqueles nos quais a posição do sujeito é preenchida por: um sintagma nominal genérico (com determinante, sem determinante ou coletivo), um sintagma nominal de valor metonímico, uma forma pronominal pessoal genérica (de primeira ou de terceira pessoa), um pronome indefinido, um infinitivo ou a partícula 'se'. Diferente do que reza a GT, priorizando casos de verbo transitivo indireto ou intransitivo mais a partícula 'se', em nosso *corpus*, não foram essas as ocorrências principais. A maior parte delas se deu pelo uso de sintagmas nominais genéricos com determinante, retomados ou não por outros elementos.

Um exemplo prototípico desse tipo de sintagma está na ocorrência SI046, do editorial JC03:

Quando **um ministro** desqualifica o voto de outro, de público, estamos diante de algo muito mais delicado [...] [SI046-JC03]

Observemos que a sentença indica uma situação genérica em que qualquer ministro pode realizar a ação de desqualificar o voto de outro. Nesse contexto, não conseguimos recuperar com exatidão o referente da expressão “um ministro”, o que a torna indeterminada. A mesma situação é vista na ocorrência SI136, do editorial JC06.

SI136: Gilberto Freyre é um desses atletas da cultura **que** não podem ser deixados de lado como personagem do passado, porque a obra dele é superior a todas as nossas vitórias futebolísticas. [SI136-JC06]

Observemos que o relativo ‘que’ retoma a expressão sublinhada, “esses atletas da cultura”, a qual estabelece uma referência genérica. No texto, Gilberto Freyre é colocado num grupo de importantes nomes da cultura, sem que haja especificação dos componentes desse grupo, o que torna o sintagma “desses atletas da cultura” indeterminado. Pelo fato de, em SI136, o pronome em negrito exercer função de sujeito na sentença e retomar um sintagma nominal indeterminado, ele carrega para si esse valor de indeterminação.

Como nesse caso, todas as ocorrências nas quais havia retomada de referentes foram enquadradas de acordo com a expressão linguística à qual se fazia referência no texto. Por esse motivo, em nossas análises quantitativas, dividimos as ocorrências de acordo com o tipo de referência que realizavam, se introdução ou retomada de referentes. Para comparar as formas de indeterminação do sujeito nos dois jornais, levaremos em conta apenas os sujeitos cuja forma linguística é introdutora de referentes. Estabelecemos esse critério porque muitos dos sujeitos indeterminados que aparecem como retomada fazem essa retomada de outros sujeitos indeterminados já apontados no *corpus*. Para evitar que uma mesma referência indeterminada seja contabilizada mais de uma vez, optamos por esse critério.

Vejamos, então, na Tabela 02, a seguir, a quantificação de todos os casos de indeterminação do sujeito encontrados nos editoriais do JC em nosso *corpus* específico. A tabela é dividida por casos, e suas quantidades,

separadas, primeiramente, entre os editoriais e, depois, pelos textos do JC de maneira geral.

Tabela 02 – Casos de indeterminação do sujeito nos editoriais do JC

POSIÇÃO DO SUJEITO PREENCHIDA POR		JC01	JC02	JC03	JC04	JC05	JC06	JC
Um sintagma nominal genérico com determinante	Referente introduzido	5	2	9	5	5	3	29
	Referente retomado	4	3	3	6	5	1	22
Um sintagma nominal genérico sem determinante	Referente introduzido	2	0	3	2	1	3	11
	Referente retomado	2	2	3	2	1	3	13
Um sintagma nominal genérico coletivo	Referente introduzido	0	0	2	0	2	1	5
	Referente retomado	0	0	2	0	0	0	2
Um sintagma nominal de valor metonímico	Referente introduzido	3	0	0	1	3	0	7
	Referente retomado	0	2	0	0	0	0	2
Uma forma pronominal pessoal genérica de primeira pessoa (elipse)	Referente introduzido	1	2	1	1	4	5	14
	Referente retomado	0	0	0	0	2	0	2
Uma forma pronominal pessoal genérica de terceira pessoa	Referente introduzido	0	0	0	0	0	0	0
	Referente retomado	0	0	0	0	0	0	0
Um pronome indefinido	Referente introduzido	0	0	1	2	0	2	5
	Referente retomado	0	0	0	2	0	0	2
Um infinitivo	Referente introduzido	0	0	1	0	0	0	1
	Referente retomado	0	0	0	0	0	0	0
Partícula 'se'	Com VTD ou VTDI	5	4	4	0	1	3	17
	Com VTI ou VI	3	0	0	0	0	0	3

Fonte: Autor, 2014

Pelos dados da Tabela 02, percebemos o predomínio dos sintagmas nominais genéricos exercendo a função de sujeito indeterminado, como ocorre no *corpus* de maneira global. O uso desse tipo de estrutura permite fazer uma referência genérica a numerosos elementos extratextuais, o que justifica esse predomínio. O autor do texto dispõe, com esse tipo de estrutura, de importante variedade lexical para indicar seus referentes, escolhendo a que considera mais adequada a suas intenções no texto.

Além dos sintagmas nominais genéricos, encontramos também algumas ocorrências de sujeitos metonímicos. São sintagmas nominais usados, geralmente, para indicar ações realizadas por instituições. Não podem ser considerados sintagmas nominais genéricos porque sua referência já é mais situada, indicando parcialmente quem são os referentes.

Outro recurso de indeterminação do sujeito bastante utilizado nos editoriais do JC foi o emprego de uma forma pronominal pessoal genérica de primeira pessoa do plural, sempre na forma de elipse. Essas ocorrências geralmente são encontradas quando o jornal quer imprimir sua voz no texto, assumindo seu posicionamento direto a respeito do tema em questão. É o que podemos observar na ocorrência SI093, do editorial JC05, a seguir:

Ø Publicamos domingo último reportagens mostrando que estamos a menos de um mês da abertura da Copa do Mundo mas temos muitos gargalos a serem superados. [SI093-JC05]

O uso do verbo “publicar”, na primeira pessoa do plural, em SI093 indica que o tema da Copa do Mundo já vinha sendo tratado pelo jornal antes mesmo da publicação desse editorial. Quando faz esse uso, o jornal se coloca explicitamente como produtor do texto, mostrando mais envolvimento com as opiniões ali veiculadas.

Outro caso com relevante número de ocorrências foi o emprego dos pronomes indefinidos na posição de sujeito indeterminado. Essa classificação, condenada pela GT, corresponde a um dos casos mais fortes de indeterminação, considerando-se, cabe lembrar, o fenômeno em relação ao texto e ao discurso.

As formas previstas pela GT foram menos encontradas nos editoriais do JC, aparecendo em casos isolados. Diferente delas, o emprego do 'se' com verbos transitivos diretos, caso de indeterminação desconsiderado pela GT, apareceu com bastante frequência. Mais adiante, desenvolveremos mais detalhadamente a explicação sobre esses casos.

De maneira geral, as ocorrências encontradas nos editoriais do DP foram numericamente semelhantes às do JC, guardadas as devidas proporções. Na Tabela 03, a seguir, encontramos a quantificação dos casos identificados nos textos do DP.

TABELA 03 – Casos de indeterminação do sujeito nos editoriais do DP

POSIÇÃO DO SUJEITO PREENCHIDA POR		DP01	DP02	DP03	DP04	DP05	DP06	DP
Um sintagma nominal genérico com determinante	Referente introduzido	7	5	7	15	4	7	45
	Referente retomado	3	1	5	5	1	5	20
Um sintagma nominal genérico sem determinante	Referente introduzido	8	8	3	5	9	0	33
	Referente retomado	1	2	3	3	4	0	13
Um sintagma nominal genérico coletivo	Referente introduzido	0	0	0	0	0	0	0
	Referente retomado	0	0	0	0	0	0	0
Um sintagma nominal de valor metonímico	Referente introduzido	2	1	1	2	2	1	9
	Referente retomado	0	0	1	5	1	0	7
Uma forma pronominal pessoal genérica de primeira pessoa (elipse)	Referente introduzido	0	0	0	0	0	0	0
	Referente retomado	0	0	0	0	0	0	0
Uma forma pronominal pessoal genérica de terceira pessoa	Referente introduzido	1	0	0	0	0	1	2
	Referente retomado	5	0	0	0	0	1	6
Um pronome indefinido	Referente introduzido	1	1	1	0	0	1	4
	Referente retomado	0	0	1	0	0	0	1
Um infinitivo	Referente introduzido	1	0	4	0	0	0	5
	Referente retomado	1	0	0	0	0	0	1
Partícula 'se'	Com VTD ou VTDI	0	0	2	4	1	1	8
	Com VTI ou VI	0	1	1	0	0	0	2

Fonte: Autor, 2014.

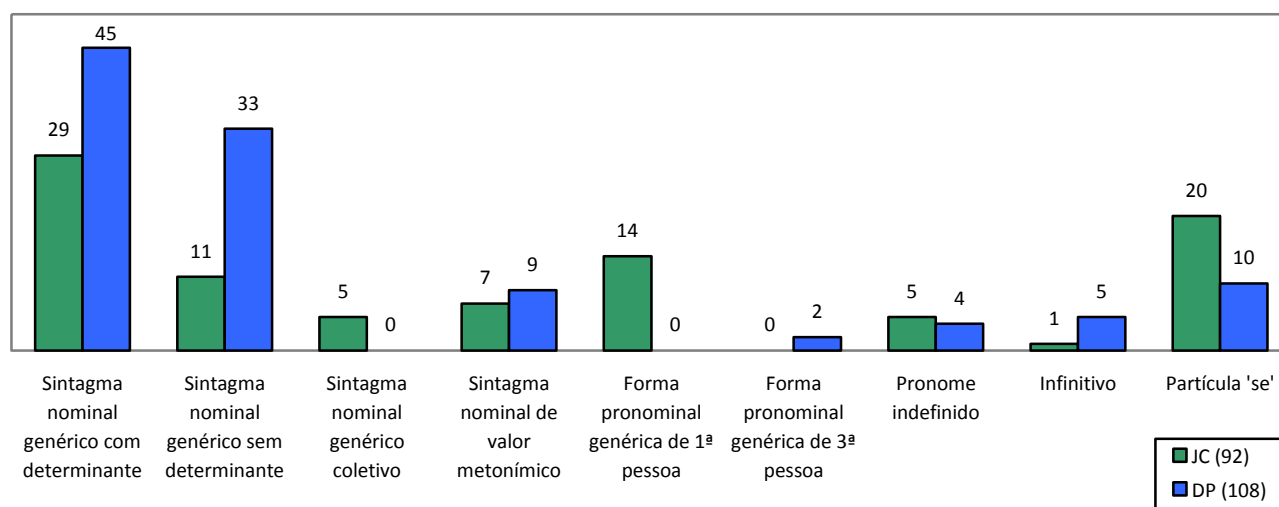
Embora em número bem maior de ocorrências, observamos, na Tabela 03, que, para os editoriais do DP, também predominou o emprego de

sintagmas nominais genéricos para a posição de sujeito indeterminado. Aqui, também a variedade lexical de núcleos nominais parece favorecer seu maior número de ocorrências nos editoriais. Diferentemente dos casos encontrados no JC, no DP não houve nenhum registro de sintagma nominal de núcleo coletivo. Igualmente ao JC, o uso de sujeitos metonímicos também foi registrado no DP.

Um ponto importante a ser destacado nos editoriais do DP é a ausência de formas pronominais pessoais genéricas de primeira pessoa, diferentemente dos editoriais do JC, nos quais esse uso foi observado. Pela própria linguagem empregada nos textos do DP, percebemos que há preferência por uma proteção de face em relação aos temas debatidos, ou seja, o autor opta por não expor sua imagem com críticas explícitas a respeito do assunto em questão. No DP, prefere-se adotar estruturas linguísticas que passem ao leitor uma ideia de maior impessoalidade (coerente com o postulado para o gênero 'editorial' prototípico), como os sujeitos pronominais de terceira pessoa do plural, identificados no DP, mas não no JC.

Da mesma forma que no JC, no DP também foram encontrados registros de sujeitos indeterminados preenchidos por pronomes indefinidos, infinitivos e pela partícula 'se'. No Gráfico 01, a seguir, percebemos mais claramente a comparação entre os casos encontrados nos dois jornais.

Gráfico 01 – Ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas no JC e no DP.

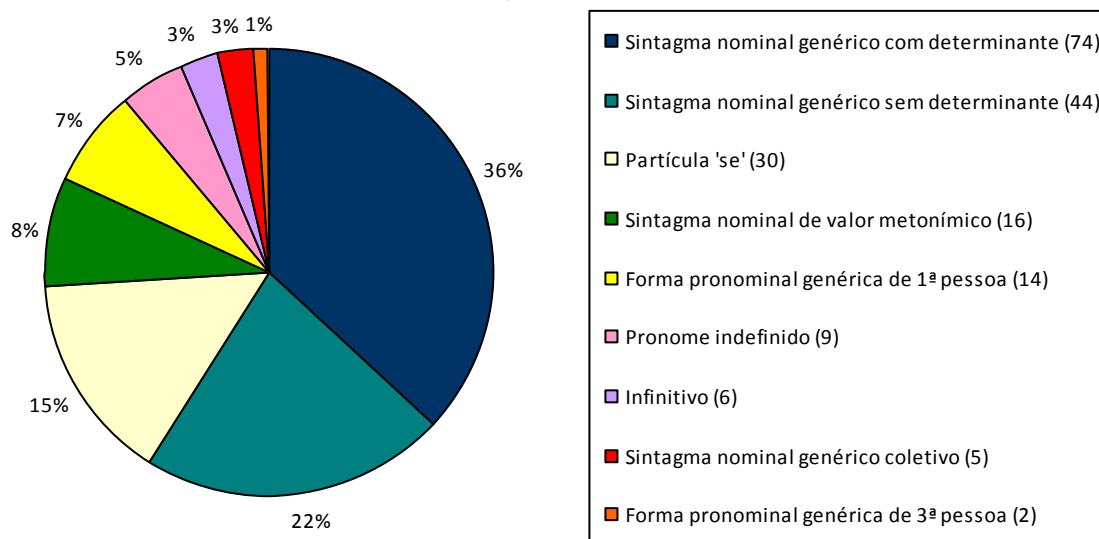


Fonte: Autor, 2014.

Como apontamos anteriormente, indicamos, nessa comparação, apenas os casos cuja referência feita pela expressão linguística é a de introdução. Analisando unicamente esses casos no Gráfico 01, percebemos, de maneira geral, que a frequência de emprego da indeterminação do sujeito nos dois jornais não tem diferenças significativas, destacando-se o DP no emprego de sintagmas nominais indeterminados e o JC no emprego de formas pronominais indeterminadas e da partícula 'se'.

Sobre as ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas no *corpus* como um todo, podemos ter uma visão geral no Gráfico 02, a seguir:

Gráfico 02 – Ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas no *corpus* específico



Fonte: Autor, 2014.

Como identificamos nas análises das ocorrências separadas pelos jornais, o predomínio dos casos se deu com o sintagma nominal genérico com determinante. Em seguida, vieram as ocorrências com sintagmas nominais genéricos sem determinante. Logo depois, o uso de verbo na terceira pessoa com a partícula 'se'. Foram esses os três casos que apareceram com mais destaque no *corpus*.

Se levarmos em conta todas as ocorrências com sintagmas, veremos que elas correspondem a 69% dos exemplos encontrados. Quantificando todos

os casos em que a posição do sujeito é preenchida por formas pronominais, encontramos um total de 13% dos casos. Para o uso da partícula 'se' e do infinitivo, estratégias previstas pelas GT, 18% do total de casos.

Como conclusão geral que podemos tirar dos dados do Gráfico 02, vemos que o uso de sintagmas nominais é o principal recurso de indeterminação do sujeito para o PB formal escrito nos editoriais jornalísticos. Nesse mesmo contexto, as estratégias pronominais são menos usadas. A seguir, veremos sistematicamente como funcionam essas estruturas linguísticas no contexto dos editoriais analisados.

5.2 CASOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Vamos destacar, a seguir, os casos de indeterminação do sujeito encontrados em nosso *corpus*. Primeiramente, discorreremos acerca dos sintagmas nominais indeterminados, a estratégia mais empregada nos editoriais, como mostramos com os dados da seção anterior.

Os sintagmas nominais mais utilizados para marcar a indeterminação do sujeito foram os sintagmas nominais genéricos com determinante. O que caracteriza a indeterminação desse tipo de sintagma é o seu núcleo, que é responsável por indicar a referência estabelecida pelo sintagma. Os graus de indeterminação são percebidos inicialmente a partir da análise desses núcleos. Vejamos o exemplo SI289, do editorial DP06:

A humanidade não pode dar guarida a nenhuma delas, pouco importando se fundamentadas em razões religiosas, culturais ou quais sejam. [SI289-DP06]

Nessa sentença, o sujeito destacado tem como núcleo uma palavra cuja referência é genérica. Quando o autor afirma que “a humanidade não pode dar guarida a nenhuma barbárie”, ele quer dizer que qualquer pessoa que pertence à humanidade não pode tolerar nenhuma crueldade como as que são indicadas no texto. Essa afirmação aparece como verdade universal, no texto, fazendo com que o leitor, que fica incluso nas possibilidades de referência do sujeito, seja levado a concordar com as ideias defendidas no editorial.

Mesmo com a individualização da expressão “humanidade” ocasionada pela utilização do artigo definido como determinante, a indeterminação do sujeito continua evidente pelo fato de o leitor não conseguir delimitar com clareza os referentes indicados no sintagma. Como iremos observar em outros exemplos, mesmo que o determinante busque localizar melhor no contexto a referência do núcleo do sujeito, se não conseguirmos com exatidão estabelecer os referentes, o sujeito será mais indeterminado. É isso também o que acontece no exemplo SI229, do editorial DP04:

O dinamismo é natural e, por isso, se impõe. [SI229-DP04]

Nesse caso, fica mais evidente a indeterminação pelo fato de o núcleo do sujeito ser um nome abstrato. Conseguimos recuperar, como referente da expressão, um conjunto de características e ações que configuram o dinamismo, mas não podemos dizer exatamente a quais dessas características e ações há referência. O autor empregou, mais uma vez, um termo genérico para tipificar seus argumentos como verdades universais. Da mesma maneira, ele procede no exemplo a seguir:

Na verdade, **a acessibilidade** não constitui problema apenas dos privados do sentido da audição. É bem mais geral. [SI147-DP01]

O emprego do substantivo abstrato “acessibilidade” também configura um sintagma de referência genérica no texto. Quando se trata de acessibilidade, no editorial, refere-se a um conjunto de elementos aos quais os deficientes têm direito e pelos quais eles lutam. Mesmo com a especificação de alguns desses elementos no texto, não há referência a sua totalidade, o que caracteriza a indeterminação, nesse caso.

Outras vezes, o sintagma nominal genérico é utilizado para recategorizar elementos anteriormente indicados no texto, como acontece no editorial JC01, no caso SI009:

O desafio é mais forte quando se constata que o Brasil é o maior consumidor de crack do mundo [...] [SI009-JC01]

O emprego do substantivo abstrato “desafio” resume uma série de medidas antidrogas que foram anteriormente indicadas no texto. Além de resumir esses referentes anteriores, o sintagma acrescenta a esses referentes a informação de serem desafios. Esse rótulo utilizado pelo autor indica o nível da gravidade do tema abordado no texto; trata-se de um desafio na sociedade. A indeterminação do sujeito, aí, é facilmente percebida, pois o rótulo é uma expressão referencial que resume várias outras, o que torna essa expressão naturalmente genérica.

Além dos exemplos nos quais o sintagma é composto apenas de determinante artigo definido e núcleo, houve ocorrências com outros tipos de determinante e com núcleo nominal especificado. É o caso do exemplo SI006, do editorial JC01:

Como se não bastassem **as tragédias que nos acompanham desde os tempos da colônia**. [SI006-JC01]

Nessa ocorrência, o núcleo do sujeito (“tragédias”) é especificado pela oração adjetiva “que nos acompanham desde os tempos da colônia”. Apesar dessa especificação, o sujeito é indeterminado porque seu núcleo, além de ser um substantivo abstrato, está no plural, o que generaliza ainda mais a referência estabelecida pela expressão. O sujeito, aí, indica um conjunto de tragédias sofridas pelos brasileiros desde seu tempo como colônia de Portugal.

Outros especificadores não oracionais também foram identificados no *corpus*, como na ocorrência SI028, do editorial JC02:

Este é um acontecimento muito importante em uma terra onde **a memória de formação da cidadania e da cidade** não é lá muito cultuada [...] [SI028-JC02]

Mais uma vez, observamos que, mesmo especificado, o núcleo do sujeito (“memória”) é um substantivo abstrato e, por isso, é uma expressão linguística de referência genérica. Outro caso há em que o sujeito comporta dois especificadores:

Como **uma decisão do Supremo, a mais alta instância do ordenamento jurídico**, vira automaticamente jurisprudência, esse desentendimento só provoca incerteza jurídica. [SI044-JC03]

Em SI044, do editorial JC03, o sujeito indeterminado tem o núcleo abstrato “decisão”, especificado pelo adjunto adnominal “do Supremo”, modificado pelo aposto “a mais alta instância do ordenamento jurídico”. No exemplo a seguir, temos um especificador de grande extensão:

Indo um pouco mais além, é pertinente **o cotejo entre o entusiasmo com que foram gastos alguns bilhões de Reais para a realização da Copa do Mundo no Brasil e a pouca - ou nenhuma - atenção que se dá a um trabalho destinado a preservar a memória de um dos mais importantes intelectuais brasileiros em todos os tempos**, cujo legado à cultura nacional vai muito além das arenas esportivas e repercute mais permanentemente cá e lá fora nos segmentos acadêmicos, científicos e históricos. [SI125-JC06]

Mesmo bastante especificado, é o núcleo “cotejo” que garante que o sujeito da sentença em SI125, do editorial JC06, é mais indeterminado, uma vez que faz referência a uma ação, sem que possamos estabelecer referências exatas para a expressão.

A análise de todos esses exemplos nos mostra a importância de olharmos para o núcleo do sujeito para sabermos se ele é mais ou menos (in)determinado. Há casos, porém, nos quais a indeterminação é marcada também no determinante, como SI288, do editorial DP06:

Todo tipo de barbárie é condenável. [SI288-DP06]

O determinante, nesse caso, é o pronome indefinido “todo”. A referência estabelecida pela expressão é genérica: o texto defende que qualquer tipo de barbárie deve ser condenado. O leitor, então, fará múltiplas associações para interpretar essa referência. Isso é proporcionado tanto pelo núcleo do sujeito quanto pelo determinante. Também é esse o caso da ocorrência SI109, do editorial JC05:

Outros valores foram postos na tribuna, mas o que pesou mais e se deve reconhecer é a necessidade de a nação dar nova direção à maneira de ver a Copa [...] [SI109-JC05]

Nesse exemplo, a indeterminação do sujeito acontece por dois motivos: o núcleo da expressão é um substantivo abstrato que também está no plural e seu determinante é um pronome indefinido. A expressão referencial, então, não consegue estabelecer a que valores expostos na tribuna o autor do texto faz referência. Também não há indícios textuais que recuperem essa informação.

Outro tipo de pronome que também apareceu como determinante foi o demonstrativo. Observemos a ocorrência SI007, do editorial JC01:

E se foram muitos e crônicos **esses problemas**, o que agora se descortina é avassalador [...]. [SI007-JC01]

O fator preponderante para identificar o sujeito dessa sentença como mais indeterminado é o plural. No texto, não há referência exata a quais problemas são referidos pelo sintagma. O mesmo acontece com o exemplo SI290, do editorial DP06:

Tais atrocidades não cabem em conceito algum de civilização. [SI290-DP06]

Nesse caso, também de um sintagma no plural, não há, no texto, delimitação exata de quais atrocidades são referidas pela expressão. A referência que se pode estabelecer para o núcleo do sintagma “atrocidades” é que ele retoma o termo “barbárie” e indica os tipos de barbárie existentes na humanidade. Por isso, podemos dizer que o sujeito de SI290 tem um grau menor de indeterminação. Esse sujeito é retomado por elipse duas vezes no texto, como podemos observar nos casos SI291 e SI292:

∅ Não têm correspondência nem sequer na lei de talião — aquela do olho por olho, dente por dente —, de quase 2 mil anos antes de Cristo, pois tampouco observa o princípio da reciprocidade. [SI291-DP06]

Em SI291, o sujeito do verbo “ter” corresponde a uma elipse retomando o sujeito destacado na ocorrência SI290. Esse mesmo sujeito, “Tais atrocidades”, é retomado também por elipse na ocorrência SI292, destacada a seguir:

Não têm correspondência nem sequer na lei de talião — aquela do olho por olho, dente por dente —, de quase 2 mil anos antes de Cristo, pois tampouco \emptyset observa o princípio da reciprocidade.
[SI292-DP06]

Nesse caso, pela distância entre o sintagma retomado e a elipse, observemos que houve uma quebra de concordância. O sujeito do verbo “observa” retoma a expressão “Tais atrocidades”, que deveria levá-lo para o plural.

Uma segunda espécie de sintagma nominal indeterminado encontrado no *corpus* foram os sintagmas nominais genéricos sem determinante. Nos editoriais, pudemos observar que a ausência do determinante, de forma geral, imprime a esse tipo de sintagma um grau mais forte de indeterminação que o dos sintagmas com determinante. Isso acontece porque, naturalmente, o leitor interpreta essa ausência como uma marca da genericidade do sintagma. É o que podemos observar, por exemplo, na ocorrência SI141, do editorial DP01:

Acessibilidade é direito de todos [SI141-DP01]

Nessa ocorrência, o emprego unicamente do substantivo abstrato é suficiente para imprimir ao sintagma um forte grau de indeterminação. Quando o autor emprega essa expressão referencial, ele quer dizer que qualquer elemento associado ao livre acesso aos bens comuns da sociedade é direito de todo cidadão. A referência feita é vaga; não permite ao leitor a recuperação exata de um referente, mas sim uma visão geral dos elementos associados à acessibilidade. Como essa sentença corresponde ao título do editorial, essa indeterminação se torna importante para guiar o leitor sobre o tema abordado no texto, partindo de um plano mais geral para um plano mais específico.

Diferentemente dessa ocorrência, a indeterminação do sujeito no exemplo SI268, do editorial DP05, não ocorre pela natureza semântica do núcleo do sintagma. Observemos o caso:

Lá, **funcionários** os orientaram a subir ao piso seguinte para acertar as contas. [SI268-DP05]

Aqui, é o emprego do plural o principal responsável por indicar a indeterminação. Seu uso não permite que o leitor estabeleça quem realmente foram os funcionários que estavam fazendo o pagamento das pessoas contratadas para aplaudir os deputados. Essa estratégia serve, inclusive, de proteção de face para o autor do texto, que não identifica quem teriam sido os funcionários envolvidos nesse esquema político. Assim, o autor evita fazer possíveis acusações diretas aos assessores dos deputados.

Também o plural é o indício de indeterminação encontrado no exemplo SI150, do editorial DP03:

Faltam **sinais sonoros** para avisar aos cegos a hora de atravessar a rua. [SI150-DP01]

Nessa ocorrência, a expressão linguística torna-se indeterminada pelo uso do plural. Não conseguimos identificar com clareza quais seriam esses sinais sonoros responsáveis por auxiliar os cegos a atravessarem as ruas, por isso a referência fica vaga.

Outro exemplo de sintagma nominal genérico sem determinante é a ocorrência SI203, do editorial DP03:

Deputados e senadores devem atentar para sua função republicana e eleger, como meta na empreitada, o cumprimento da missão constitucional do Legislativo como poder fiscalizador. [SI203-DP03]

Nesse caso, temos um sujeito composto cujos núcleos são expressões referenciais genéricas. O texto faz um alerta para que qualquer deputado ou senador fique atento aos seus deveres enquanto representantes do povo. O

sintagma é, então, genérico porque não conseguimos recuperar com exatidão os referentes de nenhum dos dois núcleos.

Diferentemente da ocorrência SI203, no exemplo SI178, do editorial DP02, o sujeito composto é indeterminado pelo fato de apenas um dos núcleos estabelecer referência genérica:

Ensaçou retirar-se de campo, mas **o juiz e colegas** o impediram.
[SI178-DP02]

Nesse exemplo, o primeiro núcleo do sujeito composto é bastante determinado. A carga de indeterminação do sintagma se dá devido ao segundo núcleo, uma expressão referencial genérica no plural. Esse segundo núcleo não permite ao leitor identificar com exatidão quem foram os colegas que impediram o jogador de se retirar de campo. Provavelmente, o autor do texto também não teve conhecimento de quem realmente foram esses outros jogadores, por isso optou pelo emprego da expressão indeterminada. Essa indeterminação, vale ressaltar, é de um baixo grau, uma vez que conseguimos recuperar minimamente seu referente, alguns dos jogadores que estavam em campo.

Dentre os casos de sintagma nominal genérico sem determinante do nosso *corpus*, a ocorrência SI233, do editorial DP04, merece destaque pelo seu caráter metafórico:

Água parada corre o risco de perder o frescor e tornar-se imprópria para o consumo. [SI233-DP04]

Ao afirmar que “água parada pode perder seu frescor e tornar-se imprópria”, o que o autor quer, na verdade, é alertar a população para a ausência de mudanças nas instituições políticas. Essa “água parada” representa o Poder Legislativo, que vem sofrendo crescente descrédito perante a população. O uso da metáfora confere à argumentação do texto maior expressividade, servindo para atrair o leitor para a confirmação dessa constatação. O sintagma é indeterminado porque faz referência a qualquer instituição que não passe por uma renovação, de acordo com o texto. A

expressão, então, seria aplicável a vários contextos, sem que nenhum deles estivesse exatamente delimitado no editorial.

Nos casos de sintagmas sem determinantes, também merecem destaque aqueles que, apesar de não terem um determinante para seu núcleo, vêm com esse núcleo especificado. É o que acontece com o exemplo SI058, do editorial JC03:

Essa é a grandeza do Supremo: a ele compete como última instância a salvaguarda da Constituição Federal e se nela estão contidos **amplios recursos de defesa dos direitos humanos**, não é de se estranhar [...]. [SI058-JC03]

A referência feita pelo sintagma é genérica porque aborda vários recursos possíveis para a defesa dos direitos humanos. O autor usa esse sintagma indeterminado para tentar justificar o motivo de algumas discordâncias entre os ministros do Supremo Tribunal Federal: há diversos recursos previstos na Constituição para garantir direitos; seria natural uma diversidade de interpretações sobre eles. Para situar a expressão referencial no universo temático do texto, houve, então, a necessidade de delimitar a referência do núcleo. Embora não consigamos recuperar com exatidão quais são esses recursos apontados no texto, temos o conhecimento de que eles estão ligados à área dos direitos humanos. Assim, o sujeito é indeterminado, mas num grau mais fraco de indeterminação.

Ocorrência em que também há delimitação da expressão referencial que é núcleo do sintagma é o exemplo SI090, do editorial JC04:

Casos de referência como este, e do Lar Dona Conceição, na Serra do Machado, em Sergipe, mantido pela Fundação Pedro Paes Mendonça, ligada ao Grupo JCPM, que também se destaca por um trabalho sério em prol da dignidade dos mais velhos, são paradigmáticos de uma situação ideal. [SI090-JC04]

A extensão do especificador, nesse caso, é bem maior que a do exemplo anterior. O núcleo do sujeito “casos” é indeterminado pelo fato de estar empregado num sentido mais vago, genérico. O autor pode fazer menção a qualquer caso de referência, desde que seja semelhante ao caso citado no

editorial. Esse condicionamento delimita o estabelecimento da referência, o que torna o grau de indeterminação do sintagma mais fraco.

Outro uso de sintagma nominal genérico para marcar a indeterminação é o emprego de coletivos. Essa estratégia, entretanto, foi pouco encontrada. Os casos só apareceram nos editoriais JC03, JC05 e JC06. Observemos o exemplo SI097, do editorial JC05:

No comércio, **o empresariado** está reticente - nem eufórico nem pessimista - mas em toda a sociedade parece disseminada a certeza de que, como sempre, faltou planejamento, compromisso na execução dos prazos, e houve improviso no gasto do dinheiro público. [SI097-JC05]

O emprego do coletivo “empresariado” indica generalização na referência do sujeito. Não sabemos precisar pontualmente quem está preocupado com a má administração dos recursos da Copa, apenas podemos dizer que é o grupo de empresários que lida diretamente com o comércio. As ocorrências com coletivo têm, portanto, um baixo grau de indeterminação, uma vez que podemos recuperar com exatidão pelo menos o grupo social ao qual pertencem os referentes indicados no texto. O mesmo acontece quando esse coletivo vem no plural:

Diante dos conflitos expostos em tempo real, é importante que as pessoas se advirtam que **os tribunais** são formados por juízes e não há, entre eles, hierarquia. [SI064-JC03]

Na ocorrência SI064, do editorial JC03, o coletivo “tribunais” indica que o texto se refere a qualquer tribunal. Com isso, o autor pretende construir uma argumentação de que não é só no Supremo Tribunal Federal que não há hierarquia entre os juízes, mas em qualquer tribunal. Quando há referência ao nome “tribunal”, indica-se um grupo genérico de juízes, por isso o sujeito é indeterminado.

Mesmo quando o coletivo vem especificado, a indeterminação do sujeito ainda ocorre. Observemos o exemplo SI137, do editorial JC06:

Gilberto Freyre é um desses atletas da cultura que não podem ser deixados de lado como personagem do passado, porque **a obra dele** é superior a todas as nossas vitórias futebolísticas. [SI137-JC06]

Nesse exemplo, o coletivo “obra” é especificado pela contração “dele”, indicadora de posse. A referência, então, é feita apenas à obra de Gilberto Freyre. Ainda assim, o substantivo coletivo continua estabelecendo referência genérica, uma vez que indica diversos componentes dessa obra, sem especificar quais.

Essa especificação, em alguns casos em que há retomada de referentes, resulta em uma quebra de concordância:

como pode um colegiado de 11 pessoas tratar de leis e \emptyset se desentenderem, se dividirem, como ocorre no STF? [SI054-JC03]

Na ocorrência SI054, do editorial JC03, o sujeito indeterminado elíptico é uma retomada do sintagma “um colegiado de 11 pessoas”, sujeito indeterminado do verbo “poder” na mesma sentença. O verbo de SI054, apesar de estar sintaticamente ligado ao núcleo “colegiado”, encontra-se no plural, fazendo a concordância com o especificador “de 11 pessoas”. A mesma concordância é observada em outro caso de retomada desse sintagma:

como pode um colegiado de 11 pessoas tratar de leis e se desentenderem, \emptyset se dividirem, como ocorre no STF? [SI055-JC03]

O sujeito do verbo “dividir” em SI055 encontra-se também no plural por concordar com o especificador “de 11 pessoas”. Essas ocorrências confirmam que o autor do texto interpreta o sintagma nominal coletivo como indeterminado. A referência feita pela expressão retomada indica que aquelas informações se aplicam a qualquer colegiado formado por onze pessoas. Não se podendo indicar com precisão quem seria esse colegiado, apenas sua quantidade de componentes, os dois verbos que vêm depois na sentença farão a concordância com a quantidade dos componentes.

Além dos sintagmas nominais genéricos, também houve ocorrências significativas de sintagmas nominais de valor metonímico em nosso *corpus*. O

sujeito metonímico é tipicamente indeterminado porque faz referência a componentes de uma determinada organização ou entidade linguisticamente indicados pelo nome dessa organização ou entidade. É o que ocorre no exemplo SI081, do editorial JC04:

Nas próximas décadas, **o País** será obrigado a buscar a correção dessa atitude que vilipendia os idosos. [SI081-JC04]

Claramente, o leitor interpreta que não é o país em si que vai buscar a correção de atitude, mas sim as pessoas que dele fazem parte, sem que haja referência exata a quem são essas pessoas. Aqui, há um forte grau de indeterminação, pois há múltiplas possibilidades de referentes para a expressão. Qualquer pessoa que faça parte do país entrará nessa referência. Esse tipo de sujeito é bastante recorrente quando o texto discute questões ligadas à política ou à economia, como no exemplo SI146, do editorial DP01, a seguir:

O Ministério Público abriu inquérito para investigar a discriminação frequentemente observada contra essa parcela da população. [SI146-DP01]

Nessa ocorrência, percebemos que a abertura do inquérito não foi providenciada exatamente pela instituição Ministério Público, mas sim pelos promotores que dela fazem parte. A indeterminação desse sujeito, então, acontece porque não conseguimos fazer referência exata a quais promotores foram responsáveis pela abertura desse inquérito. O desconhecimento desses dados levou o autor do texto a empregar o sujeito metonímico.

Em comparação com o exemplo SI081, entretanto, vemos que o sujeito metonímico em SI146 é menos indeterminado, porque oferece uma maior possibilidade de recuperação de referentes que o primeiro exemplo. Na ocorrência do DP01, a referência só pode ser feita a integrantes do Ministério Público, o que delimita mais a identificação de possíveis referentes. Na ocorrência do JC04, a referência pode ser feita a qualquer pessoa do país, o que torna mais difícil a recuperação dos referentes e, portanto, dá maior grau de indeterminação para o sintagma.

Em nosso *corpus*, também encontramos ocorrência de sujeito metonímico composto, como em SI226, do editorial DP04:

Apesar de maus padres, professores despreparados, parlamentares corruptos, presidentes traidores, **Igreja, escola, Congresso, Presidência da República** permanecem, se renovam e respondem a expectativas da sociedade. [SI226-DP04]

Nesse exemplo, o leitor percebe que são essas quatro instituições que permanecem na sociedade: Igreja, escola, Congresso e Presidência da República. A referência estabelecida pelos quatro núcleos do sujeito é genérica porque diz respeito à instituição como um todo, englobando todos os que dela fazem parte, que, inclusive, mudam de acordo com o tempo. Outro exemplo de sujeito metonímico é SI214, do editorial DP03:

Ao tentar desfazer-se da refinaria em 2012, **a Petrobras** só recebeu uma oferta, de US\$ 180 milhões — metade do que pagara pelos primeiros 50%. [SI214-DP03]

Nessa ocorrência, percebemos que também é importante olharmos para o verbo da sentença para levar em conta se o sujeito é metonímico ou não. O núcleo do sintagma “Petrobras” não seria considerado metonímico, por exemplo, se estivesse empregado com o verbo “pertencer” em uma sentença como “A Petrobras pertence ao Governo Federal”. Neste caso, entendemos que o sujeito faz referência à empresa como um todo. Na ocorrência do *corpus*, o verbo empregado foi “receber”, que não pede normalmente como argumento externo expressões como “Petrobras”. É nessa percepção que o leitor consegue interpretar o sentido metonímico do sintagma.

Outro caso que merece observação é a ocorrência SI151, do editorial DP01:

Ônibus não baixam o degrau para facilitar a entrada ou saída de passageiros idosos ou com dificuldade de locomoção. [SI151-DP01]

Nesse exemplo, a referência “Ônibus” é fortemente indeterminado. A expressão linguística faz referência a quaisquer ônibus cujos motoristas não

baixam o degrau para ajudar na entrada de passageiros. Esse sintagma carrega dois traços de indeterminação. O primeiro deles é o fato de se tratar de um sujeito metonímico. A referência, nesse caso, não é feita exatamente aos ônibus, mas sim aos motoristas dos ônibus, responsáveis pela abertura das portas do veículo. A segunda justificativa para essa indeterminação é o emprego do plural, percebido na flexão do verbo baixar. Isso amplia as possibilidades de referentes textuais para esse sujeito.

Além dos sintagmas nominais, outra estratégia de indeterminação do sujeito que encontramos no *corpus* foram as formas pronominais pessoais genéricas.

O maior destaque para esse uso foi o do emprego da primeira pessoa do plural por meio da elipse. Esse tipo de ocorrência apareceu apenas nos editoriais do JC, que, como já explicamos, procura estabelecer uma proximidade maior com o leitor e incluir-se na discussão dos temas tratados. Observemos um desses usos, a ocorrência SI129, do editorial JC06:

Ø Já havíamos denunciado o estado de abandono em que se encontra o casarão onde viveu por 46 anos e onde morreu Gilberto Freyre, transformado em fundação. [SI120-JC06]

Ao usar a primeira pessoa do plural, o jornal marca sua voz coletiva no texto. O editorial assume, então, o papel de denunciar o descaso com o bem cultural da sociedade. Nesse caso, é a expressão da coletividade que marca a indeterminação do sujeito. A denúncia foi feita verdadeiramente pelos integrantes do jornal, não referenciados exatamente no texto, como estratégia, inclusive, de proteger sua face. Em outras ocorrências, o uso da primeira pessoa do plural também inclui o leitor, como em SI118, do editorial JC05:

É uma festa brasileira, com certeza, e este mês que falta para que ela aconteça bem que pode servir para desarmar espíritos, tendências, partidarismos e até cores clubísticas porque agora Ø não temos mais como questionar o evento, mas vivê-lo e partilhá-lo intensamente. [SI118-JC05]

Ao afirmar que não temos mais como questionar a Copa, além de marcar sua voz no texto, o jornal inclui o leitor como participante da

enunciação. Isso aproxima esse leitor da argumentação desenvolvida. Mesmo assim, ainda há indeterminação por se tratar de um leitor genérico que é incluído no texto.

Nenhum desses dois tipos de ocorrência de primeira pessoa do plural foi encontrado nos editoriais do DP. Nos editoriais desse jornal, percebemos que não há adoção da estratégia argumentativa de imprimir sua voz no texto. Em contrapartida, foi observado nesse jornal um pequeno número de ocorrências com sujeitos pronominais genéricos de terceira pessoa do plural, caso que não foi encontrado no JC. Observemos o exemplo SI161, do editorial DP01:

Eles estão nas ruas, nas escolas, nos concursos, nos empregos. Exercem a cidadania. Votam e pagam impostos. Têm direitos e querem exercê-los. [SI161-DP01]

Nesse caso, o “eles” faz referência a todas as pessoas com deficiência, o que não permite que recuperemos com exatidão esses referentes. Essa referência é identificada no próprio texto, que aborda o direito dos deficientes à acessibilidade. Todo o texto traz levantamentos acerca dessa questão, mostrando algumas situações em que esse grupo sofre por não poder realizar atividades básicas como subir a calçada ou andar por ela. Quando aparece, no último parágrafo, expressão referencial “eles”, o leitor a associa às pessoas com deficiência. E esse referente é retomado depois como sujeito elíptico dos verbos sublinhados em SI161. Essas retomadas intensificam a argumentação do editorial em favor de mais respeito e direitos aos deficientes.

Pela GT, a ocorrência SI161 seria de sujeito simples determinado, uma vez que há uma expressão linguística preenchendo a posição de sujeito. Com uma breve análise, percebemos o equívoco dessa classificação, que, como já apontamos, não leva em conta as dimensões semântica, textual e discursiva da linguagem. O mesmo equívoco acontece com os sujeitos preenchidos por pronomes indefinidos. A GT classifica exemplos como SI130, do editorial JC06, como de sujeito determinado.

Ninguém discute o valor dos nossos atletas de hoje, como foram valiosos nomes como Ademir, Garrincha, como é valioso o nome de Pelé e dos que estão chegando sob os holofotes da fama. [SI130-JC06]

Nessa ocorrência, fica evidente para o leitor que não se consegue identificar a quem se faz referência por meio do pronome indefinido “ninguém”. O uso desse pronome intensifica a crítica feita no texto de que não são valorizados, no país, grandes expoentes da cultura. Em contrapartida, não se tem referência de pessoas que não deem valor a grandes nomes do futebol. O sujeito indeterminado, nesse caso, é usado para colaborar com a orientação argumentativa estabelecida no editorial.

O uso dos pronomes indefinidos também serve para generalizar informações do texto, como vemos na ocorrência SI294, do editorial DP06:

Todos são merecedores do mais contundente repúdio da raça humana, assim como o próprio racismo. [SI294-DP06]

Construindo uma argumentação contrária aos atos desumanos registrados no mundo, o autor do texto revela sua indignação afirmando que todos eles merecem repúdio por parte dos homens. Essa generalização caracteriza um forte grau de indeterminação do sujeito, pois engloba, nesse exemplo, quaisquer atitudes que desrespeitem os direitos humanos, sem a necessidade de especificá-las. Como o leitor não consegue estabelecer a referência exata dessa expressão, ele percebe que essa situação é aplicável a diversos referentes.

Também servem os pronomes indefinidos para retomar blocos maiores de informação do texto, realizando encapsulamento. É o caso da ocorrência SI187, do editorial DP02:

Passada emoção, continua **tudo** como sempre esteve. [SI187-DP02]

Nesse texto, o autor discute o preconceito e a intolerância no futebol e nos esportes em geral. Depois de descrever algumas atitudes tomadas por governantes e pela população no combate ao racismo, o autor afirma serem

todas elas consequências de emoções momentâneas contra tais atos. Assim que o assunto sai da mídia, toda a situação descrita desde o primeiro parágrafo do texto volta a acontecer. Para fazer referência a todos esses elementos previamente indicados no texto, o autor utiliza o pronome “tudo”, que é responsável por retomar todos os parágrafos anteriores do texto. Nesse encapsulamento, ou seja, nessa retomada de elementos diversos do texto por uma única expressão linguística, há referência a múltiplos elementos, por isso temos, aqui, um caso de indeterminação do sujeito. Como todos os elementos referenciados pelo pronome podem ser recuperados no próprio texto, essa indeterminação tem um grau menor. Diferente desse caso é o que vemos no exemplo SI218, do editorial DP03:

Se é mesmo isso, **alguém** errou, por bem ou por mal, e precisa ser responsabilizado. [SI218-DP03]

A indeterminação, aqui, é maior que no outro caso. Discutindo as denúncias de corrupção na empresa estatal Petrobras, o autor do texto afirma que os culpados devem ser punidos. Para proteger sua face, ele não faz acusações nem cita nomes de possíveis suspeitos. A estratégia que ele usa, então, é o emprego do sujeito indeterminado com o pronome indefinido “alguém”. Nesse caso, é intenção do autor que não recuperemos o referente indicado pelo pronome, por isso há maior grau de indeterminação.

Outra estratégia de indeterminação do sujeito encontrada nos editoriais é o emprego do infinitivo, como acontece no caso SI206, do editorial DP03:

Instalar CPI para servir de palanque é condená-la a terminar em pizza e desmoralizar a instituição parlamentar. [SI206-DP03]

Observemos que o núcleo do sujeito é preenchido por um infinitivo, forma nominal do verbo que faz referência a uma dada ação. Por isso, os sujeitos de núcleo infinitivo são indeterminados. O leitor só consegue estabelecer um conjunto de ações que caracterizam o núcleo do sujeito, sem que se delimite com exatidão que ações são essas. Do mesmo modo há indeterminação na ocorrência SI220, do editorial DP03:

Não só: é imprescindível **criar mecanismos que eliminem o risco de repetição de episódios como esse, com potencial para afetar negativamente a imagem da organização.** [SI220-DP03]

Nesse caso, diferentemente do anterior, o núcleo do sujeito está mais especificado com complementos verbais. Mesmo assim, a referência estabelecida pelo núcleo infinitivo é tão genérica quanto a primeira. É indicada apenas a ação genérica de criar, sem que se estabeleçam referentes exatos sobre ela. Sujeitos de núcleo infinitivo sempre têm, então, forte grau de indeterminação.

A última estratégia de indeterminação encontrada no *corpus* que vamos destacar é o uso de verbo na terceira pessoa com a partícula 'se' ocupando a posição do sujeito, como na ocorrência SI025, do editorial JC01.

Como **se trata** de uma epidemia de rápida propagação, esse número já pode estar superado neste momento, o que faz ainda mais dramática a condição do País do crack. [SI025-JC01]

Nessa sentença, não conseguimos recuperar a referência feita pelo sujeito. No texto, é o vício do crack que é colocado como uma epidemia preocupante. O verbo, então, tem ligação com a expressão abstrata "vício do crack", sem que o leitor consiga fazer uma referência exata a quem seria o agente da ação verbal. Assim, o sujeito é considerado indeterminado, sobretudo, porque seu leitor não consegue recuperar quem é o agente do verbo, interpretando a ação como genérica. Na estrutura linguística da sentença, a posição de sujeito indeterminado é preenchida pelo 'se', considerado o índice de indeterminação do sujeito.

Também é essa estratégia reconhecida pela GT como de indeterminação do sujeito. Para os gramáticos mais tradicionalistas, entretanto, esse tipo de estrutura só pode ser considerado indeterminado se o verbo for intransitivo ou transitivo indireto, como no caso anterior e no SI201 a seguir:

Impõe-se que não **se desvie** do caminho, protagonizando disputa política em torno da sucessão presidencial. [SI201-DP03]

Nesse exemplo, do editorial DP03, não se consegue recuperar com exatidão o agente do verbo “desviar”, de acordo com a GT, pois aqui há uma estrutura de verbo transitivo indireto com o índice de indeterminação do sujeito ‘se’. Analisando essa sentença no texto, vemos que o verbo “desviar” faz referência à Comissão Parlamentar de Inquérito. O editorial indica que essa Comissão não pode desviar de seu caminho para que todas as investigações obtenham sucesso. O sujeito do verbo é, então, indeterminado porque se refere à expressão “Comissão Parlamentar de Inquérito”, que não permite o estabelecimento exato de seus referentes no discurso. A indeterminação, aqui, não ocorre simplesmente pelo emprego do verbo transitivo indireto com a partícula ‘se’, que funciona mais como uma parte do verbo reflexivo, nesse texto. Há, inclusive, um fraco grau de indeterminação, uma vez que recuperamos em parte os referentes indicados pelo sujeito do verbo. Nível mais forte de indeterminação é verificado na ocorrência SI296, do editorial DP03:

O que **se defende** não é a repetição da midiática instituição de um eixo do mal pelo governo dos Estados Unidos na era George W. Bush. [SI296-DP03]

Nesse caso, não se estabelece uma referência exata de quem defende a ideia destacada no texto. O sujeito é, então, mais indeterminado, pois o leitor não consegue identificar o agente da ação verbal. Pela GT, entretanto, esse exemplo seria de um caso de voz passiva sintética e o sujeito seria a expressão “a repetição da midiática instituição de um eixo do mal [...]”. Para o leitor do texto, essa expressão constitui complemento do verbo, enquanto o sujeito é indeterminado.

A indeterminação, na ocorrência SI296, é uma estratégia usada pelo enunciador para esconder sua voz na argumentação. Observando a sentença, vemos que a referência é feita à defesa da não repetição de uma ação indicada no próprio texto. Quem opta por não fazer essa defesa é o próprio autor do editorial, que prefere não se incluir explicitamente na argumentação. Essa tendência foi observada no DP, como podemos verificar também no caso SI252, do editorial DP04:

Entende-se, também, o risco que representa o crescente descrédito do parlamento na sociedade. [SI252-DP04]

Nesse exemplo, é o autor do texto que exerce a ação de entender. Ele prefere, entretanto, indeterminar o sujeito do verbo para proteger sua face, não se envolvendo diretamente na argumentação. No editorial DP04, isso também ocorre no exemplo SI259, destacado a seguir:

Espera-se que os partidos apresentem candidatos aptos a honrar o mandato que povo lhes confere. [SI259-DP04]

Aqui, o autor usa a indeterminação do sujeito para representar sua voz como uma voz coletiva. Ele afirma que, de forma geral, espera-se que os partidos passem a apresentar candidatos honestos. Coletivizar o sujeito da ação verbal é uma forma de dar mais importância ao ponto de vista defendido no texto, fortalecendo, então, a argumentação.

Nos editoriais do JC, embora a tendência observada não tivesse sido essa, também encontramos algumas estruturas de indeterminação coletivizando as opiniões do autor do texto. Isso pode ser observado no exemplo SI051, do editorial JC03:

Vê-se, assim, que há um complexo gigantesco de relações políticas sujeitas à formatação jurídica no complicadíssimo vocabulário de ministros [...] [SI051-JC03]

Nessa sentença, observamos que é o autor do texto que percebe esse complexo de relações políticas no mundo jurídico. A indeterminação do sujeito, então, serve para que essa percepção se torne coletiva, incluindo o leitor nessa argumentação.

Nos textos do JC, também encontramos os sujeitos indeterminados utilizados para marcar referentes genéricos. É o caso do exemplo SI127, do editorial JC06:

Indo um pouco mais além, é pertinente o cotejo entre o entusiasmo com que foram gastos alguns bilhões de Reais para a realização da Copa do Mundo no Brasil e a pouca - ou nenhuma - atenção que **se**

dá a um trabalho destinado a preservar a memória de um dos mais importantes intelectuais brasileiros em todos os tempos [...] [SI127-JC06]

Nessa ocorrência, o autor estabelece uma crítica dentro da argumentação: de forma geral, a sociedade não valoriza a preservação de sua memória cultural. Ao generalizar o referente do sujeito, o autor emprega uma estratégia de indeterminação num grau mais forte.

Até aqui, analisamos as principais ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas em nosso *corpus*, mostrando um pouco de seu papel na construção da argumentação desenvolvida nos editoriais. Agora, vamos explicar algumas das funções globais das estratégias de indeterminação do sujeito por nós encontradas. Vamos indicar, de maneira geral, como é o funcionamento textual-discursivo dessas estruturas.

5.3 ALGUMAS FUNÇÕES DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS EDITORIAIS

Na análise da indeterminação do sujeito nos editoriais em estudo, destacamos algumas funções desse tipo de estrutura no contexto, indicando, inclusive, prováveis intenções do produtor do texto com o emprego da indeterminação. Nesta seção, vamos sistematizar as funções mais recorrentes do sujeito indeterminado nos editoriais jornalísticos.

A primeira função que podemos destacar é que as expressões referenciais indeterminadas podem servir para indicar elementos do eixo temático da argumentação. Podemos observar isso na ocorrência SI076, do editorial JC04, que aborda o desrespeito com os idosos no país:

Mas **o descaso com os idosos no Brasil** continua. [SI076-JC04]

O núcleo do sujeito em SI076 é a palavra abstrata “descaso”, por isso há indeterminação, uma vez que a referência estabelecida por termos abstratos geralmente é genérica. O uso de expressões ligadas ao tema global do editorial

favorece a manutenção do texto nesse tema, estabelecendo sua coesão sequencial.

Estruturas de indeterminação do sujeito também funcionam para marcar a progressão temática do texto. No mesmo editorial, JC04, outra ocorrência acrescenta informações ao tema central do texto:

Como se fosse natural **o desrespeito, a falta de cuidado e a omissão** que deixam os mais velhos, além de menosprezados, desamparados. [SI079-JC04]

No exemplo SI079, o autor retoma o tema do texto, o desrespeito aos idosos, indicando também que ele está ligado a outros elementos, a falta de cuidado e a omissão. Essas novas informações serão tratadas no editorial logo em seguida. Na mesma sentença, inclusive, esse sintagma já é retomado, como observamos na ocorrência SI080:

Como se fosse natural o desrespeito, a falta de cuidado e a omissão **que** deixam os mais velhos, além de menosprezados, desamparados. [SI080-JC04]

O sujeito do verbo “deixar” é o pronome relativo “que”, o qual retoma todo o sintagma sujeito da ocorrência anterior. Por serem os núcleos substantivos abstratos, sua referência no texto é genérica, o que os caracteriza como indeterminados, além de transferir essa indeterminação também para o pronome que os retoma. A retomada dos sujeitos indeterminados também favorece a construção da cadeia referencial do texto e sua consequente progressão de ideias.

Outra função das expressões referenciais indeterminadas é a organização das informações do texto. A escolha dessas expressões revela como o autor do texto decide organizar suas ideias. Podemos verificar isso no exemplo SI125, do editorial JC06, já analisado por nós.

Indo um pouco mais além, é pertinente **o cotejo entre o entusiasmo com que foram gastos alguns bilhões de Reais para a realização da Copa do Mundo no Brasil e a pouca - ou nenhuma - atenção que se dá a um trabalho destinado a**

preservar a memória de um dos mais importantes intelectuais brasileiros em todos os tempos, cujo legado à cultura nacional vai muito além das arenas esportivas e repercute mais permanentemente cá e lá fora nos segmentos acadêmicos, científicos e históricos. [SI125-JC06]

Nessa ocorrência, o núcleo do sujeito “cotejo” indica a comparação que será feita mais adiante no texto. Essa indicação serve para orientar o leitor no acompanhamento das informações do texto. Nesse exemplo, também observamos que a expressão referencial ajuda na indicação de partes do texto para o leitor. Com isso, o autor o ajuda o leitor a distribuir mentalmente os tópicos discursivos e as ideias abordados no editorial.

A seleção de expressões referenciais indeterminadas também revela intenções do enunciador. Na ocorrência SI168, do editorial DP01, isso fica evidente na crítica que o autor pretende fazer a todos que não se mostram compromissados com os direitos do próximo.

A falta de compromisso é resquício caduco. [SI168-DP01]

Empregando esse sintagma nominal genérico, o produtor do texto faz essa crítica, dando uma orientação argumentativa ao texto que o leva para um apelo social.

Outra estratégia argumentativa de construção do editorial é o uso de termos genéricos para enquadrar os argumentos do texto como verdades universais. Vemos isso acontecer no exemplo SI232, do editorial DP04:

A estagnação preocupa. [SI232-DP04]

Usando essa sentença, o produtor do texto quer mostrar que, como ele, todos estão preocupados com a possível estagnação negativa do Poder Legislativo. Essa estagnação é, assim, colocada como real quando ele diz que todos estão preocupados com ela. Isso atrai o leitor para concordar com o autor, uma vez que o argumento é apresentado como uma verdade absoluta.

Pelo uso de expressões referenciais, o produtor do editorial também pode colocar em cena sua voz no texto, estratégia argumentativa muito rica,

uma vez que aproxima autor e leitor para partilharem da mesma opinião. É o que acontece no exemplo SI139, do editorial JC06:

[...] **ø** Acreditamos, entretanto, que a aprovação do projeto de restauração pelo Ministério da Cultura é uma questão de tempo [...] [SI139-JC06]

Nessa ocorrência, o editorialista mostra sua voz dentro de um conjunto de vozes que acreditam na aprovação do projeto de lei que possibilitará a restauração da Casa-Museu de Gilberto Freyre. O leitor também fica incluído nesse conjunto de vozes, o que o aproxima das ideias defendidas pelo autor.

Em contrapartida, as estruturas de indeterminação do sujeito também servem para “camuflar” a opinião do autor a respeito de algum tema polêmico. Podemos observar isso no exemplo SI004, do editorial JC01:

Sabe-se, porém, que se trata de um quadro de muito complexa leitura [...] [SI004-JC01]

O autor, nessa ocorrência, quer indicar sua opinião a respeito da situação do país em relação ao consumo de crack. Para torná-la mais universal e, ao mesmo tempo, proteger sua face, ele emprega a estrutura de indeterminação para indicar que se trata de um consenso o fato de ser complexa a interpretação do que realmente está por trás do consumo de drogas no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossa pesquisa bibliográfica, encontramos vários outros casos de indeterminação do sujeito diferentes daqueles descritos pela GT. Na observação dessas estruturas em nosso *corpus*, percebemos que o fenômeno é muito presente, existindo outras estratégias de indeterminação além daquelas indicadas na própria literatura linguística. Analisar essas novas formas de indeterminar-se o sujeito é muito pertinente para entender como realmente funcionam alguns mecanismos discursivos da língua. Tais mecanismos passam pelas intenções que motivariam o enunciador de um texto a optar por uma dentre as diversas formas que ele tem disponíveis para marcar a indeterminação do sujeito.

Examinar esses fenômenos em editoriais jornalísticos é importante por nos fazer perceber que até em textos escritos formais, como é o caso do gênero que estudamos – o editorial –, o interlocutor não se limita a indeterminar o sujeito apenas nos casos previstos pela GT. Comparando os sujeitos encontrados no *corpus* em sua totalidade, podemos dizer que houve mais indeterminação do sujeito do que determinação, sobretudo quando alargamos nossa visão do fenômeno pelo viés textual. Além do caráter coletivo desse gênero textual, diversos podem ser os motivos para esse uso predominante, mas todos estão ligados à referência estabelecida pelo sujeito com o contexto do editorial.

Confirmamos, assim, que, essencialmente, quando falamos em indeterminação (não só do sujeito, como de outras formas linguísticas), temos uma questão ligada à referência. Nesse caso, o falante/escritor, primeiramente, faz a opção por deixar a referência aos objetos de discurso (in)definida. A partir dessa primeira escolha, é realizada outra, que será a eleição de qual estrutura da língua usar para (in)determinar o sujeito, como indicado anteriormente. Neste trabalho, duas análises foram empreendidas para examinar esse fenômeno, uma qualitativa e uma quantitativa.

Num exame mais geral, compreendemos que a principal função da indeterminação do sujeito é representar essa “voz” coletiva que o editorial traz em relação ao jornal. A opinião ali representada não é individual, mas é

genérica, procurando mostrar à sociedade pensamentos tidos como verdadeiros e universais, uma vez que representam a concepção de um grupo de pessoas a respeito de acontecimentos de visibilidade social.

Outro ponto por nós percebido é que, mesmo destacando todas essas estratégias de indeterminação do sujeito, é importante observar que seu comportamento varia contextualmente. Nos casos em que, mesmo havendo uma estrutura indicadora de indeterminação do sujeito, o referente desse sujeito puder ser recuperado, teremos, indiscutivelmente, um sujeito mais determinado.

Além disso, tal fenômeno linguístico deve ser analisado de acordo com as implicações que ele traz para o texto. Observando a proposta de Neves (2011), vemos que cada exemplo apresentado pela autora para discutir essa questão é acompanhado de comentários que mostram se há uma indeterminação forte ou fraca do sujeito, a depender das pessoas do discurso que são abrangidas na referência do sujeito. Deve-se falar, então, em graus de indeterminação do sujeito, numa perspectiva escalar, que vai do mais indeterminado (e, conseqüentemente, menos determinado) ao menos indeterminado (e, conseqüentemente, mais determinado).

Numa outra análise, entramos no terreno propriamente da sintaxe, com um olhar quantitativo de quais estruturas são mais empregadas num gênero formal escrito como o editorial. Essa análise, no entanto, não tratou a sintaxe de maneira autônoma. Antes, os fenômenos sintáticos foram identificados em interface com a semântica e a pragmática, mesmo que tenhamos partido de uma nomenclatura da sintaxe para a análise dos dados. Foi esse o entendimento integrado de sintaxe que norteou nossas análises de cada uma das sentenças aqui descritas.

Com a constatação desses usos em textos formais, fica mais urgente o reconhecimento e a conseqüente incorporação desses casos à norma, principalmente pela frequência em que ocorrem.

Outro ponto importante identificado no *corpus* é que muitas ocorrências de sujeito indeterminado aparecem por retomada (anáfora) ou por elipse. Para esses casos, as ocorrências foram enquadradas de acordo com a estrutura linguística a que fazem referência. Optamos por esse enquadramento porque

concebemos o fenômeno textual e discursivamente, em suas funções na cadeia referencial estabelecida do texto.

A estratégia de indeterminação do sujeito mais empregada são os sintagmas nominais genéricos com determinante, como pudemos constatar. A opção por esse tipo de estrutura se deve às múltiplas possibilidades de escolha lexical de que o autor dispõe para indeterminar o sujeito por meio dessa estratégia. Fica evidente, então, que é essa a maneira mais produtiva de estabelecer a indeterminação no editorial, por meio do léxico, e não da gramática, como reza a GT.

A segunda estratégia mais empregada nos editoriais foram os sintagmas nominais genéricos sem determinante. Esse tipo de sintagma expressa um grau ainda maior de indeterminação ao sujeito. Isso pode ser justificado pela ausência do determinante, que deixa a expressão ainda mais genérica, fazendo com que a referência por ela estabelecida fique mais vaga.

Um grau forte de indeterminação também é estabelecido pelo emprego do infinitivo e do pronome indefinido. Essas estruturas linguísticas não permitem a identificação exata de referentes por parte do leitor. Por outro lado, casos como o sujeito metonímico e o uso da primeira pessoa do plural elíptica indicam uma indeterminação num nível mais fraco, uma vez que permitem parcialmente o entendimento dos referentes pelo leitor.

Assumimos, assim, que há graus de indeterminação mais ou menos preestabelecidos em cada estratégia de indeterminação do sujeito (SANTOS JÚNIOR, 2010). Esses graus, no entanto, só são realmente definidos em contexto, na análise do funcionamento textual das estruturas indeterminadas. Mesmo assim, arriscamos estabelecer, aqui, uma escala ilustrativa de quais são os recursos em que geralmente aparece uma indeterminação mais forte ou mais fraca em nosso *corpus*.

Prestam-se a uma indeterminação mais fraca as seguintes estratégias: forma pronominal de primeira pessoa do plural, sujeito coletivo e sujeito metonímico. Estratégias mais fortes de indeterminação são o uso de infinitivos e pronomes indefinidos, como mostramos anteriormente. Cada uma dessas estratégias pode exercer funções no texto e no discurso argumentativo do

editorial. Em nossas análises, procuramos evidenciar algumas dessas funções, mas certamente não esgotamos todas.

Por fim, podemos dizer que a indeterminação do sujeito só acontece com o “consentimento” do leitor em cooperação com o autor. Como a interpretação de referentes ocorre apenas se houver conhecimento compartilhado entre os interlocutores, o leitor, então, é quem vai identificar, a partir, inclusive, de seu conhecimento de mundo, se os referentes das expressões linguísticas podem ou não ser recuperados por ele. Se a referência não puder ser recuperada, há, assim, um caso de indeterminação do sujeito, na visão daquele leitor para aquele contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manoel Said. *Investigações filológicas: com estudo e organização de Evanildo Bechara*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTUNES, Irandé Costa. *Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

_____. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In.: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 215-224.

_____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

ARAÚJO, Cíntia Regina de. Editorial: um gênero textual?. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. Disponível em: < <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/35.pdf> >. Acesso em: 15 dez. 2014.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. 1 v.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática reflexiva da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

CAMACHO, Roberto Gomes; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos; GONÇALVES, Sebastião Carlos. O substantivo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil volume III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-63.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012. (Coleção Linguagem & Ensino).

_____; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística)

COUTINHO, Emílio. *Quais são os jornais de maior circulação no Brasil?*. [S.l.], Casa dos Focas, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008.

DIEHL, Astor Antonio. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MEDEIROS, Joatan David Ferreira de; CÂMARA, Wander Borges da. Gênero editorial: um breve estudo de sua estrutura discursiva. In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, 5., 2010. *Anais...* Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1732/955>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

HAUY, Amini Boainain. *Gramática da língua portuguesa padrão*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____; _____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009b.

_____; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, n. 14, p. 169-90, 1998.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999 .

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002 .

MACHADO, Daniela Zimmerman. Referenciação. In.: COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José (orgs.). *A tessitura da escrita*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 101-123.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. In: Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita, 1, 1994. *Anais...* Alagoas: UFAL, Maceió, 1994.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. In.: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil: volume I: construção do texto falado*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006, p. 381-399.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Coleção Clássicos da Linguística)

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012 .

SANTOS JÚNIOR, Antônio José dos. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 .

SILVA, Claudia Roberta Tavares. *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português*

européu. 2004. (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari; revisão técnica de Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaró Silva. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. *Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico*. 2010. (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação. In.: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 45-67.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto*. Coimbra: Almedina, 2001.

ANEXO I
(EDITORIAIS QUE COMPUSERAM O *CORPUS*)
JORNAL DO COMMERCIO

JC01 - JANEIRO (19/01/2014): **O País do crack - a epidemia**

É reveladora e preocupante a reportagem publicada em duas páginas em edição recente deste JC, mostrando o drama dos viciados em crack, que se espalham hoje por todos os recantos de nossa capital. O vício atinge todas as faixas etárias, motiva casos de violência, leva os viciados a furtar ou roubar para comprar a droga, provoca dramas familiares, desagrega e mata.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas encomendou um estudo, que foi divulgado em setembro passado pelos ministérios da Justiça e da Saúde, com o título de Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do País. Um trabalho respeitável que pode servir para desvendar a dramática condição dos usuários, o crescimento dessa população e o desenvolvimento de políticas públicas de controle.

Sabe-se, porém, que se trata de um quadro de muito complexa leitura e que nos atinge mais profundamente porque a pesquisa mostra o Nordeste como a região campeã do crack nos grandes centros. Como se não bastassem as tragédias que nos acompanham desde os tempos da colônia. E se foram muitos e crônicos esses problemas, o que agora se descortina é avassalador porque distorce todas as possibilidades de formação das gerações mais jovens a ele associada.

O desafio é mais forte quando se constata que o Brasil é o maior consumidor de crack do mundo, de acordo com pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, divulgada pela TV Globo. Um dado que deve servir de indicador para as prioridades que devem ser adotadas pelos nossos dirigentes nas eleições que estão chegando. Deles se deve exigir que se definam a partir do conhecimento desse gravíssimo problema e que políticas públicas podem e devem ser adotadas.

Se assim não for feito, se a esse dramático problema não for dada a atenção de uma questão gravíssima de saúde pública, estaremos condenando novas gerações a reproduzirem os fracassos das atuais, mais agravados porque irreversíveis, numa espécie de formação de zumbis, os quais a parte mais produtiva da nação deve cuidar de abrigar, alimentar e desviar os esforços médicos e hospitalares de forma concentrada e com difícilíssima recuperação.

O que este jornal mostrou foi o lado mais evidente dessa fratura social, exposta na desagregação de famílias e destroçamento de vidas que se tornam inúteis e perniciosas para elas e para a sociedade. A isso se adicione que é preciso situar o problema em suas leituras mais amplas, mais abrangentes, considerando os agentes públicos que podem acompanhar cada protagonista deste drama. Por enquanto, seriam improváveis agentes para o acompanhamento personalizada de cada um dos 350 mil viciados de crack estimados nas pesquisas mais recentes. Como se trata de uma epidemia de rápida propagação, esse número já pode estar superado neste momento, o que faz ainda mais dramática a condição do País do crack.

JC02 - FEVEREIRO (23/02/2014): O Palácio restaurado

Depois de quase dois anos de intenso trabalho - que ocupou pesquisadores, arquitetos, paisagistas, historiadores e restauradores -, foi devolvido à cidade do Recife o Palácio do Campo das Princesas, prédio-sede do governo do Estado desde 1841 e um dos monumentos mais destacados da história de Pernambuco. A decisão do governo de restaurar o palácio teve amplo apoio da iniciativa privada que, através da Lei Rouanet, aportou os recursos necessários para a realização do projeto.

Este é um acontecimento muito importante em uma terra onde a memória de formação da cidadania e da cidade não é lá muito cultuada, como já mostramos neste mesmo espaço, destacando a pouca - ou nenhuma - atenção que se dá aos marcos associados a fatos e pessoas que foram muito importantes em nossa história. Por isso, deve-se receber com aplausos a iniciativa do (*sic.*) de preservar um bem público, patrimônio histórico e cultural, associado aos primeiros momentos de formação da cidadania.

O local onde está o Palácio do Campo das Princesas foi conhecido primitivamente como Largo do Palácio Velho, depois Campo de Honra - durante a grande Revolução Pernambucana de 1817 - e, ainda, Praça dos Martírios, Largo do Paço, Campo do Erário, para chegar ao que conhecemos hoje como Campo das Princesas e Praça da República. É uma história muito antiga a desse Palácio, construído no lugar do prédio do Erário que, por sua vez, tinha ocupado o lugar do Palácio de Friburgo, construído por Maurício de Nassau em 1639.

Estamos, pois, diante de um marco histórico fundamental para a compreensão da formação de Pernambuco. Mandado construir por Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, em um calendário histórico em que se inscrevem desde a contratação das obras do Teatro Santa Isabel à demolição do Arco do Bom Jesus e sua capela construída em 1661, o prédio do Palácio do Governo passou por reformas ainda no século 19, quando recebeu a denominação de Campo das Princesas, depois da visita do Imperador Pedro II a Pernambuco, em 1859. No começo do século 20 recebeu as linhas que são mantidas e agora renovadas, realçando um dos sítios históricos mais importantes do centro da cidade, com a Praça da República, o Teatro Santa Isabel e o Liceu.

A esses marcos históricos e suas datas próximas à construção do Palácio podem-se acrescentar, para dar uma ligeira dimensão da importância da restauração efetuada pelo governo do Estado, a transferência da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife, a inauguração da Casa de Detenção na margem do Capibaribe. E muito mais se pode associar a restauração do Campo das Princesas com a construção do Recife que viu nascer o século 20 como uma das mais bonitas cidades do Brasil, um dado que não pode ser desprezado em nome do "progresso" que construiu espigões no lugar de prédios históricos.

JC03 - MARÇO (09/03/2014): O tribunal da discórdia

Os operadores do Direito olham com preocupação as desavenças entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), onde aparentemente há um "racha" intransponível que coloca de um lado o ministro Joaquim Barbosa e, do outro, Ricardo Lewandowski. O último episódio no julgamento do mensalão provocou um bate-boca entre Joaquim Barbosa e Luiz Roberto Barroso, acusado pelo primeiro de ter votado "politicamente", e não "tecnicamente". Como uma decisão do Supremo, a mais alta instância do ordenamento jurídico, vira automaticamente jurisprudência, esse desentendimento só provoca incerteza jurídica.

Os ministros do STF são escolhidos pelo presidente da República entre brasileiros e brasileiras com mais de 35 anos, portadores de notável saber jurídico e reputação ilibada. Quando um ministro desqualifica o voto de outro, de público, estamos diante de algo muito mais delicado que a falta de sintonia, ou antipatia, entre membros de um colegiado tão minúsculo como é o STF. Questionar um voto - considerando-o chicana, pífilo ou político - como se viu recentemente poderia ser visto como crime de responsabilidade - para o autor do voto ou para quem o desqualificou -, cujo julgamento é de competência do Senado.

Vê-se, assim, que há um complexo gigantesco de relações políticas sujeitas à formatação jurídica no complicadíssimo vocabulário de ministros, que utilizam leis, jurisprudência e doutrina para formular suas decisões, gerando-se, no caso do mensalão, uma enorme confusão na cabeça do homem e da mulher comuns: como pode um colegiado de 11 pessoas tratar de leis e se desentenderem, se dividirem, como ocorre no STF? Como podem cinco juízes dizerem o direito de uma forma e seis dizerem ao contrário?

Essa é a grandeza do Supremo: a ele compete como última instância a salvaguarda da Constituição Federal e se nela estão contidos amplos recursos de defesa dos direitos humanos, não é de se estranhar que por sobre a letra fria de uma norma jurídica se encontrem valores que representam a busca da justiça, um momento mais amplo das cortes judiciárias. Daí as sutilezas na interpretação e na aplicação do Direito, mais ainda agora quando a sentença está sujeita ao julgamento de milhões de brasileiros, movidos pelas paixões que nem sempre correspondem ao sentimento da justiça.

Diante dos conflitos expostos em tempo real, é importante que as pessoas se advirtam que os tribunais são formados por juízes e não há, entre eles, hierarquia. Cada um vota segundo suas convicções e se essas foram entendidas como falhas nada se pode fazer, posto que a chegada de um profissional do Direito ao Supremo Tribunal Federal passa por um rigoroso ritual que legitima sua ascensão. O pior que pode acontecer é as pessoas começarem a ver os juízes da mais alta corte do País como militantes de tais ou quais grupos políticos, o que tiraria a legitimidade do STF.

JC04 - ABRIL (06/04/2014): Longevidade digna

Muitos não têm aposentadoria, nem contam com assistência de saúde no momento em que mais precisam. Outros chegam a ser discriminados pelo que lhes deveria trazer o respeito - o acúmulo de tempo no olhar, na pele, nas veias. Até um instrumento legal, o Estatuto do Idoso, foi criado, com o intuito de fazer valer o direito de quem viveu mais à dignidade, na trilha nada fácil do envelhecimento.

Mas o descaso com os idosos no Brasil continua. É sintomático de uma sociedade desigual que assimilou a injustiça como traço cultural. Como se fosse natural o desrespeito, a falta de cuidado e a omissão que deixam os mais velhos, além de menosprezados, desamparados.

Nas próximas décadas, o País será obrigado a buscar a correção dessa atitude que vilipendia os idosos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2030, a população com 60 anos ou mais terá ultrapassado a de crianças e adolescentes até 14 anos. E em 2055, a faixa etária superior vai suplantar a soma de todos com menos de 29 anos. Cenário que deve ser considerado em seus impactos econômicos e culturais - sem relegar para depois a implantação de políticas públicas que alterem a realidade no País.

O primeiro passo é observar experiências bem-sucedidas de cuidado a grupos de idade avançada que recebem tratamento adequado. Em reportagem publicada no último domingo, mostramos o caso do Programa de Atenção ao Idoso do Hospital Geral de Areias, que combina atividades socioculturais com a assistência psicológica, além do acompanhamento médico. Um programa que se credencia como modelo, ao exibir história exitosa de mais de duas décadas de serviços prestados.

Com quase 500 indivíduos cadastrados, o programa integra a Unidade de Atenção ao Idoso do Recife (Unir), do hospital. A alta demanda gerada pela excelência foi responsável pela construção de um novo prédio, anexo à unidade hospitalar, com previsão de conclusão nos próximos meses. Lá funcionarão os serviços da Unir, com equipe multidisciplinar. O envolvimento do idoso em grupos de canto, dança, culinária e esportes é um dos diferenciais do programa, em que a saúde do corpo e da mente é vista de modo integrado. Frequentadora desde os 60, a aposentada Maria José da Silva, agora com 77, é testemunha entusiasta dos benefícios alcançados no Hospital de Areias: "É aqui onde faço dança de salão e participo de corais. Só mesmo essas atividades para me deixar mais ativa".

Casos de referência como este, e do Lar Dona Conceição, na Serra do Machado, em Sergipe, mantido pela Fundação Pedro Paes Mendonça, ligada ao Grupo JCPM, que também se destaca por um trabalho sério em prol da dignidade dos mais velhos, são paradigmáticos de uma situação ideal. E provam que é possível tirar os idosos do abandono, devolvendo-lhes condições básicas não só para viver, mas para voltar a sorrir.

JC05 - MAIO (18/05/2014): **Falta pouco**

Publicamos domingo último reportagens mostrando que estamos a menos de um mês da abertura da Copa do Mundo mas temos muitos gargalos a serem superados. Tomando por base a reação de entrevistados, o maior problema parece ser o da mobilidade, que deverá exigir improviso e boa vontade no exercício do mais elementar direito de ir e vir. No comércio, o empresariado está reticente - nem eufórico nem pessimista - mas em toda a sociedade parece disseminada a certeza de que, como sempre, faltou planejamento, compromisso na execução dos prazos, e houve improviso no gasto do dinheiro público. Daí resta uma incógnita: acontecerá o mesmo em relação às Olimpíadas de 2016, programadas para o Rio de Janeiro, quando obras em muitos setores sequer foram iniciadas?

Posto esse quadro do que parece ser o sentimento das ruas e a repercussão da gigantesca cobertura que os meios de comunicação asseguram à Copa, é justo que se encare o evento nesta etapa final de espera e de preparações também sob a ótica dos segmentos responsáveis, principalmente a União, a quem coube, e cabe, o protagonismo pela vinda da Copa para o Brasil. Nesse sentido, o senador Humberto Costa, líder do PT, abriu na tribuna do Senado o discurso oficial chamando atenção para a necessidade de pôr fim ao que o escritor Nelson Rodrigues chamava "complexo de vira-lata", que estaria dirigindo o sentimento nacional agora que precisamos superar diferenças para expor bem o Brasil à maior audiência mundial da História.

Disse o senador pernambucano que o governo federal não gastou um centavo nas obras dos estádios e que o custo foi dos governos estaduais e municipais, mais metade da iniciativa privada. Numa comparação de valores, Humberto Costa afirmou que a União gastou em infraestrutura mais que o dobro do custo dos estádios, e que nesse período de atribulações nos preparativos para a Copa os gastos com educação e saúde ultrapassaram os R\$ 100 bilhões. Outros valores foram postos na tribuna, mas o que pesou mais e se deve reconhecer é a necessidade de a nação dar nova direção à maneira de ver a Copa, pelo que ela poderá representar como exposição mundial de um povo generoso - apesar de alguns eventos brutais recentes - e acolhedor.

Tem sentido a preocupação do senador, principalmente se ao discurso o governo federal acrescentar o compromisso de assegurar a Copa das Copas, marcada pela segurança e alegria da confraternização dos povos. Uma tarefa difícil em face das tensões que temos vivido, principalmente em torno do futebol, mas que deve, sim, ser partilhada por todos. A Copa do Mundo não tem partido, nem religião, nem pertence a A ou B. É uma festa brasileira, com certeza, e este mês que falta para que ela aconteça bem que pode servir para desarmar espíritos, tendências, partidarismos e até cores clubísticas porque agora não temos mais como questionar o evento, mas vivê-lo e partilhá-lo intensamente.

JC06 - JUNHO (15/06/2014): Sobrado vira mocambo

Já havíamos denunciado o estado de abandono em que se encontra o casarão onde viveu por 46 anos e onde morreu Gilberto Freyre, transformado em fundação. Por falta de verbas, está com teto ameaçando cair, paredes estragadas, infiltração, sinais de quase abandono. Diretores da fundação aguardam a resposta da União sobre um projeto de restauração, orçado em R\$ 1,8 milhão, que seria captados via Lei Rouanet. A mesma que proporcionou a restauração do Palácio do Campo das Princesas, com investimentos de mais de R\$ 20 milhões.

A questão que se coloca agora é: ninguém aparece para salvar a casa-museu. Indo um pouco mais além, é pertinente o cotejo entre o entusiasmo com que foram gastos alguns bilhões de Reais para a realização da Copa do Mundo no Brasil e a pouca - ou nenhuma - atenção que se dá a um trabalho destinado a preservar a memória de um dos mais importantes intelectuais brasileiros em todos os tempos, cujo legado à cultura nacional vai muito além das arenas esportivas e repercute mais permanentemente cá e lá fora nos segmentos acadêmicos, científicos e históricos.

Ninguém discute o valor dos nossos atletas de hoje, como foram valiosos nomes como Ademir, Garrincha, como é valioso o nome de Pelé e dos que estão chegando sob os holofotes da fama. Mas também não se pode desconhecer que a fama dessas estrelas do futebol não pode prevalecer de tal forma à de homens que contribuíram e contribuem para os fundamentos sociológicos do País, sem os quais seríamos mais pobres e mais atrasados do que somos.

Gilberto Freyre é um desses atletas da cultura que não podem ser deixados de lado como personagem do passado, porque a obra dele é superior a todas as nossas vitórias futebolísticas. Ele ensinou a compreender melhor a formação do povo brasileiro e deixou lições seminais para a visualização das classes sociais ao distingui-las em sobrados e mocambos, emblematicamente agora expostas no seu exemplo pessoal: o sobrado em que viveu e produziu obras magníficas tem o tratamento condenável que historicamente temos dado aos mocambos.

Trazido à realidade dos nossos dias, tão apaixonadamente voltados para os campos de futebol, não seria exagero supor que o custo das obras de restauração do sobrado de Apipucos corresponderia ao que foi gasto em alguns conjuntos sanitários de campos de futebol. Pode parecer uma comparação radical, mas não está fora da realidade. O que alimenta essa distinção é a alienação, uma doença que tem contribuído para uma extensa crônica de atraso entre nós. Acreditamos, entretanto, que a aprovação do projeto de restauração pelo Ministério da Cultura é uma questão de tempo, posto que não há absolutamente nada para complicar a preservação e até porque essa forma de incentivo cultural é estendida a projetos anos-luz distantes da importância do legado de Gilberto Freyre.

DIARIO DE PERNAMBUCO**DP01 - JANEIRO (12/01/2014): Acessibilidade é direito de todos**

A reação dos deficientes visuais privados de entender a mensagem da presidente da República em 21 de junho de 2013 reabre velha ferida para a qual se exige resposta imediata. Na oportunidade, Dilma usou cadeia nacional de rádio e televisão para dar satisfação aos milhões de manifestantes que protestavam nas ruas das principais cidades de norte a sul do país.

O pronunciamento foi apenas oral. Quem não tinha a capacidade de ouvir só teve a alternativa de adivinhar a fala pelo movimento dos lábios. É como se não existissem recursos aptos a incluir os 9 milhões de surdos na normalidade da comunicação. Mas existem. Além da legenda, que só atende os alfabetizados, há intérpretes especializados na língua brasileira de sinais (Libras). O Ministério Público abriu inquérito para investigar a discriminação frequentemente observada contra essa parcela da população.

Na verdade, a acessibilidade não constitui problema apenas dos privados do sentido da audição. É bem mais geral. Outros brasileiros com necessidades especiais também sofrem ao exercer o legítimo direito de cidadão. Faltam sinais sonoros para avisar aos cegos a hora de atravessar a rua. Ônibus não baixam o degrau para facilitar a entrada ou saída de passageiros idosos ou com dificuldade de locomoção.

Não só. Prédios, mesmo públicos, não dispõem de rampas de acesso nem contam com elevador. As calçadas impossibilitam o vai e vem de pedestres e cadeirantes. Além de buracos e entulhos ao longo do percurso, muitas interrompem o caminho com vasos de plantas postos em frente de residências ou casas comerciais. Quedas e acidentes tornam-se rotina em espaços tão hostis.

A realidade externa das pessoas com alguma necessidade especial lembra canção de Chico Buarque: “O tempo passou na janela / só Carolina não viu”. Foi o que aconteceu no Brasil. As autoridades desconheceram — e teimam em desconhecer — mudança no comportamento da sociedade. Ficaram no passado distante os tempos em que as famílias escondiam os filhos ou parentes com qualquer característica que os diferenciava da maioria. Isoladas, eram pessoas sem visibilidade e sem direitos.

Hoje a mentalidade é outra. Eles estão nas ruas, nas escolas, nos concursos, nos empregos. Exercem a cidadania. Votam e pagam impostos. Têm direitos e querem exercê-los. O Estado precisa agir — fazer cumprir a Constituição e as leis. A falta de compromisso é resquício caduco. Segundo o Censo de 2010, 24% da população têm alguma necessidade especial. Excluir um em cada 4 brasileiros é bancar a Carolina. Envergonha o Brasil moderno.

DP02 - FEVEREIRO (16/02/2014): Futebol coberto de vergonha e luto

Parece cena do século 19. Mas não é. Em pleno século 21, o mundo assistiu na semana passada a triste espetáculo de racismo. Torcedores do peruano Real Garcilaso insultaram o volante Tinga, do Cruzeiro. Imitaram sons e gestos de macaco sempre que ele pegava a bola — inaceitável demonstração de preconceito que cobre o futebol de luto e vergonha.

Não se trata de episódio inédito nem localizado. Agressões a jogadores negros ocorrem em países ricos e pobres, desenvolvidos e em desenvolvimento. Espanha, Bélgica, Itália, Reino Unido, Rússia, Peru, Brasil serviram de palco para demonstrações de atraso, intolerância e falta de espírito esportivo.

Num deles, em 2005, a resposta veio de dentro do campo. Zaragoza e Barcelona disputavam partida do Campeonato Espanhol. Repetidas vezes, ao tocar a bola, o atacante Eto'o ouvia urros de primatas. Ensaçou retirar-se de campo, mas o juiz e colegas o impediram. Ao fazer um gol, comemorou imitando dança de símios. Foi revide polido contra a ação bárbara que constrange as consciências civilizadas do mundo.

O artigo 3º do estatuto da Fifa, entidade máxima do futebol mundial, estabelece que serão tomados esforços para acabar com todas as formas de preconceito no esporte. Anualmente, desde 2002, a federação escolhe uma data para comemorar o Dia Contra a Discriminação, no qual o capitão da seleção de cada país lê declarações antirracismo antes das partidas. O zagueiro brasileiro Thiago Silva já participou de evento do gênero. A campanha, porém, não inibe torcidas violentas.

Não se deve ao acaso a repetição de agressões racistas. As insistentes reprises são fruto da impunidade. Depois de cada demonstração de racismo, sobram palavras e faltam ações. Presidentes da República, ministros, políticos, atletas, dirigentes de agremiações divulgam notas e fazem declarações indignadas. Passada emoção, continua tudo como sempre esteve.

Apesar das ameaças de clubes, federações e confederações, não há histórico de sanções exemplares aptas a inibir ofensas do gênero nos estádios. Brandas, as penas se resumem a advertências, multas, suspensão de torcedores e fechamento de alas dos estádios. Não há notícia de prisão. Nem de punição rigorosa dos torcedores.

Não há dificuldade de identificar as pessoas que saem de casa para praticar atos de intolerância. As câmeras registram quem entra, quem sai, quem violenta. Basta vontade e coragem para punir. Por que não proibir torcedores black blocs de frequentar estádios? Ou expulsar o clube da competição em que a partida é disputada? O Real Garcilaso, por exemplo, ficaria fora da Libertadores deste ano.

DP03 - MARÇO (30/03/2014): A verdade é que vale para a Petrobras

A Petrobras é maior do que ela própria. Mais até do que ser uma das maiores empresas do mundo, essa sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o governo brasileiro, é, antes de tudo, símbolo nacional. Não combina com a onda de suspeitas que hoje a envolvem, embaçando a imagem de excelência que construiu mundo afora, firmando-se em quase 30 países. Urge, pois, devolvê-la ao espaço nobre do noticiário, sobretudo passando a limpo a história recente da compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), que adquiriu da companhia belga Astra Oil.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está em via de ser instalada para investigar o caso. Impõe-se que não se desvie do caminho, protagonizando disputa política em torno da sucessão presidencial. Essa parece ser a sinalização inicial, com movimentações de governistas e opositoristas em busca não dos necessários esclarecimentos sobre a negociação internacional, mas de munição para se atingirem mutuamente. Deputados e senadores devem atentar para sua função republicana e eleger, como meta na empreitada, o cumprimento da missão constitucional do Legislativo como poder fiscalizador.

Resultados objetivos e concretos, não barulho, é o que importa produzir. Consequência eleitoral, se houver, que seja efeito secundário, decorrência natural do trabalho. Instalar CPI para servir de palanque é condená-la a terminar em pizza e desmoralizar a instituição parlamentar. Não se pode tratar irresponsavelmente um monumento nacional da estatura da Petrobras — que, além de tudo, tem acionistas. Por sua vez, a empresa precisa livrar-se de suspeitas. Defendê-la não significa escamotear a verdade, mas expurgar eventuais malfeitos e malfeitores.

Assim, em vez de tentar convencer parlamentares a retirar o apoio à CPI, a ação do Palácio do Planalto deveria ser iluminar o complexo caso da negociação em torno de Pasadena. A refinaria foi adquirida pela Astra Oil por US\$ 42,5 milhões em 2005 e partilhada com a Petrobras, meio a meio, no ano seguinte. A brasileira entrou com US\$ 360 milhões e se comprometeu, contratualmente, a comprar a outra metade.

Depois de disputa judicial nos Estados Unidos, perdida pela estatal, outros US\$ 839 milhões foram pagos para concluir o negócio, que acabou saindo por US\$ 1,2 bilhão. Ao tentar desfazer-se da refinaria em 2012, a Petrobras só recebeu uma oferta, de US\$ 180 milhões — metade do que pagara pelos primeiros 50%. Em análise simplória dos números, a conclusão óbvia é de que a brasileira sofreu prejuízo.

Se é mesmo isso, alguém errou, por bem ou por mal, e precisa ser responsabilizado. Não só: é imprescindível criar mecanismos que eliminem o risco de repetição de episódios como esse, com potencial para afetar negativamente a imagem da organização. Os brasileiros querem manter o orgulho de ter uma das mais respeitadas empresas do mundo.

DP04 - ABRIL (06/04/2014): Legislativo sem aventureiros

É lugar-comum a afirmação de que as pessoas passam e as instituições ficam. Apesar de maus padres, professores despreparados, parlamentares corruptos, presidentes traidores, Igreja, escola, Congresso, Presidência da República permanecem, se renovam e respondem a expectativas da sociedade. O dinamismo é natural e, por isso, se impõe. Graças a ele, ocorrem as inovações e os necessários avanços.

A estagnação preocupa. Água parada corre o risco de perder o frescor e tornar-se imprópria para o consumo. Se degradada, pode apodrecer. A observação vale para os fundamentos sociais. Chama a atenção, a propósito, o crescente desprestígio do Legislativo. São raras as notícias capazes de engrandecer a imagem dos representantes que mereceram a confiança dos eleitores.

Plenários vazios, negociatas, envolvimento com fora da lei, jogo do toma lá dá cá, condenações judiciais criam pano de fundo preocupante em que impera o descrédito e a desesperança. Mais grave: legislatura após legislatura, a impressão que se tem é de piora do quadro. A pesquisa Balanço da Produção do Congresso Nacional em 2013 apresenta conclusões inquietantes.

Realizado pela Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical, o estudo concretiza a percepção geral. As proposições da Câmara e do Senado perdem relevância. Em vez de se debruçarem sobre temas substantivos, que mobilizaram a sociedade nas passeatas do ano passado, os congressistas desperdiçam tempo e recursos em perfunctórias. Saúde, educação, transparência, controle dos gastos públicos representam apenas 11,8% dos projetos aprovados em 2013.

Não só. O ritmo de tramitação das propostas é inversamente proporcional às urgências da população. Levam-se, em média, cinco anos para um projeto bater ponto final. A iniciativa conta para a maior ou menor celeridade no encaminhamento: Judiciário, um ano; Executivo, dois; Legislativo, seis. Se falam além da cifra, os números informam que o Congresso dá provas de desvalorização do próprio trabalho. É alarmante. Deputados e senadores são a voz do povo e dos estados. São eleitos para propor e fazer leis. Não só para aprovar propostas dos outros poderes.

Entende-se, assim, a adesão popular ao #vaitrabalhardeputado. Entende-se, também, o risco que representa o crescente descrédito do parlamento na sociedade. O Legislativo é um dos tripés que sustentam a democracia. Se fraqueja, abala o regime de franquias e abre as portas para aventuras. As eleições de outubro vão renovar um terço do Senado e 100% da Câmara e das assembleias legislativas. Espera-se que os partidos apresentem candidatos aptos a honrar o mandato que o povo lhes confere. A instituição, vale frisar, é importante demais para ser entregue a aventureiros.

DP05 - MAIO (04/05/2014): Claque de aluguel

A claque contratada para aplaudir deputados que defendiam mudanças na lei dos caminhoneiros contribuiu para agravar a deterioração da imagem do Congresso. Na sessão de terça-feira que aprovou as alterações, grupo que acompanhava a votação manifestava-se nas galerias. A demonstração de entusiasmo dava a impressão de ser composto por interessados diretos no assunto. Mais uma vez, a aparência maquiou a verdade.

Terminados os trabalhos, homens e mulheres formaram fila em frente ao gabinete de Nelson Marquezelli (PTB-SP), no 9º andar do Anexo IV da Câmara. Lá, funcionários os orientaram a subir ao piso seguinte para acertar as contas. Com notas de R\$ 20 e R\$ 50, pessoas com crachá da Casa efetuaram o pagamento. Marquezelli, muito aplaudido em plenário, afirmou ignorar o fato. Posteriormente, acusou o sindicato dos caminhoneiros de contratar os apoios. Por fim, assumiu a responsabilidade.

Protagonizou mais um episódio que puxa o parlamento para baixo diante da opinião pública. O conceito dos políticos no Brasil é constrangedor e preocupante. Dia após dia, Executivo e Legislativo perdem credibilidade. Vocábulos como senador, deputado, presidente, governador viraram palavrões — sinônimo de privilégio, falcatrua, corrupção, busca de vantagens pessoais em detrimento do bem comum.

Também são associados a mentira, falsidade, conivência com malfeitos. Quando perguntam ao filho o que quer ser quando crescer, pais aceitam qualquer resposta, exceto ocupante de cargo eletivo. O Congresso, sobretudo, oferece munição para a decadência da ideia que se faz da instituição. Talvez por contar com 594 membros, atos comprometedores de um recaem sobre os demais.

Não há dia em que a pauta de jornais, telejornais, sites e blogues deixe de apresentar fatos negativos que envolvem deputados ou senadores. É o caso de falta a sessões, apresentação de projetos polêmicos, aprovação de leis sem os necessários debates, associação com pessoas em dívida com a Justiça, venda de votos, manipulação de verbas de gabinete.

Por seu lado, projetos de interesse coletivo mofam em gavetas legislativa após legislativa. Entre eles, as tão necessárias reformas: a tributária, capaz de dar alguma racionalidade ao sistema de arrecadação; a política, apta a melhorar a representação popular; a administrativa, para modernizar o paquidérmico Estado; a previdenciária, para equilibrar o sistema; a trabalhista, para adequá-la às exigências do século 21. Deputados e senadores precisam responder às urgências nacionais com medidas eficazes. Não com claque de aluguel.

DP06 - JUNHO (01/06/2014): Desumanidade

Em abril, a comunidade internacional revoltou-se ao tomar conhecimento do sequestro de 276 adolescentes nigerianas. Elas foram vendidas por R\$ 12 (que fosse por trilhões de dólares) a líderes tribais por haverem cometido o desatino de frequentar a escola num lugar em que o costume é a mulher ficar em casa, cuidando do marido e dos filhos. Na última semana, a história a chocar o planeta foi a da jovem paquistanesa Farzana Parveen, de 25 anos, apedrejada pela própria família pela decisão de casar-se por amor, rejeitando o pretendente indicado pelos parentes.

Todo tipo de barbárie é condenável. A humanidade não pode dar guarida a nenhuma delas, pouco importando se fundamentadas em razões religiosas, culturais ou quais sejam. Tais atrocidades não cabem em conceito algum de civilização. Não têm correspondência nem sequer na lei de talião — aquela do olho por olho, dente por dente —, de quase 2 mil anos antes de Cristo, pois tampouco observa o princípio da reciprocidade.

São pura selvageria, detestável bestialidade a ser expurgada da face da Terra. O mesmo vale para os linchamentos vistos recentemente em centros urbanos do Brasil. Todos são merecedores do mais contundente repúdio da raça humana, assim como o próprio racismo. E, na era da globalização, as redes sociais têm cumprido o papel de amplificadoras das manifestações de indignação mundo afora, indicando claramente o caminho a ser seguido pelo único animal racional de que se tem notícia.

O que se defende não é a repetição da midiática instituição de um eixo do mal pelo governo dos Estados Unidos na era George W. Bush. Aliás, a barbárie não é exclusividade de nenhum país ou região do planeta. Por mais paradoxal, é mal intrínseco da natureza humana. E é como tal que deve ser combatida. Mas o exemplo precisa vir de cima, com o desmoronamento do império da força, o que, otimisticamente falando, certamente vai demorar a acontecer.